

LIVRO II

A VIA ILUMINATIVA OU O ESTADO DAS ALMAS EM PROGRESSO

961. Purificada a alma das faltas passadas por meio de longa e laboriosa penitência, proporcionada ao seu número e gravidade; confirmada na virtude pelo exercício da meditação, mortificação e resistência às inclinações más e às tentações, tempo é de entrar na **via iluminativa**, assim chamada por consistir principalmente em *imitar a Nosso Senhor Jesus Cristo pela prática positiva das virtudes cristãs*; ora, Jesus é a luz do mundo, e quem O segue não anda em trevas: «*Qui sequitur me non ambulat in tenebris, sed habebit lumen vitae*»¹.

INTRODUÇÃO²

Antes de descrevermos as virtudes que devem praticar as *almas em progresso*, temos três questões preliminares que elucidar: 1.º a *quem* é que convém a via iluminativa; 2.º qual é o programa que se deve seguir nesta via; 3.º qual é a diferença entre as *almas piedosas* e as *almas fervorosas* que trilham esta via.

I. A quem é que convém a via iluminativa

962. Santa Teresa descreve assim os habitantes das *terceiras moradas*³, isto é, as almas em progresso: «Têm grande desejo de não ofender a divina Majestade; evitam ainda os

¹ *Id.* VIII, 12. — ² PHIL. A SS. TRINITATE, *Sum. Theol. myst.*, P. II; LE GAUDIER, *De perfect. vitae spir.*, P. II.^a; sect. II.^a; SCHRAM, *Instit. myst.*, § CIII; A. SAUDREAU, *Les degrés*, t. I. Vie illuminative. — ³ *Château, troisième*, demeures, ch. I, p. 80.

pecados veniais; amam a penitência; têm as suas horas de recolhimento; empregam útilmente o tempo; exercitam-se em obras de caridade para com o próximo. Tudo nelas está bem regulado; as suas palavras, os seus hábitos, o governo de suas casas, se as têm para dirigir».

Desta descrição se podem deduzir as conclusões seguintes:

963. 1.º Como a via iluminativa consiste na *imitação de N. S. Jesus Cristo*, para nela entrar, é necessário realizar as três condições seguintes que nos permitem seguir o divino Mestre pela prática positiva das virtudes de que Ele nos deu exemplo.

A) É preciso ter alcançado já certa *pureza de coração*, para poder aspirar, sem demasiada temeridade, a essa união habitual com Nosso Senhor que a imitação das suas virtudes deixa supor: enquanto a alma permanece exposta a cair, de tempos a tempos, em pecado *mortal*, deve antes de tudo lutar enérgicamente contra as ocasiões de pecado, contra as tendências más da natureza e contra as tentações; depois de vencidas essas dificuldades, é que se pode ocupar com mais proveito da parte positiva das virtudes. É igualmente necessário que tenha horror ao pecado venial de propósito deliberado e se esforce por evitá-lo.

B) É, além disso, indispensável que tenha *mortificado as paixões*. Para seguir a N. S. Jesus Cristo, importa, na verdade, renunciar não somente ao pecado mortal senão também ao *pecado venial de propósito deliberado*, sobretudo ao que se comete frequentemente e a que se tem affecto. Ora, pelo combate generoso contra as paixões e vícios capitais, é que um chega a este domínio de si mesmo que permite praticar o lado positivo das virtudes e aproximar-se assim progressivamente do divino Modelo. Então sim, é que se pode ter vida bem regulada, momentos de recolhimento, e empregar o tempo no cumprimento dos deveres do próprio estado.

964. **C)** É necessário, enfim, ter adquirido, pela meditação, *convicções profundas* sobre todas as grandes verdades, a fim de se poder consagrar mais tempo aos piedosos affectos e à oração própria dita. É que, efectivamente, por meio destes affectos e petições é que atraímos a nós as virtudes de N. S. Jesus Cristo e as podemos praticar sem excessivas dificuldades.

Reconhecem-se, pois, os proficientes por estes dois *sinais particulares*: 1) experimentam uma grande dificuldade em fazer oração *puramente discursiva*; a inspiração do Espírito Santo

leva-os a juntar aos raciocínios muitos affectos; 2) têm desejo ardente e habitual de se unir a Nosso Senhor, de O conhecer, amar e imitar.

965. 2.º Do que acabamos de dizer derivam as diferenças principais entre as duas vias, purgativa e iluminativa.

A) O *fim*, tanto numa como noutra, não há dúvida que é o esforço e a luta; mas os *principiantes* lutam contra o pecado e suas causas, ao passo que as *almas em progresso* lutam por *adornar* a alma, adquirindo as virtudes de N. S. Jesus Cristo. Não há contudo *oposição* entre estas duas orientações; uma prepara a outra. Desembaraçando-se do pecado e suas causas, já a alma pratica as virtudes no seu primeiro grau, que é sobretudo *negativo*; por outro lado, as virtudes *positivas*, que se exercitam na via iluminativa, aperfeiçoam o desprendimento de nós mesmos e das criaturas. No primeiro caso, atende-se de preferência ao lado negativo, no segundo ao positivo: ambos se completam mutuamente. Não deixa, pois, o proficiente de fazer penitência e de se mortificar, mas faz tudo isso com o fim de se unir e tornar mais semelhante a N. S. Jesus Cristo.

B) Os *meios*, se bem que permanecem substancialmente os mesmos, diferem na maneira como se aplicam: a meditação que era *discursiva*, torna-se *affectiva*; o pensamento, que habitualmente se dirigia para Deus, concentra-se mais em N. S. Jesus Cristo, que a alma quer conhecer, amar e imitar: Jesus torna-se verdadeiramente o centro da nossa vida.

II. Programa para a via iluminativa

966. Deriva-se este programa do que levamos dito.

1.º O *fim* directo é *conformar-nos a N. S. Jesus Cristo*, de modo que façamos dele o *centro da nossa vida*.

A) Fazemo-lo *centro dos nossos pensamentos*. Deliciamo-nos no estudo da sua vida e mistérios. O Evangelho tem para nós encantos novos; lemo-lo devagar, affectuosamente, achando interesse nas mais pequeninas circunstâncias da vida do Salvador, sobretudo nas suas virtudes. Nele encontramos assuntos de oração inesgotáveis. Meditar cada uma das palavras, analisá-las por miúdo, applicá-las a nós mesmos, é o nosso maior empenho. Quando queremos praticar uma virtude, é em *Jesus* que principiamos por estudá-la, recordando a sua doutrina e exemplos e encontrando ali o motivo mais poderoso para em nós reproduzirmos as suas disposições e virtudes. É Ele ainda o centro dos nossos pensamentos na santa Missa e na Comnuhão; as orações litúrgicas são para nós excelente

meio de O estudar. Enfim, por meio de *piedosas leituras*, fazemos esforços por melhor conhecer o ensino do divino Mestre, sobretudo a sua doutrina espiritual; o que, afinal, buscamos nos livros é Jesus: *Iesum quaerens in libris*.

967. B) Este conhecimento conduz ao amor, e Jesus torna-se desse modo **centro dos nossos affectos**. a) E na verdade, como seria possível estudar todos os dias Aquele que é a própria beleza e bondade, sem nos sentirmos arrebatados de amor para com Ele? «Depois que conheci a Jesus Cristo, dizia Lacordaire, nada me pareceu assaz belo, para o olhar com concupiscência»¹. Se os apóstolos no Tabor, ao verem a humanidade de N. S. Jesus Cristo transfigurada, se sentiram tão arrebatados de admiração e amor que exclamaram: «Bom é estarmos aqui; *bonum est nos hic esse*»², quanto mais nos devemos nós extasiar perante a beleza divina que resplandece em Jesus ressuscitado?

b) E como O não amar, se meditarmos frequentemente no amor que Ele nos testemunhou e não cessa de testemunhar na Encarnação, na Redenção e na SS. Eucaristia? Santo Tomás resumiu, numa estrofe de maravilhosa concisão, os grandes benefícios do Salvador para connosco:

*Se nascens dedit socium,
Convalescens in edulium,
Se moriens in pretium,
Se regnans dat in praemium*³.

No dia do seu nascimento, faz-se nosso companheiro de viagem, nosso amigo, nosso irmão, e jamais nos deixa sós. Instituinto a Eucaristia, torna-se nosso alimento e sacia de seu corpo, sangue, alma e divindade as nossas almas que dele têm fome e sede. Morrendo na cruz, paga o preço do nosso resgate, livra-nos da servidão do pecado, restitui-nos a vida espiritual e dá-nos o maior sinal de amor que é possível dar a amigos; possui-lo-emos por toda a eternidade, e a nossa bem-aventurança confundir-se-á com a sua glória. — Jamais lograremos, pois, reconhecer suficientemente a sua infinita bondade, jamais O poderemos amar quanto devemos.

968. C) Ora, o amor conduz à **imitação**. Precisamente porque nos sentimos atraídos para o amigo pela estima que temos das suas virtudes, queremos reproduzir em nós essas

¹ CHOCARNE, *Vie du P. Lacordaire*, t. II, 119. — ² Mt. XVII, 4. —

³ Hino de *Laudes* do SS. Sacramento.

mesmas virtudes, a fim de não fazermos com Ele senão um só coração e uma só alma. É que, efectivamente, sentimos que essa união para ser íntima e profunda, não se pode realizar sem participação dos ensinamentos, sentimentos e virtudes do amigo. Copia-se instintivamente o que se ama. Assim se torna Jesus **centro das nossas acções**, da nossa vida inteira. Quando *oramos*, atraímos a nós Jesus Cristo com seu espírito de religião, para glorificarmos a Deus e pedirmos eficazmente as graças necessárias. Quando *trabalhamos*, unimo-nos ao divino Operário de Nazaré, para trabalharmos, com Ele, pela glória de Deus e salvação das almas. Quando queremos *alcançar uma virtude*, atraímos a nós Jesus, modelo perfeito dessa virtude, e com Ele nos esforçamos por a exercitar. Até as *recreações* tomamos em união com Jesus e no seu espírito, com o fim de melhor trabalharmos em seguida pelos grandes interesses de Deus e da sua Igreja.

969. 2.º Mas, para atingir esse fim, são necessários **meios**, e esses meios serão, além da prece e da *oração afectiva*, o esforço constante para exercitar as virtudes cristãs, que melhor nos fazem conhecer, amar e imitar a N. S. Jesus Cristo, a saber, as *virtudes teologais* e *morais*. O que se pretende alcançar é a virtude *sólida*, fundada não em emoções, senão em *convicções profundas*.

A) Praticam-se essas virtudes *paralelamente*, neste sentido, que não é possível exercitarmo-nos nas virtudes morais, sem nos exercitarmos nas teologais, e reciprocamente. Assim, por exemplo, ninguém pode cultivar a *prudência cristã*, sem ser guiado pelas luzes da fé, sustentado pela esperança e estimulado pelo amor de Deus. Do mesmo modo a *fé* e a *esperança* supõem a prudência, a fortaleza e a temperança; e assim das demais virtudes.

Há, contudo, algumas que convêm mais a este ou àquele estágio da via iluminativa. Assim, por exemplo, os que entram nesta via atendem especialmente a certas virtudes *morais*, de que sentem mais necessidade, para triunfarem da sensualidade ou do orgulho. Mais tarde, dominados estes vícios, dar-se-ão mais de propósito às virtudes *teologais*, que mais directamente unem a alma com Deus.

970. B) Para melhor se compreender esta doutrina, é mister indicar desde já brevemente a diferença entre estas virtudes.

a) As virtudes *teologais* têm por *objecto directo* o próprio Deus e por *motivo* um atributo divino. Assim, pela fé, creio

em Deus apoiado na sua autoridade divina: pela caridade amo-O por causa da sua infinita bondade. Já por aqui se vê que estas virtudes nos *unem directamente a Deus*: a fé eleva-nos a comungar no seu pensamento, a caridade no seu amor.

b) As virtudes *morais* têm por *objecto directo* um *bem criado*, e por *motivo* um *bem honesto*. Assim, a justiça tem por objecto dar a cada um o que lhe é devido, e o seu motivo é a honestidade desse acto. Estas virtudes preparam a nossa união com Deus, afastando os obstáculos, tais como a injustiça, e até *principiam* essa união: porquanto, quem é justo, une-se a Deus, que é a própria justiça.

Mas são as virtudes *teologais* que, por mais directamente *unificantes*, consumam essa união.

971. C) Donde resulta que, se pretendermos estudar as virtudes, segundo a ordem de *dignidade*, devemos começar pelas virtudes *teologais*; se quisermos, porém, seguir a ordem *psicológica*, que vai do menos ao mais perfeito, como aqui procedemos, havemos de principiar pelas virtudes *morais*, sem contudo esquecermos a observação há pouco feita, acerca do desenvolvimento paralelo das virtudes cristãs.

III. Duas categorias de almas em progresso

Na via iluminativa podem-se bem distinguir categorias de almas, mormente duas principais: as almas *piedosas* e as almas *fervorosas*.

972. 1.º As *primeiras* têm boa vontade, ardor para o bem, e fazem sérios esforços para evitar as faltas deliberadas. São, porém, ainda vaidosas e presunçosas; pouco habituadas à abnegação, não têm energia nem constância, mormente nas provações. Daí um oscilar constante no seu proceder: dispostas a sofrer tudo, quando as provas vêm ainda longe, dão mostras de bem pouco fundadas na paciência nos queixumes com que recebem a dor ou a aridez; muito prontas a tomar generosas resoluções, só imperfeitamente as cumprem, sobretudo quando se lhes apresentam dificuldades imprevistas. É por isso que só lentamente progridem; necessitam de cultivar as virtudes da fortaleza, constância e humildade.

973. 2.º As almas *fervorosas* são mais humildes e generosas. Desconfiadas de si mesmas e confiadas em Deus, acostumadas já à abnegação cristã, são mais enérgicas e constantes. O seu espírito de renúncia, contudo, não é absoluto nem uni-

versal: é grande o desejo de perfeição que as anima; mas a sua virtude não está ainda suficientemente confirmada pela provação. Quando se lhes apresentam a consolação e o gozo, aceitam-nos de bom grado, descansando neles com complacência; não têm ainda amor à cruz. As resoluções enérgicas tomadas pela manhã só parcialmente as executam, porque lhes falta ainda constância nos esforços. Fizeram no amor divino progressos suficientes para renunciarem às coisas perigosas, mas têm por vezes excessivo affecto ao que Deus lhes permite amar, pais, amigos, consolações que experimentam nos exercícios espirituais. Têm, por conseguinte, que desapegar-se ainda mais perfeitamente de tudo o que dificulta a sua união com Deus.

Não trataremos à parte destas duas categorias de almas; o director, porém, escolherá, entre as virtudes que descrevemos, as que melhor convenham a cada uma.

Divisão do livro segundo

974. Sendo o *fim*, que se devem propor as almas em progresso, *fazer de Jesus o centro da sua vida*: 1.º devem aplicar-se com cuidado à *oração affectiva*, para dela haurirem o conhecimento, o amor e a imitação do seu divino modelo. 2.º Praticarão também de modo especial, mas não exclusivo, as virtudes *morais* que, desembaraçando-as dos obstáculos que se opõem à união com Deus, as começarão a unir com Aquele que é o exemplar de toda a perfeição. 3.º Então as virtudes *teologais*, que haviam já praticado na via purgativa e paralelamente com as virtudes morais, desenvolvem-se nelas e tornam-se o móbil principal da sua vida. 4.º Como, porém, a luta está longe do seu termo, haverá ainda *contra-ofensivas* do inimigo, que será necessário prever e combater vitoriosamente ¹. Quatro capítulos por conseguinte:

Cap. I — Da oração affectiva própria desta via.

Cap. II — Das virtudes morais.

Cap. III — Das virtudes teologais.

Cap. IV — Da resistência às contra-ofensivas do inimigo.

¹ Não tratamos, pois, na via iluminativa, da *purificação passiva dos sentidos* nem da oração de *quietude*, que, precisamente por serem já um princípio de *contemplação infusa*, pertencem à *via unitiva*. Prevenimos, contudo, os leitores de que há autores de boa nota que pensam que as primeiras purificações passivas e a quietude pertencem à via iluminativa. Cf. P. GARRIGOU-LAGRANGE, *Perfect. chrét. et contemplation*, t. I, p. VIII.

CAPÍTULO I

DA ORAÇÃO AFECTIVA ¹

975. As almas em progresso continuam a fazer os exercícios especiais dos principiantes (n.º 657), aumentando o seu número e duração, e aproximando-se, desse modo, da *oração habitual* já descrita (n.º 522), a qual se não realiza completamente senão na via unitiva. Aplicam-se principalmente à *oração afectiva*, que pouco a pouco substitui para elas a meditação discursiva. Exporemos pois: 1.º a sua *natureza*; 2.º as suas *utilidades*; 3.º as suas *dificuldades*; 4.º o *método* que nela se pode seguir.

ART. I. Natureza da oração afectiva

976. 1.º **Definição.** A oração afectiva é, como a expressão indica, aquela em que predominam os *piadosos affectos*, isto é, os diversos *actos de vontade*, pelos quais exprimimos a Deus o nosso amor e o desejo de O glorificar. Nesta oração tem maior parte o coração que o espírito.

Os *principiantes*, como dissemos (n.º 668), necessitam de arraigar convicções: insistem, pois, naturalmente no discurso, dando apenas lugar muito restrito aos affectos. À medida, porém, que essas convicções lançam raízes profundas na alma, basta pouco tempo para as renovar, e então dão-se mais largas aos affectos. Arrebatada do amor de Deus e da beleza da virtude, eleva-se mais facilmente a alma por meio de piadosos affectos, para o autor de todo o bem, a fim de o adorar, bendizer, amar e dar-lhe graças; para N. S. Jesus Cristo, seu Salvador modelo, chefe, amigo e irmão, a fim de lhe oferecer os seus sentimentos mais affectuosos; para a SS.^{ma} Virgem, Mãe de Jesus e Mãe nossa, dispensadora dos valores divinos, a fim de lhe exprimir o amor mais filial, mais confiado, mais generoso (n.º 166).

Outros sentimentos brotam espontaneamente do seu coração, sentimentos de vergonha, confusão e humilhação à vista das próprias misérias, desejos ardentes de proceder melhor, orações cheias de confiança para obter essa graça, sentimentos de zelo da glória de Deus, que a levam a orar por todos os grandes interesses da Igreja e das almas.

¹ THOM. DE VALLOKNERA, p. II, disp. VI, com numerosas citações de S. Tomás; RODRIGUEZ, P. I, Tr. da oração; CRASSIER, *Instr. familières sur l'oraison*; COURBON, *Inst. famil. sur l'oraison*, 2.º partie; VEN. LIBERMANN, *Ecrits spirituels*, *Instruct. sur l'oraison*, De l'oraison d'affection; R. DE MAUMIGNY, *Oraison mentale*, t. I, 3.º P. Oraison affective; D. V. LHEODEY, *Les Voies de l'or. mentale*, 2.º P. ch. VIII.

977. 2.º Passagem da meditação à oração afectiva. Não é de chofre que se chega a esta oração. Há um período de transição, em que se entremeiam mais ou menos as considerações e os affectos. Segue-se outro, em que se fazem ainda considerações, mas em forma de colóquio: Ajudai-me, ó meu Deus, a compreender bem a necessidade de tal virtude. E reflecte-se, alguns minutos. Depois, continua-se: Graças, meu Deus pelas vossas divinas luzes; por vossa infinita bondade, penetrai-me a alma destas convicções, pois que influem mais eficazmente na minha vida... Ajudai-me a ver quão longe estou desta virtude... o que devo fazer, para melhor a praticar... hoje mesmo. Chega, enfim o momento em que os raciocínios cessam quase por completo ou ao menos se fazem tão rapidamente que a maior parte da oração se passa em piedosos colóquios. Às vezes, contudo, sente-se a necessidade de voltar momentaneamente às considerações, para dar suficiente ocupação ao espírito. Em tudo isto nos cumpre seguir os movimentos da graça, conforme o parecer do director bem informado.

978. Sinais que justificam esta passagem.

A) Importa conhecer os *sinais*, por onde se reconhece que é tempo de deixar a meditação pela oração afectiva. Imprudente seria fazê-lo *cedo demais*; porque então, não estando ainda a alma bastante adiantada para manter esses affectos, cairia na distracção ou na aridez. Mas por outro lado seria também deplorável fazê-lo *tarde demais*; porquanto, como bem reconhecem todos os autores espirituais, a oração afectiva é mais frutuosa que a meditação, pois é sobretudo por actos da vontade que glorificamos a Deus e atraímos a nós as virtudes.

B) Estes sinais são os seguintes: 1) quando, apesar de toda a boa vontade, só com muito custo e com pouco proveito, se consegue fazer algum raciocínio, e por outro lado a alma se sente inclinada aos affectos; 2) quando as convicções lançaram já raízes tão profundas que a alma se sente persuadida logo desde o começo da oração; 3) quando o coração, desprendido do pecado, se eleva facilmente para Deus ou para Cristo Senhor Nosso. Como, porém, ninguém é bom juiz em causa própria, é necessário submeter esses sinais ao juízo do director.

979. 4.º Meios para cultivar os affectos. A) O exercício da virtude da *caridade* é o meio mais eficaz para multiplicar e prolongar os affectos, que brotam dum coração em que domina o amor de Deus. É ele que nos faz *admirar* as *perfeições divinas*; iluminado pela fé, põe-nos diante dos olhos a beleza,

a bondade, a misericórdia infinita de Deus; e então nasce espontâneamente um sentimento de reverência e admiração, que por sua vez provoca o *reconhecimento*, o *louvor*, a *compla-cência*; quanto mais se ama a Deus, tanto mais se prolongam estes diversos actos. O mesmo se diga do *amor para com N. S. Jesus Cristo*: ao renovarmos a memória dos benefícios que assinalámos (n.º 967), os tormentos que por nós padeceu o nosso amável Salvador, o amor que nos testemunha ainda agora na S. Eucaristia, fãcilmente nos deixamos dominar pelos sentimentos de admiração, adoração, reconhecimento, compaixão, amor, e sentimos a necessidade de louvar e bendizer a Quem tanto nos ama.

980. B) Para fomentar este amor divino, aconselhar-se-á aos principiantes que *meditem* muitas vezes as grandes verdades que nos recordam quanto Deus fez e não cessa de fazer por nós:

a) A habitação das três divinas Pessoas em nossa alma e a sua acção paternal sobre nós (n.ºs 92-130);

b) A nossa incorporação em Cristo e o seu papel em nossa vida cristã (n.ºs 132-153); a sua vida, os seus mistérios, sobretudo a sua dolorosa Paixão e o seu amor na Eucaristia;

c) A parte da SS.^{ma} Virgem, dos Anjos e dos Santos na vida cristã (n.ºs 154-189); aqui encontraremos um meio precioso para variar os affectos, dirigindo-nos ora à nossa Mãe do céu, ora aos SS. Anjos, sobretudo ao nosso Anjo da guarda, ora aos Santos, mormente àqueles que nos inspiram maior devoção;

d) As orações *vocais* que, como o *Pai-Nosso*, a *Ave-Maria*, o *Adoro te devote*, *latens Deitas*, etc.... estão repassadas de sentimentos de amor, gratidão, conformidade com a vontade de Deus;

e) As principais virtudes, como a religião para com Deus, a obediência para com os superiores, a humildade, a fortaleza, a temperança, e sobretudo as três virtudes teologais. Consideraremos estas virtudes, não em seu carácter abstracto, senão em quanto *praticadas por N. S. Jesus Cristo*, e esmerar-nos-emos em as praticar com o fim de nos parecermos com Ele e de lhe testemunharmos o nosso amor;

f) Não deixaremos de meditar sobre a penitência, mortificação, pecado, novíssimos; mas fá-lo-emos de modo diverso dos principiantes. Assim, por exemplo, consideraremos a Jesus como perfeito modelo de penitência e mortificação, como carregado dos nossos pecados e expiando-os com um longo martírio, e esforçar-nos-emos por atraí-lo a nós com todas as suas virtudes. Ao meditarmos na morte, no céu ou no inferno, fá-lo-emos para nos desapegarmos das coisas criadas e nos unirmos a Jesus, assegurando por esse meio a graça duma boa morte e um excelente lugar no céu, junto a Jesus.

ART. II. Utilidades da oração afectiva

Fluem da própria natureza desta oração.

981. 1.º A principal é *união mais íntima e habitual com Deus*. Multiplicando os affectos, produz em nós esta oração um aumento de amor de Deus. E deste modo são os affectos, a um tempo, *efeito e causa*: nascem do amor de Deus, mas também o aperfeiçoam, visto crescerem as virtudes pela repetição dos mesmos actos. — E por isto mesmo aumentam o nosso conhecimento das perfeições divinas. Porquanto, como bem nota S. Boaventura¹, «a melhor maneira de conhecer a Deus é experimentar a doçura do seu amor; este modo de conhecimento é muito mais excelente, nobre e delectável que a investigação por via de raciocínio». E na verdade, assim como se julga melhor da excelência duma árvore, saboreando os seus frutos, assim melhor se aprecia a excelência dos attributos divinos, experimentando a suavidade do amor de Deus. Este conhecimento aumenta, por seu turno, a nossa caridade e fervor, e dá-nos entusiasmo para praticarmos mais perfeitamente todas as virtudes.

982. 2.º Aumentando a caridade, aperfeiçoa por isso mesmo a oração affectiva todas as virtudes que dela se derivam: a) a *conformidade com a vontade de Deus*: que ventura não é fazer a vontade de quem se ama! b) o *desejo da glória de Deus e da salvação das almas*: quem ama não pode conter-se que não louve e faça louvar o objecto da sua afeição; c) o *amor do silêncio e recolhimento*: quem ama quer encontrar-se só com o Amado, para pensar nele mais amiúde e renovar-lhe o seu amor; d) o *desejo da comunhão frequente*: anseia a alma possuir, o mais perfeitamente possível, o objecto do seu amor, e por isso a sua maior ventura é recebê-lo e ficar unida com Ele todo o dia; e) o *espírito de sacrificio*: bem sabe a alma que unir-se ao divino Crucificado, e, por Ele, a Deus, só é possível na proporção em que renunciar a si mesma e a suas comodidades, para levar a sua cruz sem desmaios, e aceitar todas as provas que a Providência lhe enviar.

983. 3.º Encontra-se também nela muitas vezes a *consolação espiritual*; é que, efectivamente, não há alegria mais pura e suave que a que se disfruta na companhia dum amigo; e, como

¹ Sent. I. III, dist. 35, a. I, q. 2: «Optimus enim modus cognoscendi Deum est experimentum dulcedinis: multo enim excellentior et nobilior et delectabilior est quam per argumentum inquisitionis».

Jesus é o mais terno e generoso dos amigos, antegosta-se na sua presença alguma coisa das alegrias do céu: *esse cum Iesu dulcis paradus*. É certo que, a par destas alegrias, há muitas vezes securas e outras tribulações; mas a alma aceita-as com doce resignação, repetindo uma e muitas vezes a Deus que, apesar de tudo, O quer amar e servir. Ora, o pensamento de que se sofre por Deus é já um alívio às nossas penas, uma verdadeira consolação.

Pode-se acrescentar que a oração afectiva é menos custosa que a discursiva; nesta última, depressa a alma se fatiga a seguir raciocínios, ao passo que, deixando desafogar-se o coração em sentimentos de amor, gratidão e louvor, disfruta doce repouso que lhe permite reservar os esforços para o tempo da acção.

984. 4.º Enfim, a oração afectiva, simplificando-se, isto é, diminuindo o número e diversidade dos affectos, para intensificar alguns deles, pouco a pouco nos conduz à *oração de simplicidade*, que é já uma contemplação adquirida, e prepara assim para a contemplação infusa ou pròpriamente dita as almas que a ela são chamadas. Dela falaremos na *via unitiva*.

ART. III. Os inconvenientes e perigos da oração affectiva

As melhores coisas têm seus inconvenientes e perigos: não fuge a essa lei a oração affectiva que, se não se faz conforme as regras da discricção, conduz a abusos. Vamos indicar os principais, com os remédios competentes.

985. 1.º O primeiro é a *contensão do espirito*, que origina cansaço e extenuação. Há pessoas que, pretendendo intensificar os affectos, fazem esforços de cabeça e coração, esfalfando-se, excitando-se violentamente para produzirem actos ou transportes de amor, em que a natureza tem muito maior parte que a graça. Com tais esforços fatiga-se o sistema nervoso, afluí o sangue ao cérebro, consome as forças uma espécie de febre lenta, e bem depressa vem o esgotamento. Pode até succeder que daí se sigam desordens fisiológicas e que aos piedosos affectos se misturem sensações mais ou menos sensuais.

986. É este um *grave defeito*, que importa *remediar* desde o principio, seguindo os conselhos dum director criterioso, ao qual se não deixará de dar conta desse estado. Ora o remédio é estar bem convencido que o verdadeiro amor de Deus consiste

muito mais na *vontade* que na *sensibilidade*, que a generosidade desse amor não está nos transportes violentos¹, mas sim no propósito calmo e decidido de nada recusar a Deus. Não esqueçamos que o amor é um acto da vontade; certo que muitas vezes se repercute na sensibilidade, produzindo nela emoções, mais ou menos fortes; estas porém, longe de constituírem a verdadeira devoção, não passam de manifestações acidentais, que devem ficar subordinadas à vontade e ser por ela moderadas; aliás, tomam o predomínio — o que é uma desordem — e, em lugar de favorecerem a piedade sólida, fazem-na degenerar em amor sensível e por vezes sensual, porque as emoções violentas são, afinal, todas do mesmo género e facilmente se passa duma a outra. É necessário, pois, tender a *espiritualizar* os affectos, a serená-los, a collocá-los ao serviço da vontade; então se experimentará uma paz que supera todo o sentimento: «*pax Dei quae exsuperat omnem sensum*»².

987. 2.º O segundo defeito é o *orgulho* e a *presunção*. Por ter bons e nobres sentimentos, santos desejos, belos projectos de adiantamento espiritual; por experimentar fervor sensível e, nesses momentos, desprezar os prazeres, os bens e vaidades do século, crê-se a alma facilmente muito mais adiantada do que em realidade está, e chega talvez a perguntar-se a si mesma se não está já a topetar os píncaros da perfeição e contemplação; por vezes irá até ao extremo de conter a respiração, na expectativa das comunicações divinas. — Tais sentimentos mostram antes claramente que ainda está muito longe desses altíssimos píncaros; porque os santos, os fervorosos desconfiam de si mesmos, têm-se sempre como os piores e de bom grado julgam que os outros são melhores que eles. É necessário, pois, voltar à prática da humildade, da desconfiança de si mesmo, tendo em conta o que diremos mais tarde desta virtude. E se não, quando se desenvolvem estas manifestações de orgulho, Deus se encarrega muitas vezes de reconduzir estas almas a justos sentimentos da sua indignidade e incapacidade, privando-as de consolações e graças de predilecção: então comprehendem que estão ainda muito longe do fim suspirado.

988. 3.º Há também almas que põem toda a sua devoção *em procurar consolações espirituais*, descurando os deveres do próprio estado e a prática das virtudes ordinárias: contanto

¹ Há sem dúvida Santos, que têm por vezes desses ímpetos de amor que se traduzem no exterior por manifestações sensíveis: mas não são eles que os excitam, é a graça de Deus, e seria presunção querer excitar em si mesmo violentas emoções, a pretexto de imitar os Santos. — ² *Phil. IV, 7.*

que façam belas orações, já se imaginam perfeitas. — É uma grande ilusão. Não há perfeição sem conformidade com a vontade divina; ora, essa vontade é que cumpramos fielmente, além dos mandamentos, os deveres de estado, que pratiquemos tanto as grandes, como as pequenas virtudes da modéstia, doçura, condescendência, amabilidade. Ter-se alguém como santo, por amar a oração e sobretudo as suas consolações, é esquecer que só é perfeito quem faz a vontade de Deus: «Nem todo o que me diz: Senhor, Senhor, entrará no reino dos céus, senão quem faz a vontade do meu Pai»¹.

Quando, porém, se sabem afastar os obstáculos e perigos pelos meios indicados, não há dúvida que a oração afectiva é utilíssima, tanto ao nosso progresso espiritual como ao zelo apostólico. Vejamos, pois, os métodos que melhor nos permitem cultivá-la.

ART. IV. Métodos de oração afectiva

Reduzem-se estes métodos a dois tipos: o método de S. Inácio e o de S. Sulpício.

I. Os métodos de S. Inácio².

Entre os métodos Inacianos, há três que se referem à oração afectiva: 1.º a *contemplanção*; 2.º a *aplicação dos sentidos*; 3.º o *segundo modo de orar*.

1.º A contemplanção Inaciana

989. Trata-se aqui, não da contemplanção *infusa*, nem sequer da contemplanção *adquirida*, mas sim dum *método de oração afectiva*. Contemplar um objecto não é vê-lo de passagem, senão olhar para ele *pausadamente e com gosto*, até se *ficar plenamente satisfeito*; é fitá-lo com *admiração*, com *amor*, como a mãe que contempla o filhinho. Esta contemplanção pode versar sobre os mistérios de N. S. Jesus Cristo ou sobre os atributos divinos.

Quando se medita sobre um mistério: 1) vêem-se as *pessoas*, que nele intervêm, a SS.^{nia} Trindade, N. S. Jesus Cristo, a SS.^{nia} Virgem, os homens contemplando o seu interior e exterior; 2) *escutam-se as palavras*, perguntando a quem é que são dirigidas, o que é que exprimem; 3) *consideram-se as acções*,

¹ Mt. VII, 21. — ² S. IGNATIUS, *Exercit. spirit.*, 2. Sem.; R. DE MAUGNY, *Pratique de l'or, mentale*, t. I, V.º Partie.

a sua natureza e circunstâncias: e tudo isto, para se renderem as devidas homenagens a Deus, a Jesus, a N. Senhora, e para melhor se conhecer, amar e imitar a N. S. Jesus Cristo.

990. Para ser mais frutuosa esta oração contempla-se o mistério, não como um acontecimento passado, senão como se se estivesse *desenrolando actualmente*, diante dos nossos olhos: o que não é mero jogo de fantasia, visto ele subsistir na verdade pela graça que lhe anda anexa. Demais, não devemos assistir como simples espectadores, senão *tomando nele parte activa*, por exemplo, unindo-nos aos sentimentos da Virgem SS.^{ma} no instante do nascimento de seu divino Filho. Procuraremos, além disso, tirar *fruto prático*, por exemplo, conhecimento mais íntimo de Jesus, amor mais generoso para com Ele.

É fácil, como se vê, fazer entrar neste método todos os sentimentos de admiração, adoração, reconhecimento, amor de Deus, bem como de compunção, confusão, contrição à vista dos nossos pecados, e enfim todas as súplicas que podemos fazer por nós e pelos demais.

Para que a multiplicidade destes affectos não prejudique a paz e tranquilidade da alma, não se esqueça esta observação tão judiciosa de S. Inácio¹: «Se experimentar num ponto os sentimentos que queria excitar em mim, ali me deterei e repousarei, sem pretender passar adiante, até que minha alma fique plenamente satisfeita; porque não é a abundância da ciência que sacia e satisfaz a alma, senão o sentimento e gosto interior das verdades que medita».

2.º As aplicações dos cinco sentidos

991. Por este nome se designa um modo muito simples e affectuoso de meditar. Consiste em exercitar os cinco sentidos *imaginativos ou espirituais* sobre qualquer mistério de N. S. Jesus Cristo, a fim de gravarmos mais profundamente na alma todas as circunstâncias desse mistério e excitarmos no coração piedosos sentimentos e boas resoluções.

Tomemos um exemplo, tirado do mistério do Nascimento.

1) *Aplicação da vista*. Vejo o Menino Jesus no presépio, a palha sobre que está deitado, os paninhos que o envolvem... Vejo as suas mãozinhas tremendo de frio, os seus olhos marejados de lágrimas... É o meu Deus: adoro-o com fé viva. — Vejo a SS.^{ma} Virgem: que modéstia, que formosura celestial!... Vejo-a tomar o Menino Jesus em seus braços, enfaixá-lo nos paninhos, estreitá-lo ao coração, e deitá-lo nas palhinhas: é o seu Filho e é seu Deus! Admiro e oro... Penso na sagrada Comunhão: é o mesmo Jesus que eu recebo... Tenho a mesma fé, o mesmo amor?

¹ *Exerc. spirituels*, 2.º annot., 4.º addit.; DURAND, *Médit. et lectures pour une retraite de 8 ou 10 jours*, p. 256-259.

2) *Aplicação do ouvido.* Oiço os vagidos do divino Infante... os gemidos que lhe arranca o sofrimento... Tem frio, sofre sobretudo da ingratidão dos homens... Escuto as palavras do seu Coração ao Coração de sua santa Mãe, a resposta desta, resposta cheia de fé, adoração, humildade, amor; e uno-me aos seus sentimentos...

3) *Aplicação do olfacto.* Respiro o perfume das virtudes do presépio, o bom odor de Jesus Cristo, e suplico ao meu divino Salvador se digne conceder-me aquele sentido espiritual que me permita respirar o perfume da sua humildade...

4) *Aplicação do gosto.* Gozo a ventura de estar com Jesus, Maria e José, a felicidade de os amar, e, para melhor sentir esse gozo, ficarei silenciosamente mesmo juntinho do meu Salvador.

5) *Aplicação do tacto.* Com piedoso respeito toco o presépio, as palhinhas em que o meu Salvador está reclinado, beijo-as com amor... E, se o divino Infante se dignar permitir-mo, beijar-lhe-ei os sagrados pés¹.

Termina-se por um piedoso colóquio com Jesus, com sua Mãe, pedindo a graça de amar com maior generosidade o nosso divino Salvador.

992. A oração sobre os *atributos divinos* faz-se, considerando cada um desses atributos com sentimentos de adoração, louvor e amor, e concluindo pelo dom total de nós mesmos a Deus².

3.º O segundo modo de orar

993. Este segundo modo de orar consiste em percorrer lentamente uma oração vocal, como o *Pai-Nosso*, a *Ave-Maria*, a *Salve-Rainha*, etc., para considerar e saborear a significação de cada palavra.

Assim, no *Pai-Nosso* considera-se a primeira palavra, dizendo: Ó meu Deus, Vós, o Eterno, o Onnipotente, o Criador de todas as coisas, Vós adoptastes-me por filho, Vós sois meu *Pai*. Sois meu Pai, porque me comunicastes no baptismo uma participação da vossa vida divina, e cada dia a ides aumentando em minha alma... Sois meu Pai, porque me amais como nunca houve pai ou mãe que amasse o próprio filho... porque tendes para comigo a mais paternal solicitude...³.

E fica-se a alma nesta primeira palavra, enquanto encontra nela significações e sentimentos que lhe tragam alguma luz, força ou con-solação. Se acontecer até que uma ou duas palavras forneçam matéria

¹ S. Inácio não ousa ir tão longe: outros santos foram mais afoitos; pode-mo-los imitar, se Deus nos der essa inspiração.

² Ver a última contemplação de S. Inácio, *Ex. spir.*, 4.ª Sem. - -

³ A. DURAND, *op. cit.*, p. 458-459; R. DE MAUMIGNY, *l. c.*, ch. VI.

suficiente para todo o tempo da oração, não se deve passar adiante; saboreiam-se aquelas palavras, tira-se delas qualquer conclusão prática, e pede-se graça para a cumprir.

Eis aqui três maneiras simples e fáceis de praticar a oração affectiva.

II. O método de S. Sulpício.

Já notámos (n.º 701), que este método é muito affectivo; as almas adiantadas não têm, pois, mais que utilizá-lo, atendendo às seguintes observações.

994. 1.º O primeiro ponto, a *adoração*, que para os principiantes era bastante curto, vai-se prolongando mais e mais, e por vezes ocupa por si só mais de metade da oração. É então que a alma, inflamada do amor de Deus, admira, adora, louva, bendiz, agradece, já às três divinas Pessoas, já a cada uma delas em particular, já a N. S. Jesus Cristo, modelo perfeito da virtude que pretende atrair a si mesma. Rende também, segundo as circunstâncias, as suas homenagens de veneração, reconhecimento e amor à SS.^{ma} Virgem e aos Santos; e, ao fazê-lo, sente-se atraída a imitar suas virtudes.

995. 2.º O segundo ponto, ou *comunhão*, torna-se também quase completamente affectivo. As breves *considerações*, que se fazem, são muito curtas, e essas mesmas tomam forma de *colóquios* com Deus ou com N. S. Jesus Cristo: «Ajudai-me, ó meu Deus, a convencer-me cada vez mais», são acompanhadas e seguidas de efusões de gratidão pelas luzes recebidas, de desejos ardentes de praticar a virtude sobre que se medita. Quando a alma se examina acerca dessa virtude, fá-lo sob o olhar de Jesus e comparando-se com esse divino Modelo; o resultado é que se vêem muito melhor os próprios defeitos e misérias, por causa do *contraste* entre *Ele e nós*; e então, os sentimentos de humilhação e confusão são mais profundos, a confiança em Deus é maior, porque o homem se encontra em frente do divino Médico das almas, e espontâneamente sai este grito do coração: «Senhor, vede o que amais, tão doente: *ecce quem amas infirmatur*»¹. Daí orações ardentes, para obter a graça de praticar esta ou aquela virtude, orações não sòmente por si, senão também pelos demais, pela Igreja inteira; orações repassadas de confiança, porque, em virtude da nossa incorporação em Cristo, sabemos que estas orações são apoiadas por Ele.

¹ *Io.* XI, 4.

996. 3.º A mesma cooperação, no terceiro ponto, torna-se mais afectuosa: a resolução tomada submete-se a Jesus Cristo, para receber a sua aprovação; queremos praticá-la, para nos incorporarmos mais perfeitamente nele, contando para isso com a sua colaboração, desconfiando de nós mesmos. Prende-se essa resolução a um ramalhete espiritual, a uma piedosa invocação, que se vai repetindo muitas vezes no decurso do dia, e que nos ajuda não sòmente a pô-la em prática mas também a nos lembrarmos affectuosamente daquele que no-la inspirou.

997. Há casos, contudo, em que a alma, por estar na *aridez*, não pode produzir senão com grande custo affectos deste género. Então, entregando-se tranquilamente à vontade de Deus, protesta que o quer amar, permanecer-lhe fiel, manter-se, custe o que custar, em sua presença e no seu serviço; reconhece humildemente a sua indignidade e incapacidade, une-se com a vontade a N. S. Jesus Cristo, oferece a Deus as homenagens que lhe tributa, acrescentando-lhe os sofrimentos que experimenta por não poder fazer mais para honrar a sua divina Majestade. Estes actos de vontade são ainda mais meritórios que os piedosos affectos.

Tais são os principais métodos de oração affectiva: cada qual escolherá o que melhor lhe convier, e em cada método tomará o que melhor se coadunar actualmente com as necessidades e inspirações sobrenaturais de sua alma, seguindo nisso os movimentos da graça. Assim avançará na prática das virtudes.

CAPÍTULO II

DAS VIRTUDES MORAIS ¹.

Antes de descrevermos cada uma delas, importa recordar sumariamente as noções teológicas sobre as *virtudes infusas*.

Noções preliminares sobre as virtudes infusas

Falaremos, primeiro, das *virtudes infusas em geral*, e, em seguida, das *virtudes morais em particular*.

¹ S. THOMAS, I, II, q. 55-67; II, II, q. 48-170; SUÁREZ, *Disput. metaphys.*, XLIV; *de Passiomibus et habitibus*; *De fide*, etc.; JOANNES A S. THOMA, *Cursus theol.*, Tr. *de Passiomibus, habitibus et virtutibus*, etc.; ÁLVAREZ DE PAZ, t. II, lib. III, *de adeptione virtutum*, PHIL. A SS. TRINITATE, P. II, tr. II, dis. I, II; RODRIGUEZ, *Exercícios de perfcção*, diversos tratados; S. FR. DE SALES, *Vie dévôte*, passim; J. J. OLIER, *Introd. à la vie et aux vertus chrét.*; MGR. GAY, *De la vie et des vertus chrétiennes*, tr. VI, VII, IX, X, XI; RIBET, *Les vertus et les dons*; P. DE SMEDT, *Notre vie surnaturelle*, t. II.

I. Das virtudes infusas em geral ¹.

998. Há virtudes *naturais*, isto é, hábitos bons, adquiridos por actos frequentemente repetidos, que facilitam a prática do bem honesto. Assim, por exemplo, os incrédulos e pagãos podem, com o concurso natural de Deus, adquirir as virtudes morais de prudência, justiça, fortaleza e temperança, e aperfeiçoar-se nelas. Não é, porém, dessas virtudes que falamos aqui; queremos tratar das virtudes *sobrenaturais* ou *infusas*, tais como existem no cristão.

999. Elevados ao estado sobrenatural, e tendo por único fim a visão beatífica, para ela devemos tender por meio de actos praticados sob o influxo de princípios e motivos sobrenaturais, visto ser indispensável que haja proporção entre o fim e os actos que a ele conduzem. Assim, pois, para nós, as virtudes que no mundo se chamam naturais, devem ser praticadas de modo sobrenatural. Como nota com razão o P. Garrigou-Lagrange ², conforme Santo Tomás, «as virtudes morais cristãs são *infusas e essencialmente distintas, pelo seu objecto formal*, das mais altas virtudes morais adquiridas, descritas pelos maiores filósofos... Há diferença infinita entre a temperança aristotélica, regulada somente pela recta razão, e a temperança cristã regulada pela fé divina e pela prudência sobrenatural».

Havendo já mostrado como estas virtudes nos são comunicadas pelo Espírito Santo que vive em nós (n.ºs 121-12), não nos resta mais que descrever: 1.º a sua *natureza*; 2.º o seu *incremento*; 3.º o seu *enfraquecimento*; 4.º o *nexo* que existe entre elas; 5.º a *ordem* que seguiremos na sua exposição.

1.º Natureza das virtudes infusas

1000. A) As virtudes infusas são *princípios de acção que Deus insere em nós, para desempenharem em nossa alma o papel de faculdades sobrenaturais, e assim nos tornarem capazes de praticar actos meritórios.*

Há, pois, diferença essencial entre as virtudes infusas e as virtudes adquiridas, sob o tríplice aspecto da *origem*, do *modo de exercicio* e do *fim*.

¹ S. THOMAS, I, II, q. 62-63; SUÁREZ, *De passionibus et habitibus*, disp. III; J. A S. THOMA, *op. cit.*, disp. XVI; L. BILLOT, *De virt. infusis*; P. JANVIER, *Carême*, 1906; P. GARRIGOU-LAGRANGE, *Perfect. et contemplation*, p. 72-75. --
² *Op. cit.*, p. 64.

a) Com relação à *origem*, as virtudes naturais adquirem-se pela repetição dos mesmos actos; as virtudes sobrenaturais vêm de Deus que as depõe em nossa alma ao mesmo tempo que a graça habitual.

b) Sob o aspecto do *exercício*, como as virtudes naturais se adquirem pela repetição dos mesmos actos, dão-nos a *facilidade* de produzir actos semelhantes com prontidão e alegria; as virtudes sobrenaturais, depositadas em nossa alma por Deus, não nos dão mais que o *poder* de fazer actos meritórios, com uma certa *tendência* a produzi-los; a facilidade não virá senão mais tarde, à força de renovar actos.

c) Relativamente ao *fim*, as virtudes naturais tendem para o bem honesto e orientam-nos para Deus Criador; ao passo que as virtudes infusas têm por fim o bem sobrenatural e levam-nos para Deus Uno e Trino, tal como a fé no-lo dá a conhecer. E, assim, os motivos que inspiram essas virtudes devem ser sobrenaturais e cifram-se na amizade de Deus: pratico a prudência, justiça, fortaleza e temperança, para estar em harmonia com Deus.

1001. Donde resulta que os actos destas virtudes sobrenaturais são muito mais perfeitos que os das virtudes adquiridas ¹: a nossa temperança, por exemplo, não nos leva sômente à sobriedade necessária para salvaguardar a dignidade humana, mas também às mortificações positivas pelas quais nos conformamos mais perfeitamente com o nosso divino Salvador; a nossa humildade não sômente nos faz evitar os excessos de orgulho e cólera, contrários à honestidade, senão que nos faz abraçar humilhações que nos tornem mais semelhantes ao nosso divino Modelo.

Há, pois, diferença essencial entre as virtudes adquiridas e as infusas: o seu princípio e o seu motivo formal não são os mesmos.

1002. B) Dissemos que a *facilidade* de exercer as virtudes infusas se adquire pela repetição dos mesmos actos, que permite operar, com mais prontidão, facilidade e prazer (*promptius, facilius, delectabilius*). Três causas principais concorrem para este feliz resultado:

a) O *hábito diminuir os obstáculos* ou as resistências da má natureza, e assim, com o mesmo esforço, obtêm-se melhores resultados; b) *torna dóceis as faculdades*, aperfeiçoa-as no seu exercício, fá-las mais prontas para apreenderem os motivos que nos levam ao bem, mais aptas para realizarem o bem percebido; experimentamos até certo prazer em exercitar faculdades tão maleáveis, como um artista em passear os dedos sobre um teclado bem sensível; c) Enfim, a graça

¹ *Sum. theol.*, II, II, q. 63, a. 4; H. NOBLE, *Vie spirituelle*, Nov. 1921, p. 103-104.

actual, que nos é outorgada com tanto mais liberdade quanto mais fielmente a ela correspondemos, vem também facilitar singularmente a nossa tarefa e fazer-no-la amar.

De passagem notemos que, uma vez adquirida esta facilidade, não se perde, logo que se tem a infelicidade de perder a virtude infusa por um pecado mortal: sendo a facilidade resultado de actos frequentemente repetidos, persiste algum tempo, em virtude das leis psicológicas que regem os hábitos adquiridos.

2.º Do incremento das virtudes infusas

1003. A) As virtudes infusas podem crescer em nossa alma, e de facto crescem na proporção em que aumenta a graça habitual, donde promanam. Este crescimento vem directamente de Deus, pois que só Ele pode aumentar em nós a vida divina e os diversos elementos que a constituem. Ora, Deus produz em nós este aumento, quando recebemos os *sacramentos* e fazemos *boas obras* ou *orações*.

a) Os *sacramentos*, em virtude da sua mesma instituição, produzem em nós um aumento de graça habitual, e, por isso mesmo, das virtudes infusas que lhe são anexas, em proporção das nossas disposições (n.ºs 259-261).

b) As nossas *boas obras* merecem não somente a glória, mas também um acréscimo da graça habitual e, por isso mesmo, das virtudes infusas; este aumento depende, em grande parte, do fervor das nossas disposições (n.º 237).

c) A *oração*, além do seu valor meritório, tem ademais um valor *impetratório*, que solicita e obtém um aumento de graça e de virtudes, em proporção do fervor com que se ora. Importa, pois, unir-se às orações da Igreja e pedir, com Ela, aumento de fé, esperança e caridade: «*Da nobis fidei, spei et caritatis augmentum*».

B) Este incremento realiza-se, segundo Santo Tomás, não por aumento de grau ou quantidade, senão *pela posse mais perfeita e activa* da virtude: é neste sentido que as virtudes lançam raízes mais profundas em nossa alma, tornando-se mais sólidas e operantes.

3.º Do enfraquecimento das virtudes

Uma actividade, que se não exerce ou que só com moleza se exercita, não tarda a enfraquecer ou a perder-se até completamente.

1004. A) Da *diminuição das virtudes*. As virtudes infusas, não são, a bem dizer, susceptíveis de diminuição como o não é a graça santificante de que dependem. O pecado *venial*

não as pode diminuir, como tampouco decresce a graça habitual. Quando, porém, se comete, sobretudo de propósito deliberado, embaraça consideravelmente o *exercício* das virtudes, diminuindo a facilidade adquirida pelos actos precedentes. Esta facilidade vem, efectivamente, dum certo ardor e constância no esforço; ora as faltas veniais deliberadas quebram o entusiasmo e paralisam, em parte, a nossa actividade (n.º 730). Assim, por exemplo, os pecados veniais de intemperança, sem diminuir *em si* a virtude infusa da sobriedade, fazem perder pouco a pouco a facilidade que se tinha adquirido de mortificar a sensualidade. Além disso, o abuso das graças origina uma diminuição das graças actuais que nos facilitavam o exercício das virtudes, e por esse motivo, praticamo-las com menor ardor. Enfim, como dissemos (n.º 731), as faltas veniais deliberadas preparam o caminho às faltas graves, e, por isso mesmo, à perda das virtudes.

1005. B) Da perda das virtudes. Pode-se assentar como princípio que as virtudes se perdem por todo o acto que destrói o seu *objecto formal* ou *motivo*, porque assim se arruína a virtude pela base.

a) Assim, por exemplo, a *caridade* perde-se por todo o pecado mortal de qualquer natureza que seja, porque este pecado destrói em nós o objecto formal ou a base desta virtude, visto ser directamente oposto à infinita bondade de Deus.

b) As *virtudes morais infusas* perdem-se pelo pecado mortal; é que de tal modo estão ligadas à caridade que, desaparecendo esta, desaparecem também elas. Contudo a facilidade que se havia adquirido de fazer actos de prudência, justiça, etc., subsiste durante algum tempo depois da perda das virtudes infusas, em virtude da persistência dos hábitos adquiridos.

c) Quanto à *fé* e *esperança*, estas subsistem na alma, ainda quando se perdeu a graça por um pecado mortal, contanto que este não seja directamente contrário a estas duas virtudes. É que, efectivamente, as outras faltas não destroem em nós a base da fé ou da esperança; e por outro lado, Deus, na sua infinita misericórdia, quer que estas virtudes permaneçam em nós como uma última tábua de salvação: enquanto se crê e espera, fica relativamente fácil a conversão.

4.º Do nexó entre as virtudes

'1006. Diz-se frequentemente que as virtudes são *conexas*: isto exige algumas explicações.

A) Primeiramente, a *caridade*, bem compreendida e praticada, encerra todas as virtudes, não sòmente a fé e a esperança (o que é evidente); senão também as virtudes morais

como explicámos (n.º 318), comentando a S. Paulo: *Caritas patiens est, caritas benigna est...* Isto é verdade, neste sentido, que quem ama a Deus, e ao próximo por Deus, está disposto a praticar cada uma das virtudes, tanto que a consciência nos faça conhecer essa obrigação. Não se pode, efectivamente, amar a Deus a valer, sobre todas as coisas, sem querer observar os seus mandamentos e até mesmo alguns conselhos. Ademais, é próprio da caridade ordenar todos os nossos actos para Deus, último fim, e por conseguinte regulá-lo segundo as virtudes cristãs.

Contudo o amor de Deus, apesar de inclinar a vontade para os actos das virtudes morais e facilitar a sua prática, não dá imediata e necessariamente a perfeição de todas essas virtudes, por exemplo, prudência, humildade, obediência, castidade. Ora suponhamos, por exemplo, um pecador que se converte sinceramente, depois de haver contraído hábitos maus; posto que pratique muito sinceramente a caridade, não fica logo perfeitamente prudente, casto ou temperante; necessitará de tempo e esforços, para se desembaraçar dos hábitos antigos e formar outros novos.

1007. B) Sendo a caridade a forma, o último complemento de todas as virtudes, nunca estas são perfeitas sem aquela; assim, a fé e a esperança, que ficam na alma do pecador, com serem verdadeiras virtudes, são *informes*, isto é, privadas daquela perfeição que as orientava para Deus como fim último; e assim os actos de fé e esperança, feitos nesse estado, não podem merecer o céu, posto que sejam sobrenaturais e preparem a conversão.

1008. C) Quanto às virtudes *morais*, se se possuem na sua perfeição, isto é, *informadas pela caridade*, e em grau um tanto elevado, são verdadeiramente conexas, neste sentido que não se pode possuir uma, sem possuir as outras. Assim, todas as virtudes, para serem perfeitas, supõem a prudência; a mesma prudência não se pode praticar perfeitamente sem o concurso da fortaleza, da justiça e da temperança: um carácter fraco, inclinado à injustiça e à intemperança não terá prudência em várias circunstâncias; a justiça não se pode praticar perfeitamente sem a fortaleza de alma e a temperança; a fortaleza deve ser temperada pela prudência e justiça, e não subsistiria muito tempo sem a temperança, e assim por diante ¹.

Mas, se as virtudes morais não existem senão em grau inferior, a presença duma delas não implica necessariamente

¹ Cf. S. AUGUSTIN. *Epist. 167 ad. Hieron., P. L., XXXIII, 735.*

a prática da outra. Assim, por exemplo, há pessoas que são pudicas, sem serem misericordiosas, ou misericordiosas, sem praticarem a justiça ¹.

II. As virtudes morais.

Explicaremos sumariamente a sua *natureza*, o seu *número*, e o seu *carácter comum*.

1009. 1.º *A sua natureza.* Chamam-se morais estas virtudes, por dois motivos: a) para se distinguirem das virtudes *puramente intelectuais*, que nos aperfeiçoam a inteligência sem relação alguma com a vida moral, como a ciência, a arte, etc.; b) para se diferenciarem das virtudes *teologais*, que também regulam, é certo, os nossos *costumes*, mas, como já dissemos, têm a Deus *directamente por objecto*, ao passo que as virtudes morais, visam *directamente* um bem sobrenatural criado, por exemplo, o domínio das nossas paixões. Importa, contudo, não esquecer que as virtudes morais sobrenaturais são também verdadeiramente uma participação da vida de Deus e nos preparam à visão beatífica. Demais, essas virtudes, à medida que se aperfeiçoam, e sobretudo quando são completadas pelos dons do Espírito Santo, acabam por se aproximarem de tal modo das virtudes teologais que são por elas como totalmente impregnadas, nem são mais que manifestações diversas da caridade que as informa.

1010. 2.º *O seu número.* As virtudes morais, consideradas nas suas diversas ramificações, são numerosíssimas; mas todas se reduzem às quatro virtudes *cardiais*, assim chamadas (da palavra *cardines*, gonzos), por serem, digamos assim, os quatro gonzos em que giram todas as demais.

Estas quatro virtudes correspondem efectivamente a todas as necessidades da alma e aperfeiçoam todas as suas faculdades morais.

1011. A) *Correspondem a todas as necessidades da alma.*

a) *Cumpre-nos, antes de tudo, escolher os meios necessários ou úteis à consecução do nosso fim sobrenatural: é o papel da prudência.*

b) *É-nos também necessário respeitar os direitos de outrem: é o que faz a justiça.*

c) *Para defendermos a nossa pessoa e os nossos bens contra os perigos que nos ameaçam, sem medo nem violência, necessitamos da fortaleza.*

¹ S. GREGOR. *Moral*, L. XXII, c. I.

d) Para usarmos dos bens deste mundo e dos prazeres, sem ultrapassarmos a *medida*, precisamos da temperança.

Assim pois, a *justiça* regula as nossas relações com o próximo, a *fortaleza* e a *temperança* as relações connosco, a *prudência* dirige as outras três virtudes.

1012. B) *Aperfeioam todas as nossas faculdades morais:* a inteligência é regulada pela prudência, a vontade pela justiça, o apetite irascível pela fortaleza, o apetite concupiscível pela temperança. Notemos contudo que, como o apetite irascível e concupiscível não são susceptíveis de moralidade, senão mediante a *vontade*, a fortaleza e a temperança residem tanto nesta faculdade superior como nas inferiores, que recebem a sua direcção da vontade.

1013. C) Acrescentemos, enfim, que cada uma destas virtudes pode ser considerada como um género que contém partes integrantes subjectivas e potenciais.

a) As partes *integrantes* são complementos úteis ou necessários à prática da virtude, a tal ponto que não seria perfeita sem esses elementos; assim, a paciência e a constância são partes integrantes da fortaleza.

b) As partes *subjectivas* são, por assim dizer, as diferentes *espécies* subordinadas à virtude principal; assim, a sobriedade e a castidade são partes subjectivas da temperança.

c) As partes *potenciais* (ou anexas) têm com a virtude principal uma certa semelhança, sem atingirem contudo plenamente todas as condições da virtude. Assim, a virtude da *religião* é uma anexa da justiça, porque visa a tributar a Deus o culto que lhe é *devido*, mas não o pode fazer com a perfeição desejada nem com estrita igualdade; a *obediência* presta aos superiores a submissão que lhes é *devida*, mas ainda aqui não há direito absolutamente rigoroso, nem relação de igual a igual.

Para facilitar a nossa tarefa e a dos leitores, não entraremos na enumeração de todas essas divisões e subdivisões; escolheremos, porém, as virtudes principais, que importa verdadeiramente cultivar, sem insistirmos senão nos elementos mais essenciais sob o duplo aspecto teórico e prático.

1014. 3.º *Seu carácter comum.* a) Todas as virtudes morais se aplicam a conservar o *meio termo* entre os excessos opostos: *in medio stat virtus*. E na verdade, todas elas devem seguir as *regras* traçadas pela recta razão iluminada pela fé.

Ora, pode-se faltar a essa regra, quer ultrapassando a medida, quer ficando aquém; a virtude consistirá, pois, em evitar esses dois excessos.

b) As virtudes teologais, *em si*, não consistem no meio termo, porque, no dizer de S. Bernardo, a medida de amar a Deus, é amá-lo sem medida; mas, consideradas *com relação a nós*, devem também essas virtudes atender ao justo meio, ou, por outros termos, ser regidas pela prudência, que nos indica em que circunstâncias podemos e devemos praticar as virtudes teologais; é ela, por exemplo, que nos mostra o que se deve ou não deve crer, como se deve evitar juntamente a presunção e o desespero.

Divisão do segundo capítulo

1015. Neste segundo capítulo trataremos sucessivamente das quatro virtudes *cardiais* e das virtudes *principais* em conexão com elas.

- I. Da prudência.
- II. Da justiça { da religião.
 { da obediência.
- III. Da fortaleza.
- IV. Da temperança { da castidade.
 { da humildade.
 { da mansidão.

ART. I. Da virtude da prudência ¹

Exporemos: 1.º a sua *natureza*; 2.º a sua *necessidade*; 3.º os *meios* de nela nos aperfeiçoarmos.

I. Sua natureza.

Para melhor a compreendermos, demos a sua *definição*, os seus *elementos constitutivos*, as suas *espécies*.

1016. 1.º **Definição:** é uma virtude moral e sobrenatural, que inclina a nossa inteligência, a escolher, em qualquer circunstância, os melhores meios para atingir os nossos fins, subordinando-os ao nosso fim último.

Não é, pois, nem a *prudência da carne*, nem a *prudência puramente humana*; é a *prudência cristã*.

¹ CASSIAN, *Collationes*, II; S. J. CLIMACUS, *Scala*, XXVI; S. THOM. II, II, q. 47-56; CH. DE SMOEDT, *Notre vie surnaturelle*, t. II, p. 1-33; P. JANVIER, *Carême*, 1917.

A) Não é a **prudência da carne**: esta torna-nos engenhosos para encontrar os meios de alcançar um fim mau, de satisfazer as nossas paixões, de enriquecer, de subir às honrarias. É condenada por S. Paulo, porque é inimiga de Deus, em revolta contra a sua lei, e inimiga do homem que conduz à morte eterna¹.

Nem tampouco é a prudência **puramente humana**, que busca os melhores meios para atingir um fim natural, sem os subordinar ao fim supremo, como a prudência do industrial, do comerciante, do artista, do operário, que procuram ganhar dinheiro ou conquistar glória, sem se preocuparem de Deus e da felicidade eterna. A esses é necessário recordar que de nada lhes vale ganhar o mundo inteiro, se vêm a perder a alma².

1017. B) É a prudência **cristã**, que, apoiando-se nos princípios da fé, tudo refere ao fim sobrenatural, isto é, a Deus, conhecido e amado na terra e possuído no céu. Certo que a prudência não se ocupa, directamente desse fim, que lhe é proposto pela fé; mas tem-no incessantemente diante dos olhos, para procurar, à sua luz, os melhores meios de orientar todas as nossas acções para esse fim. Ocupa-se, pois, de todos os pormenores da nossa vida: regula os nossos *pensamentos*, para os impedir de se extraviarem fora de Deus; regula as nossas *intenções*, para afastar o que lhes possa corromper a pureza; regula os nossos *afectos*, sentimentos e *volições*, para os unir a Deus; regula até os nossos actos exteriores e a execução das nossas resoluções, para as referir ao nosso último fim³.

1018. C) Esta virtude **reside**, pròpriamente falando, na **inteligência**, visto julgar e discernir o que, em cada circunstância particular, é mais apto para obter o nosso fim; é uma *ciência de aplicação*, que ao conhecimento dos princípios junta o das realidades positivas em cujo meio temos de organizar a nossa vida⁴. Contudo, a *vontade* intervém para ordenar à inteligência que se aplique à consideração dos motivos e razões que lhe permitem fazer uma eleição esclarecida, e mais tarde, para imperar a execução dos meios assim escolhidos.

1019. D) A **regra da prudência cristã** não é a razão só, mas sim a razão iluminada pela fé. A sua expressão mais nobre encontra-se no *Sermão do monte*, onde N. S. Jesus Cristo completa e aperfeiçoa a lei antiga, desembaraçando-a das falsas interpretações dos doutores judaicos. A prudência sobrenatural

¹ Rom. VIII, 6-8. — ² Mt. XVI, 26. — ³ «Prudentia est et vera et perfecta quae ad bonum finem totius vitae recte consiliatur, iudicat et praecipit». (S. THOM., II, II, q. 47 a 73). — ⁴ «Ideo necesse est quod prudens et cognoscat universalia principia rationis et cognoscat singularia, circa quae sunt operationes». (S. THOM., II, II, q. 47, a. 3).

tira, pois, a sua luz e inspirações das máximas evangélicas, que são diametralmente opostas às do mundo. Para fazer a aplicação dessas máximas às acções de cada dia, inspira-se nos exemplos dos Santos, que viveram em conformidade com o Evangelho, e nos ensinamentos da Igreja infalível, que nos vem guiar nos casos duvidosos. Assim temos a certeza moral de não nos extraviarmos.

Por outro lado, os meios que ela emprega não são sòmente meios *honestos*, senão meios *sobrenaturais*, a oração e os sacramentos que, multiplicando as nossas energias para o bem, nos fazem chegar a resultados muito apreciáveis.

Eis o que mais fàcilmente ainda compreenderemos, estudando os *elementos constitutivos* desta virtude.

1020. 2.º Elementos constitutivos. Para se proceder com prudência, três condições são particularmente necessárias: *deliberar* com madureza, *decidir* com sabedoria e *executar* com firmeza.

A) Primeiramente impõe-se *madura deliberação*, para buscar os meios mais adequados ao fim que se pretende, deliberação que deve ser proporcionada à importância da decisão que se há-de tomar. Para a fazer com mais ponderação, é preciso *reflectir pessoalmente* e *consultar* os homens de sã critério.

1021. Reflectir-se-á sobre o passado, presente e futuro.

1) A *memória do passado* será de grandíssima utilidade: como a essência da natureza humana permanece a mesma através das idades, importa consultar a *história*, para, à sua luz ver como os nossos pais resolveram os problemas que se nos apresentam; as experiências, que eles tentaram para os resolverem, esclarecerão a nossa inexperiência e nos pouparão um sem-número de extravios; ao vermos o que deu bom resultado e o que se malogrou, compreenderemos melhor os escolhos que se devem evitar e os meios que é oportuno adoptar. Mas é também necessário consultar a nossa *própria experiência*: desde a infância, estivemos já talvez uma vez ou outra, em contacto com análogas dificuldades; devemos, pois, interrogar-nos a nós mesmos, para vermos o que nos deu bom resultado e o que nos foi causa de fracasso, e depois digamo-nos resolutamente: não me quero expor aos mesmos perigos nem cair nas mesmas tentações.

2) Mas é preciso atender também ao *presente*, às condições diversas em que vivemos: cada século, cada homem tem os seus traços particulares, e nós mesmos, na idade madura, já não temos os mesmos gostos que tínhamos na mocidade. Aqui intervirá, pois, a *inteligência*, para nos auxiliar a interpretar as experiências passadas, acomodando-as às circunstâncias presentes.

3) Enfim, até o *futuro* é prudente interrogar: antes de nos decidirmos, é útil prever, quanto possível, as consequências dos nossos actos sobre nós mesmos e sobre os outros. Pela memória do passado e pela previsão do futuro é que melhor podemos organizar o presente.

Aplicando tudo isto a uma virtude determinada, a castidade, a história me recordará tudo quanto fizeram os Santos, para se conservarem puros no meio dos perigos do mundo; a minha experiência me dirá quais foram as minhas tentações, os meios empregados para lhes resistir, os triunfos e os reveses; e daí poderei concluir, com grande probabilidade, o resultado que teria no futuro tal ou tal passo, tal ou tal leitura, tal ou tal familiaridade.

1022. b) Não basta reflectir, é mister saber *consultar* os homens criteriosos e experimentados: uma palavra, uma observação dum amigo, dum parente, às vezes até, dum criado, abre-nos os olhos e mostra uma face das coisas, que havíamos esquecido e menosprezado; há mais sabedoria em duas cabeças que numa só, e da discussão faísca a luz. Quanto mais verdade é isto ainda da palavra dum director que nos conhece, e que por ser desinteressado na questão, vê melhor que nós o que é útil ao bem da nossa alma! Consultar-se-á, pois, com empenho e *docilidade* um homem de são critério e experiência; o que, aliás, nos não impedirá de exercer a nossa *sagacidade* pessoal, que nos faz ver com rapidez e exactidão o que há de fundado, assim nos conselhos que nos dão como nas nossas próprias observações.

Não nos esqueçamos, porém, de recorrer ao melhor dos conselheiros, ao Pai das luzes, e um *Veni, Sancte Spiritus*, recitado com confiança, nos será por vezes mais útil que muitas deliberações.

1023. B) Após a deliberação, é mister *julgar* bem, isto é, *decidir* quais, entre os meios sugeridos, são verdadeiramente os mais eficazes. Para o conseguirmos: **a)** poremos de parte com cuidado preconceitos, paixões e impressões, que são elementos perturbadores do juízo, e colocar-nos-emos resolutamente em presença da eternidade, para apreciar todas as coisas à luz da fé; **b)** não nos deteremos na consideração superficial das razões que nos inclinam para este ou para aquele lado, senão que trataremos de as examinar a fundo, com *perspicácia*, pesando bem os prós e os contras; **c)** enfim, julgaremos com *decisão* sem nos deixarmos cair em hesitações excessivas; uma vez que tenhamos reflectido, conforme a importância relativa do negócio, e tomado o partido que melhor nos pareceu, Deus não nos exprobrará o nosso proceder, visto que fizemos tudo para conhecer a sua vontade; e podemos contar com sua graça para a execução das nossas resoluções.

1024. C) E na verdade, não deve haver delongas na realização do projecto assentado. Para o que três coisas se requerem: previdência, circunspecção e precauções.

a) *Previdência*: prever é calcular de antemão os esforços necessários para realizarmos os nossos desígnios, os obstáculos que encontraremos, os meios de os vencer, a fim de proporcionar o esforço ao resultado que se pretende obter.

b) *Circunspecção*: é necessário abrir bem os olhos, considerar as coisas e as pessoas à direita e à esquerda, para de tudo tirar o melhor partido possível; atender a todas as circunstâncias, para nos adaptarmos a elas; observar os acontecimentos, para deles tirarmos proveito, se são favoráveis, para prevenirmos as suas consequências funestas, se são contrários.

c) *Precauções*: «*videte quomodo caute ambuletis*». Ainda quando se procurou prever tudo, nem sempre sucedem as coisas como as havíamos previsto; porque a nossa sabedoria é limitada e falível. É necessário, pois, tanto na vida moral, como nos negócios, ter reservas, cercar-se de precauções: o inimigo espiritual tem contra-ofensivas, como acima explicámos (n.º 900); em tais casos é que se tem de recorrer às reservas de energia, à oração, aos sacramentos, aos conselhos dum director. Assim, não seremos vítimas de circunstâncias imprevistas; não nos deixaremos perturbar, e, com a graça de Deus, acabaremos por levar a bom termo os projectos sãbiamente traçados.

1025. 3.º As diversas espécies de prudência. A prudência varia, segundo o procedimento pessoal, e é dessa que havemos tratado; é *social*, quando tem por objecto o bem da sociedade; e, como se distinguem três espécies de sociedades, a família, o Estado, o exército, assim se distinguem também três espécies de prudência: a prudência *doméstica*, que regula as relações dos esposos entre si e dos pais com os filhos ou reciprocamente; a prudência *civil*, que tem por fim o bem público e o bom governo do Estado; a prudência *militar*, que se ocupa do comando dos exércitos.

Não entraremos aqui em pormenores; os princípios gerais expostos bastam para o fim que nos propomos. Aos esposos cristãos, aos governantes, aos chefes militares é que compete estudar profundamente a aplicação destes princípios à sua situação particular.

II. Necessidade da prudência

A prudência não é menos necessária para o nosso governo pessoal, que para a direcção dos demais.

1026. 1.º Para o nosso governo pessoal, ou para a nossa santificação. É ela, efectivamente, que nos permite *evitar o pecado e praticar as virtudes*. A) Para evitar o pecado, como já dissemos, é necessário conhecer as suas *causas e ocasiões*, procurar e manipular bem os *remédios*. Ora, é isso precisa-

mente o que faz a virtude da prudência, como podemos concluir do estudo dos seus elementos constitutivos: inspirando-se da experiência do passado e do estado actual da alma, vê o que para nós é ou poderia ser no futuro causa ou ocasião de pecado; e por isso mesmo sugere os melhores meios que se devem tomar, para suprimir ou atenuar essas causas, a estratégia que melhores resultados dá para vencer as tentações e até mesmo para delas tirar proveito. Sem esta prudência, quantos pecados se não cometeriam! quantos se cometem por falta de prudência!

1027. B) *Para praticar as virtudes*, e facilitar assim a união com Deus, não é menos necessária a prudência. Com razão se comparam as virtudes a um carro que nos conduz a Deus, e a prudência ao *cocheiro* que o dirige: *auriga virtutum*; serve, por assim dizer, de olhos à nossa alma, para verem o caminho que se deve seguir e os obstáculos que se devem evitar.

1) É necessária para o exercício de *todas* as virtudes: das virtudes *moraes*, que se devem conservar num meio termo, evitando os excessos contrários; até mesmo das virtudes *teologais*, que se devem praticar em tempo oportuno e por meios apropriados às diversas circunstâncias da vida. Assim, é à prudência que compete investigar quais são os *perigos* que ameaçam a fé e os meios de os afastar; como pode ser cultivada essa fé e tornar-se mais prática; como se deve conciliar a *confiança em Deus* com o *temor* dos juízos divinos, evitando juntamente a presunção e o desespero; como pode a caridade informar todas as nossas acções, sem embaraçar o exercício dos nossos deveres de estado. E quanta prudência não é precisa na prática da caridade fraternal!

2) Mais necessária é ainda para o exercício de certo número de virtudes que *parecem contraditórias*, a justiça e a bondade, a doçura e a fortaleza, as santas austeridades e o cuidado legítimo da saúde, a dedicação ao próximo e a castidade, a vida interior e as relações.

1028. 2.º Quando se trata de praticar o apostolado, não é menos necessária a prudência.

a) *No púlpito* sugere a prudência ao sacerdote o que deve dizer e o que deve calar, a maneira de o dizer, para não melindrar os ouvintes, para adaptar à sua inteligência a palavra divina, para persuadir, comover e converter. É ainda mais necessária talvez no *catecismo*, quando se trata de formar crianças e de lhes imprimir na alma um carácter que durará toda a vida.

b) *No confessional* é a prudência que permite ao confessor ser juiz perspicaz e íntegro, que saiba discernir a culpabilidade, interrogar os penitentes com precisão e clareza, cada um segundo a sua idade

e condição, tendo em conta todas as circunstâncias; *doutor*, que saiba instruir sem escandalizar, deixar certas almas na boa fé ou esclarecê-las, segundo os resultados diferentes que se podem prever; *médico*, que possa com sagacidade explorar as causas da enfermidade, descobrir e prescrever acertadamente os remédios; *pai* assaz dedicado, para inspirar confiança, e assaz reservado, para não inspirar simpatia demasiadamente humana.

c) Em tudo o que se refere a baptismos, primeiras comunhões, casamentos, extrema-unção, funerais, que prudência não é necessária para conciliar os desejos das famílias com as regras divinas e litúrgicas! Nas visitas aos doentes ou nas visitas de apostolado, que discrição se impõe!

d) O mesmo se diga da *administração temporal* das paróquias, das questões de tabelas para as diversas cerimónias, do dinheiro do culto; para saber obter todos os recursos necessários à igreja, sem indispor nem escandalizar os paroquianos, sem comprometer a reputação de perfeito desinteresse que um padre deve possuir.

III. Os meios de se aperfeiçoar nesta virtude

1029. Há um *meio geral* que se aplica a todas as virtudes, morais e teologais: é a *oração*, pela qual atraímos a nós Jesus e suas virtudes. Mencionamo-lo uma vez por todas, para não termos que nos repetir; e não falaremos senão dos meios próprios a cada virtude.

1030. 1.º O *princípio geral*, que preside a todos os demais e se aplica a todas as almas, é *referir todos os juízos e decisões ao fim último sobrenatural*. É o que aconselha S. Inácio, logo à frente dos *Exercícios espirituais*, na meditação fundamental.

a) Notemos, contudo, que este princípio não será entendido por todas as almas do mesmo modo: os principiantes, considerando o fim do homem, insistem naturalmente na *salvação*, os perfeitos na *glória de Deus*; esta segunda maneira em si é melhor, mas não poderia ser compreendida e gostada por toda as almas.

b) Para concretizar este princípio, podemos relacioná-lo com qualquer máxima que no-lo ponha vivamente diante dos olhos, por exemplo: *Quid hoc ad aeternitatem? — Quod aeternum non est, nihil est. — Quid prodest homini?...*

Na *prática*, penetrarmo-nos bem de qualquer destas máximas, repeti-la até se nos tornar familiar, habituarmo-nos a viver dela, eis o meio de estabelecer em nós as bases da prudência cristã.

1031. 2.º Armados deste princípio, aplicam-se os *principiantes* a *desembaraçar-se dos defeitos* contrários à prudência cristã¹.

¹ Para não tratarmos várias vezes das mesmas virtudes, indicamos, quanto possível, o grau de cada virtude correspondente aos diferentes estádios de perfeição.

a) E assim, combatem vigorosamente a *prudência da carne*, que busca avidamente os meios de satisfazer a tríplice concupiscência, mortificando o amor do prazer e reflectindo que as falsas alegrias deste mundo, seguidas muitas vezes, de amargos desgostos, não são nada em comparação das alegrias eternas.

b) Rejeitam com cuidado a *astúcia*, o *dolo*, a *fraude*, até mesmo nas diligências para alcançar um fim honesto, sabendo bem que a melhor das políticas é ainda a honradez, — que o fim não justifica os meios, — e que, segundo o Evangelho, a simplicidade da pomba se deve aliar à prudência da serpente. É isto tanto mais necessário, quanto é certo que por vezes se assacam estes defeitos, injustamente quase sempre, aos devotos, aos sacerdotes, aos religiosos. Cultivar-se-á, pois, com cuidado a lealdade perfeita e a simplicidade evangélica.

1032. c) Trabalham por mortificar os *preconceitos* e as *paixões*, que são os elementos perturbadores do juízo: os *preconceitos*, que fazem que se tome uma decisão por motivos preconcebidos, que podem ser falsos ou desarrazoados; as *paixões*, orgulho, sensualidade, volúpia, solicitude excessiva dos bens do mundo, que agitam a alma e lhe fazem escolher não o que é melhor, senão o que é mais agradável e útil sob o aspecto dos interesses temporais. Para se emanciparem destas influências perturbadoras, lembram-se das máximas evangélicas: «*Quaerite primum regnum Dei et iustitiam eius*». Evitam, pois, tomar uma decisão sob o influxo duma paixão viva, esperando lhes volte a serenidade à alma. Se, porém, é força tomar uma decisão rápida, recolhem-se ao menos um momento, para se porem na presença de Deus, implorando a sua luz e seguindo-a fielmente.

d) Para combaterem a *leviandade de espírito*, a precipitação nos juízos ou a inconsideração, aplicam-se a *nunca fazerem nada sem reflexão*, sem se perguntarem por que *motivos procedem*, quais serão as *consequências*, boas ou funestas, dos seus actos, e tudo à luz da eternidade. Esta reflexão será pautada pela importância da decisão que se há-de tomar, e, nas coisas graves, consultam um homem de são juízo e experiência. Assim tomarão pouco a pouco o hábito de não decidir nem fazer nada, sem o referirem a Deus e ao seu fim último.

e) Enfim, para evitarem a *indecisão*, a hesitação excessiva nas determinações, terão cuidado de eliminar as causas desta enfermidade espiritual (espírito demasiado complexo ou perplexo, falta de iniciativa, etc.), pedindo a um director criterioso

lhe trace regras fixas, em virtude das quais se decidirão expeditamente nos casos ordinários, e consultarão nos casos mais difíceis.

1033. 3.º Quanto às **almas em progresso**, estas aperfeiçoam-se na prudência de três modos:

a) Estudando as *ações e palavras* de N. S. Jesus Cristo no Evangelho, para nelas encontrarem uma linha de proceder, e atraírem a si, pela oração e imitação, as disposições do divino Modelo. 1) É assim, admirar-se-á a sua prudência na *vida oculta*: Jesus fica trinta anos no exercício daquelas virtudes que tanto nos custam, a humildade, a obediência, a pobreza, prevendo bem que, sem esta lição de coisas, não teríamos sabido praticar esas virtudes tão necessárias. Não menos se admirará a sua prudência na *vida pública*: Jesus luta contra o demónio, de tal modo que lhe desconcerta os cálculos e o confunde por meio de respostas que não sofrem réplica; gradua o ensino segundo as circunstâncias, não manifestando senão progressivamente a sua qualidade de Messias e Filho de Deus; usa de comparações familiares, para melhor dar a compreender o seu pensamento, de parábolas para o velar ou revelar, conforme o exigiam as circunstâncias; desmascara hábilmente os adversários e responde às suas perguntas capciosas com questões que os embaraçam; forma progressivamente os apóstolos, suportando-lhes os defeitos e adaptando o ensino ao que eles podiam perceber «*non potestis portare modo*»¹; sabe, contudo, dizer-lhes verdades amargas, como o prenúncio da sua Paixão, a fim de os preparar ao escândalo da cruz; até no meio da sua dolorosa Paixão, responde com serenidade tanto aos juizes como aos servos, sabendo calar-se em tempo oportuno...; numa palavra, sabe conciliar em todas as coisas a prudência mais perfeita com a firmeza e fidelidade ao dever.

2) Quanto ao seu ensino, resume-se nestas palavras: «Buscai primeiro o reino de Deus e a sua justiça... Sede prudentes como serpentes e simples como pombas... Vigiai e orai: *Quaerite ergo primum regnum Dei et iustitiam eius... Estote ergo prudentes sicut serpentes et simplices sicut columbae...*»² *Vigilate et orate*»³.

Meditar esta doutrina e estes exemplos, e suplicar ardentemente a N. S. Jesus Cristo que nos comunique uma parte da sua prudência, tal é o meio principal de se aperfeiçoar a alma nesta virtude.

¹ Io. XVI, 12. — ² Mt. VI, 33. — ³ Mc. XIII, 33.

1034. b) Cultivarão em seguida os elementos constitutivos da prudência de que falámos, a saber, o bom senso, o hábito de reflexão, a docilidade em consultar os outros, o espírito de decisão, o espírito de previdência e circunspecção.

1035. Darão, enfim, à sua prudência as qualidades que assinala S. Tiago¹, que depois de haver distinguido entre a verdadeira e falsa sabedoria, acrescenta: «*Quae autem desursum est sapientia, primum quidem pudica est, deinde pacifica, modesta, suadibilis, plena misericordia et fructibus bonis, non iudicans, sine simulatione*».

Pudica, desvelando-se por guardar aquela pureza de corpo e coração, que nos une a Deus, e, por isso mesmo, à eterna Sabedoria;
Pacífica, conservando a paz de alma, a serenidade, a moderação, a ponderação, que permitem tomar acertadas decisões;

Modesta, cheia de condescendência para com os demais, e, por isso mesmo, *suadibilis*, deixando-se persuadir, cedendo às boas razões: o que evita os arrebatamentos a que dão margem as contendas;

Plena misericordia et fructibus bonis, cheia de misericórdia para com os desgraçados, comprazendo-se em lhes fazer bem, pois que é um sinal da sabedoria cristã acumular tesouros para o céu;

Non iudicans, sine simulatione, sem parcialidade nem duplicidade nem hipocrisia, defeitos que perturbam a alma e o juízo.

1036. Quanto aos **perfeitos**, esses praticam a prudência de modo eminente, sob o influxo do dom de conselho, conforme explicaremos, ao tratar da *via unitiva*.

ART. II. Da virtude da justiça²

Depois de havermos recordado brevemente a doutrina teológica sobre a *justiça*, trataremos sucessivamente das virtudes de *religião* e *obediência*, que têm com ela conexão.

§ I. A justiça pròpriamente dita

Exporemos: 1.º a sua *natureza*; 2.º as *regras* principais que se devem seguir, para a *praticar*.

I. Natureza da justiça

1037. 1.º Definição. A palavra justiça significa muitas vezes, na S. Escritura, o conjunto das virtudes cristãs; e assin

¹ *Joc.* III, 13-18. — ² S. THOM., II, II, q. 56-122; DOM. SORO, *De iustitia et iure*; LESSIUS, *De iustitia*, AD TANGQEREX, *Synopsis theol. moralis*, t. III, *De virtute iustitiae*, com os numerosos autores citados; P. JANVIER, *Carême*, 1918.

é que N. S. Jesus Cristo proclama bem-aventurados os que têm fome e sede de *justiça*, isto é, de santidade: «*Beati qui esuriunt et sitiunt iustitiam*»¹. Mas no sentido restrito, em que a empregamos aqui, designa aquela *virtude moral sobrenatural, que nos inclina a vontade a dar constantemente aos outros tudo o que lhes é estritamente devido*.

É uma virtude que reside na *vontade* e regula os nossos *deveres rigorosos para com o próximo*; assim se distingue da caridade, virtude teológica, que nos faz considerar os outros como irmãos em Jesus Cristo, e nos inclina a lhes prestar serviços que a estrita justiça não reclama.

1038. 2.º Excelência. A justiça faz reinar a ordem e a paz tanto na vida individual como na vida social. Precisamente porque respeita os direitos de cada um, faz reinar a honradez nos negócios, reprime a fraude, protege os direitos dos pequenos e humildes, refreia as rapinas e injustiças dos fortes, e assim estabelece a ordem na sociedade². Sem ela, seria a anarquia, a luta entre os interesses rivais, a opressão dos fracos pelos fortes, o triunfo do mal.

Se é tão excelente a justiça natural, quanto mais a justiça *cristã* que é uma participação da justiça do próprio Deus? O Espírito Santo, comunicando-no-la, fá-la penetrar até às profundezas da nossa alma, torna-a inacessível à corrupção, e acrescenta-lhe tamanha solicitude pelos direitos de outrem, que nos causam horror, não sòmente a injustiça pròpriamente dita, mas até as menores indelicadezas.

1039. 3.º As principais espécies. Distinguem-se duas espécies principais: a justiça *geral*, que nos prescreve dar à sociedade o que lhe devemos, e a justiça *particular*, que nos faz dar aos indivíduos o que lhes pertence.

a) A primeira, que se chama também justiça *legal*, porque se funda na exacta observância das leis, obriga-nos a reconhecer os grandes benefícios que ela nos impõe, e prestando-lhe os serviços que ela espera de nós. Como o bem comum prevalece ao bem particular, há casos em que os cidadãos têm obrigação de sacrificar uma parte dos seus bens, da sua liberdade, e até mesmo de arriscar a própria vida para a defesa da cidade. — Mas a *sociedade* tem igualmente *deveres*

¹ Mt. V, 6. — ² É observação de BOSSERT, *Sermon sur la justice*, ed. Lebarq, t. V, p. 161: «Quando nomeio a justiça, nomeio ao mesmo tempo o vínculo sagrado da sociedade humana, o freio necessário da licença... Quando reina a justiça, encontra-se a fé nos tratados, a limpeza nos negócios, a ordem no Estado, a terra em repouso, e até o céu, por assim dizer, nos brilha agradavelmente e nos envia mais doces influências».

para com os súbditos: deve distribuir os bens sociais e os cargos, não conforme o capricho e o favor, mas segundo as capacidades de cada cidadão, tomando em conta as regras da equidade. A todos deve a soma de protecção e assistência indispensável para serem salvaguardados os direitos e interesses essenciais de cada cidadão: o favoritismo para com uns e a perseguição para com outros são abusos contrários à *justiça distributiva*, que as sociedades devem aos súbditos.

1040. b) A segunda, que se chama *particular*, regula os direitos e deveres dos cidadãos entre si. Deve respeitar todos os direitos: não somente o direito de *propriedade*, mas ainda os direitos que eles têm sobre os *bens do corpo e da alma*, vida, liberdade, honra, fama.

Não podemos entrar em todos estes pormenores, que expusemos em nossa *Teologia Moral*¹; bastar-nos-á recopilar as regras principais que nos devem guiar na prática desta virtude.

II. Regras principais para praticar a justiça.

1041. 1.º Princípio. É evidente que as pessoas piedosas, os religiosos e os sacerdotes são obrigados a praticar a justiça com perfeição e delicadeza muito maior que as pessoas do mundo: o seu dever é dar bom exemplo em matéria de honradez como em todas as demais virtudes. Proceder diversamente, seria *escandalizar* o próximo e dar pretexto a nossos adversários, para condenarem a religião. Seria também pôr um *obstáculo ao progresso espiritual*: porque o Deus de toda a justiça não pode admitir em sua intimidade os que violam manifestamente os seus mandamentos formais sobre a justiça.

1042. 2.º Aplicações. A) Deve-se, antes de tudo, respeitar o direito de *propriedade* no que se refere aos *bens temporais*.

a) Evitar-se-ão, pois, com o maior cuidado os *pequenos roubos*, que, por um pendor escorregadio, conduzem muitas vezes a maiores injustiças; e inculcar-se-á este princípio desde a infância, a fim de inspirar uma espécie de horror instintivo às mais pequenas injustiças. Com mor força de razão se evitarão esses roubos cometidos pelos comerciantes ou industriais que praticam habitualmente a *fraude* sobre a *qualidade* ou *quantidade* das mercadorias, sob pretexto que os seus concorrentes fazem o mesmo, ou vendem por preços exagerados, ou compram a preços irrisórios, abusando da simplicidade dos que com eles contratam; é dever conservar-se longe dessas *especulações teme-*

¹ *Synopsis theologiae moralis*, t. III. De virtute iustitiae.

rárias, desses negócios escuros, em que se arrisca a própria fortuna e a dos outros sob pretexto de grandes lucros.

b) Terá horror de contrair *dívidas*, quem não está seguro de as poder pagar; e, se algumas contrair, terá como ponto de honra saldá-las quanto antes.

c) Quando se pede emprestado um objecto, é dever tratá-lo com mais cuidado ainda que se nos pertencesse a nós mesmos, e não esquecer restituí-lo, logo que seja possível. Quantos furtos inconscientes se não cometem, quando se desprezam essas precauções!

d) Se se causou *voluntariamente* algum dano, é dever de justiça repará-lo. Se foi *involuntariamente*, não há obrigação estrita, mas as pessoas, que aspiram à perfeição, fá-lo-ão, quanto lho permitam os seus recursos.

e) Quando se recebeu *em depósito* alguma soma de dinheiro ou valores para boas obras, é mister tomar todas as precauções legais necessárias para, em caso de morte súbita, serem bem empregadas estas somas, segundo as intenções dos doadores. Recomendação particularmente importante para os *sacerdotes*, que recebem estipêndios de missas ou esmolas: devem não somente conservar as suas contas em ordem, mas ter por legatário universal ou por executor testamentário um padre que possa assegurar a celebração das missas ou o bom emprego das esmolas.

1043. B) Não é menos necessário *respeitar a reputação e honra* do próximo.

a) Evitar-se-ão, pois, os *juízos temerários* sobre o próximo: condenar os nossos irmãos por simples aparências ou por motivos mais ou menos fúteis, sem conhecer a fundo as suas intenções, é usurpar o direito de Deus, único juiz supremo dos vivos e dos mortos, é cometer uma injustiça para com o próximo, pois se condena sem ser ouvido, nem conhecidos os motivos secretos das suas acções, e as mais das vezes sob o império de preconceitos ou de qualquer paixão. A justiça e a caridade exigem, ao contrário, que nos abstenhamos de julgar e interpretemos, o mais favoravelmente possível, as acções do próximo.

b) Com mor força de razão nos devemos abster da *maledicência*, que manifesta aos outros as faltas ou defeitos *secretos* do próximo. Sejam muito embora reais esses defeitos; mas, enquanto não são do domínio público, não temos direito de os revelar. Se o fazemos: 1) contristamos o próximo que, ao ver-se atingido na sua reputação, sofre com isso tanto mais quanto mais aprecia a honra; 2) abatemo-lo na estima dos seus semelhantes; 3) enfraquecemos a autoridade, o critério de que ele tem necessidade para gerir os seus negócios ou exercer legítima influência, e deste modo causamos muitas vezes prejuízos quase irreparáveis.

Nem se diga que aquele, cujas faltas se divulgam, já não tem direito à fama; conserva-o, enquanto as faltas não são públicas; e, seja como for, não se deve perder de vista a palavra de Jesus Cristo: «Quem de vós estiver sem pecado, atire-lhe a primeira pedra»¹. É de notar

¹ Io. VIII, 7.

que os Santos são extremamente misericordiosos, e buscam todos os meios de salvar a reputação de seus irmãos. Imitemo-los.

c) E deste modo mais seguros estaremos de evitar a *calúnia* que, por meio de imputações mentirosas, acusa o próximo de faltas que ele não cometeu. O que é seguramente injustiça, tanto mais grave quanto é certo que muitas vezes é inspirada pela maldade ou pela inveja. E que de males não acarreta! Demasiado bem acolhida, infelizmente, pela malícia, circula rapidamente de boca em boca, destrói a reputação e a autoridade daqueles que dela são vítimas, e por vezes lhes causa prejuízo considerável até mesmo nos negócios temporais.

1044. É, pois, *dever estrito reparar as maledicências e as calúnias*. É difícil, sem dúvida, pois custa retratar-se, e, depois, a retratação, por sincera que seja, não faz mais que paliar a injustiça cometida: a mentira, ainda quando se desdiz, deixa muitas vezes vestígios indeléveis. Isso, porém, não é razão para não reparar a injustiça cometida; é dever até aplicar-se a isso com tanto mais energia e constância quanto maior é o mal. Mas a dificuldade duma reparação deve-nos levar a abstermo-nos de tudo quanto de perto ou de longe nos pudesse fazer cair nesse grave defeito.

Eis o motivo porque as pessoas, que aspiram à perfeição, cultivam não somente a justiça, senão também a caridade que, fazendo-nos ver a Deus no próximo, nos leva a evitar solicitamente tudo quanto o possa contristar. Voltaremos a este ponto, mais adiante.

§ II. A virtude de religião ¹

1045. Esta virtude é anexa da *justiça*, porque nos faz prestar a Deus o culto que lhe é *devido*; como, porém, lhe não podemos tributar as homenagens *infinitas* a que tem direito, não preenche a nossa religião todas as condições da virtude e da justiça; e assim, não é, em sentido próprio, um acto de justiça, mas aproxima-se dela o mais possível. — Exporemos: 1.º a sua *natureza*; 2.º a sua *necessidade*; 3.º a sua *prática*.

I. Natureza da virtude da religião.

1046. A religião é uma *virtude moral sobrenatural* que nos *inclina a vontade a prestar a Deus o culto que lhe é devido, por causa da sua excelência infinita e do seu supremo domínio sobre nós*.

¹ S. THOMAS, II, II, q. 81; SUÁREZ, *De virtute et statu religionis*, t. I, l. II, BOUQUILLON, *De virtute religionis*; J. J. OLIER, *Introd. à la vie et aux vertus*, ch. I; MGR. D'HULST, *Carême*, 1893, Conf. I; CH. DE SMEDT, *op. cit.*, p. 35-104; RIBET, *Les vertus*, ch. XXI.

a) É uma virtude especial, distinta das três virtudes teológicas que têm o próprio Deus por objecto directo, ao passo que o *objecto próprio* da religião é o *culto* de Deus, tanto interno como externo. Mas pressupõe a virtude da *fé*, que nos ilumina acerca dos direitos de Deus; e, quando atinge a sua perfeição, é *informada* pela *caridade*, e acaba por não ser mais que a expressão e manifestação das três virtudes teológicas.

b) O seu *objecto formal* ou *motivo* é reconhecer a excelência infinita de Deus, primeiro princípio e último fim o Ser perfeito, o Criador de quem tudo depende e para o qual tudo deve gravitar.

c) Os *actos*, a que nos leva a religião, são *internos* e *externos*.

1047. Pelos *actos internos*, submetemos a Deus a nossa alma, com as suas faculdades, mas sobretudo a *inteligência* e a *vontade*. 1) O primeiro e mais importante desses *actos* é a *adoração* que *prostra inteiramente todo o nosso ser* diante daquele que é a plenitude do ser e a fonte de tudo quanto há de bom na criatura. É acompanhado ou seguido da *admiração respeitosa*, que experimentamos à vista das suas infinitas perfeições. 2) É, como Ele é autor de todos os bens que possuímos, testemunhamos-lhe por eles a nossa *gratidão*. 3) Lembrando-nos, porém, que somos pecadores, entramos em sentimentos de *penitência*, para repararmos a ofensa cometida contra sua infinita Majestade. 4) É, porque necessitamos incessantemente do seu auxílio, para fazermos o bem e atingirmos o nosso fim, dirigimos-lhe as nossas *orações* ou *súplicas*, reconhecendo assim que Ele é a fonte de todo o bem.

1048. Estes sentimentos internos manifestam-se por *actos externos*, que têm tanto mais valor quanto os *actos internos*, de que são a expressão, são mais perfeitos. 1) O *principal* desses *actos* é incontestavelmente o **sacrifício**, *acto externo e social, pelo qual o sacerdote oferece a Deus, em nome da Igreja, uma vítima imolada, para reconhecer o seu supremo domínio, reparar a ofensa feita à sua Majestade e entrar em comunhão com Ele*. Não há na Lei nova mais que um único sacrifício, o da *missa*, que, renovando o sacrifício do Calvário, tributa a Deus homenagens infinitas e obtém para os homens todas as graças de que precisam. Indicámos acima os seus *efeitos* e as *disposições* necessárias para dele se tirar muito fruto (n.ºs 271-276). 2) A este *acto principal* se ajuntam: as *preces públicas*, oferecidas em nome da Igreja pelos seus representantes, em particular o Ofício divino, as *bênçãos* do SS.^{mo} Sacramento; as *orações*

vocais *privadas*; os *juramentos* e os *votos*, feitos com discrição, em honra de Deus, e cercados de todas as condições descritas nos tratados de *Teologia moral*; os actos sobrenaturais externos feitos para glória de Deus, e que, segundo a expressão de S. Pedro, são sacrificios espirituais, agradáveis a Deus «*offerre spirituales hostias, acceptabiles Deo*»¹.

Donde se pode concluir que a virtude da religião é a mais excelente das virtudes morais, porque, fazendo-nos praticar o culto divino, aproxima-nos de Deus mais que as outras virtudes.

II. Necessidade da virtude da religião.

Para procedermos com ordem, mostraremos: 1.º que *todas as criaturas* devem dar glória a Deus; 2.º que é um dever especial *para o homem*; 3.º sobretudo para o *sacerdote*.

1049. 1.º *Todas as criaturas devem dar glória a Deus.* Se toda a obra deve proclamar a glória do artista que a fez, quanto mais deve a criatura anunciar a glória do seu Criador? Porque, enfim, o artista não faz mais que modelar a sua obra, e, acabada ela, terminado está o seu papel. O artista divino não sòmente modelou as suas criaturas, senão que as tirou inteiramente do *nada*, deixando nelas não sòmente o sinete do seu gênio, mas ainda um reflexo das suas perfeições; e continua a ocupar-se delas, *conservando-as* e ajudando-as com o seu concurso e a sua *graça*, de sorte que estão numa inteira dependência dele. Devem, pois, muito mais que as obras dum artista, proclamar a glória do seu autor. É o que fazem, a seu modo, os seres *inanimados* que, manifestando-nos a própria beleza e harmonia, nos convidam a glorificar a Deus: «*Caeli enarrant gloriam Dei*»²... *ipse fecit nos et non ipsi nos*»³; é esta, porém, homenagem que não honra a Deus senão muito imperfeitamente, por não ter nada de livre.

1050. 2.º *Compete, pois, ao homem* glorificar a Deus *conscientemente*, emprestar o seu coração e a sua voz a essas criaturas inanimadas, para lhe tributar uma homenagem inteligente e livre. Cumpre-lhe a ele, que é o rei da criação, contemplar todas essas maravilhas, para as referir a Deus e ser assim o *pontífice* da criação. Mas deve sobretudo louvá-lo em seu próprio nome: mais perfeito que os seres sem razão, criado à imagem e semelhança de Deus, participante da sua vida, deve viver em perpétua admiração, louvor, adoração, acção de graaças

¹ *I Petr.* II, 5. — ² *Ps.* XVIII, 2. — ³ *Ps.* XCIX, 3.

e amor para com seu Criador e Santificador. É o que nos declara S. Paulo ¹: «Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas: a Ele a glória por todos os séculos!... Porquanto, se vivemos, para o Senhor vivemos; se morremos, para o Senhor morremos...» E recordando a seus discípulos que tanto o nosso corpo como a nossa alma são templo do Espírito Santo, acrescenta: «glorificai e trazei a Deus em vosso corpo: *glorificate et portate Deum in corpore vestro*» ².

1051. 3.º Muito particularmente se impõe este dever aos *sacerdotes*. É que, infelizmente, a maioria dos homens, absorvidos nos seus negócios e prazeres, bem pouco tempo consagram à adoração. Era, pois, mister que, entre eles, fossem escolhidos delegados especiais, bem aceitos por Deus que pudessem não sòmente em seu nome mas em nome de toda a sociedade, tributar ao Altíssimo as homenagens de religião a que tem direito. É precisamente esta a missão do *sacerdote* católico: escolhido pelo próprio Deus, entre os homens, é como o mediador de religião entre o céu e a terra, encarregado de glorificar a Deus, de lhe transmitir as homenagens de todas as criaturas e de fazer em seguida baixar sobre a terra uma enchente de graças e bênçãos. É, pois, o seu dever de estado, a sua *profissão*, um verdadeiro dever de justiça, como explica S. Paulo ³: «*Omnis namque Pontifex et hominibus assumptus pro hominibus constituitur in iis quae sunt ad Deum, ut offerat dona et sacrificia pro peccatis*». Eis o motivo por que a Igreja lhe confia dois grandes meios de praticar a virtude da religião, o *ofício divino* e a *santa missa*. Deve-se, pois, desempenhar deste duplo dever com tanto mais fervor quanto é certo que, glorificando a Deus, O dispõe ao mesmo tempo favoravelmente a atender as nossas súplicas; por esse meio trabalha, tanto na própria santificação como na das almas que lhe são confiadas (n.º 393-401). As suas orações têm tanto mais eficácia quanto é indubitável que é a Igreja e Jesus Cristo que ora com Ele e nele; ora, as orações de Cristo são sempre atendidas: «*exauditus est pro sua reverentia*» ⁴.

III. Prática da virtude da religião.

1052. Para bem praticar esta virtude, é necessário cultivar a verdadeira *devoção*, aquela *disposição, habitual da vontade*

¹ Rom. XI, 36; XIV, 7-8. - ² I Cor. VI, 20. - ³ Hebr. V, 1. - ⁴ Hebr. V, 7.

que faz nos entreguemos pronta e generosamente a tudo quanto é do serviço de Deus. É, em última análise, uma manifestação de amor de Deus, e assim é que a religião se liga à caridade.

1053. 1.º Os **principiantes** exercitam esta virtude : a) observando bem as leis de Deus e da Igreja sobre a oração e santificação dos domingos e festas; b) evitando a dissipação habitual, externa e interna, fonte de numerosas distrações na oração, por meio da vigilância em lutar contra a aluvião dos divertimentos mundanos, dos devaneios inúteis; c) recolhendo-se interiormente antes da oração, para a fazer mais atentamente, e praticando o santo exercício da presença de Deus (n.º 446).

1054. 2.º Os **proficientes** esforçam-se por entrar no *espírito de religião*, em união com Jesus, o grande Religioso do Pai, que, tanto na vida como na morte, glorificou a Deus infinitamente (n.º 151).

a) Este espírito de religião compreende duas disposições principais, *reverência* e *amor*. A *reverência* é um sentimento profundo, misto de respeito e de temor, pelo qual reconhecemos a Deus como nosso Criador e supremo Senhor, e nos sentimos ditosos em proclamar a nossa dependência absoluta para com Ele. O *amor* dirige-se ao Pai amabilíssimo e amantíssimo que se dignou adoptar-nas por filhos e não cessa de nos envolver em sua ternura paternal. É deste duplo sentimento que brotam todos os demais: admiração, acção de graças, louvor.

1055. b) No *Sagrado Coração de Jesus* é que vamos haurir estes sentimentos de religião. Este divino Mediador não viveu senão para glorificar a seu Pai: «*Ego te clarificavi super terram*»¹; morreu para cumprir o seu divino beneplácito, para o contentar inteiramente, protestando assim que não vê nada que mereça viver e subsistir diante de Deus. Depois da morte, continua a sua obra não somente na Eucaristia, onde não cessa de adorar a SS.^{ma} Trindade, mas também em nossos corações, onde, pelo seu divino espírito, procura a glória do Único que merece ser adorado e respeitado. Devemos, pois, com desejos ardentes, atraí-lo a nós e dar-nos a Ele, para que em nós, connosco e por nós pratique a virtude da religião.

«Então, escreve M. Olier², vem Ele a nós e se deixa na terra entre as mãos dos sacerdotes como hóstia de louvor, para nos tornar participantes do seu espírito de hóstia, nos aplicar aos seus lou-

¹ Io. XVII, 4. — ² *Introd. à la vie et aux vertus*; ch. I.

vores e nos comunicar interiormente os sentimentos da sua religião. Difunde-se em nós, insinua-se em nós, embalsama-nos a alma, enche-a das disposições internas do seu espírito religioso; de sorte que da nossa alma e da sua não faz mais que uma, que «Ele anima com um mesmo espírito de respeito, amor, louvor, sacrificio interno e externo de todas as coisas à glória de Deus seu Pai».

1056. c) Não se deve esquecer, porém, que Jesus pede a *nossa colaboração*. Visto que nos vem fazer comungar no seu estado e espírito de hóstia, é mister que com Ele e nele vivamos em *espírito de sacrificio*, crucificando as tendências da natureza corrompida e obedecendo prontamente às inspirações da graça; então, todas as nossas acções agradarão a Deus e serão outras tantas hóstias, outros tantos actos de religião, louvando e glorificando a Deus, nosso Criador e nosso Pai. Por esse meio proclamamos praticamente o tudo de Deus e o nada da criatura, já que imolamos até às últimas parcelas todo o nosso ser, todas as nossas acções, à glória do nosso supremo Senhor.

d) Fazemo-lo muito particularmente nos actos que, em sentido próprio, se chamam actos de religião, na assistência à Santa Missa, na recitação das orações litúrgicas ou de outras, conforme explicámos (n.^{os} 274, 284, 523).

N. B. — Os *perfeitos* praticam esta virtude sob o influxo do *dom da piedade*, de que trataremos adiante.

§ III. Da virtude da obediência ¹

Esta virtude é anexa da justiça, pois que a obediência é uma homenagem, um acto de submissão devido aos Superiores; mas distingue-se dela, porque implica desigualdade entre superiores e inferiores. Exponhamos: 1.^o a sua *natureza e fundamento*; 2.^o os seus *graus*; 3.^o as suas *qualidades*; 4.^o a sua *excelência*.

I. Natureza e fundamento da obediência.

1057. 1.^o Definição. A obediência é uma *virtude moral sobrenatural que nos inclina a submeter a nossa vontade à dos*

¹ S. J. CLIMACUS, *Scala*, IV; S. THOMAS, II, II., q. 104-105; S. CATHERINE DE SIENNE, *Dialogue*, t. II, trad. Hurtaud, p. 251-320; S. FR. DE SALES, *Vie dévote*, 3.^o P., ch. XI; *Entretiens*, X-XI; RODRIGUEZ, P. III, Tr. V, Da obediência; J. J. OLIER, *Introd.* ch. III; TRONSON, *De l'obéissance*; S. LIGUORI, *La véritable épouse*, ch. VII; MGR. GAY, *Vie et vertus*; tr. XI, De l'obéissance; CH. DE SMEDT, *Notre vie surnaturelle*, t. II, p. 124-151; RIBET, *Vertus*, ch. XXIX; D. C. MARMION, *Le Christ idéal du moine*, Conf. XII, p. 334-389.

superiores legítimos, em quanto são representantes de Deus. Estas últimas palavras é que se devem explicar antes de mais nada, pois são a base da obediência cristã.

1058. 2.º Fundamento desta virtude. A obediência funda-se no supremo domínio de Deus e na submissão absoluta que lhe deve a criatura.

A) Antes de tudo, é evidente que devemos obedecer a Deus (n.º 481).

1) Criados por Deus, devemos estar em inteira dependência da sua vontade. Todas as criaturas obedecem à sua voz: «*Omnia serviunt tibi*»¹; mas as criaturas racionais têm disso maior obrigação que as outras, por haverem recebido mais dele, particularmente o dom da liberdade, que não podemos melhor reconhecer que submetendo livremente a nossa vontade à do nosso Criador. 2) *Filhos de Deus*, devemos obedecer ao nosso Pai celestial, como fez o próprio Jesus Cristo que, tendo entrado no mundo por obediência, só por obediência saiu dele, «*factus obediens usque ad mortem*»². 3) *Resgatados* da servidão do pecado, não nos pertencemos já a nós mesmos, senão a Jesus Cristo, que deu o seu sangue para nos fazer seus: «*iam non estis vestri, empti enim estis pretio magno*»³; devemos, pois, obedecer a suas leis.

1059. B) Devemos por isso mesmo obedecer aos **representantes legítimos de Deus**: é este o ponto que é necessário compreender bem. a) Vendo que o homem se não pode bastar a si mesmo para sua cultura física, intelectual e moral, quis Deus que vivesse em *sociedade*. Ora, a sociedade não pode subsistir sem *autoridade* que coordene os esforços dos seus membros para o bem comum. Quer Deus, por conseguinte, que haja uma sociedade hierárquica, com superiores encarregados de mandar e inferiores obrigados a obedecer. Para tornar esta obediência mais fácil, delega a sua autoridade nos superiores legítimos: «*Non est enim potestas nisi a Deo*»⁴, de tal sorte que obedecer-lhes a eles, é obedecer a Deus, assim como desobedecer-lhes a eles é correr ao encontro da sua condenação: «*Itaque qui resistit potestati, Dei ordinationi resistit, qui autem resistunt, ipsi sibi damnationem acquirunt*»⁵. O dever dos superiores é não exercerem a sua autoridade senão como delegados de Deus, para procurarem a sua glória e promoverem o bem geral da comunidade; se faltam a essa obrigação, são responsáveis desse abuso de autoridade diante de Deus e dos seus representantes. Mas o dever dos inferiores é obedecer aos representantes de Deus, como ao próprio Deus: «*Qui vos audit me audit, et qui vos spernit, me spernit*»⁶.

¹ Ps. XCVIII, 91. — ² Phil. II, 8. — ³ II Cor. VI, 20. — ⁴ Rom. XIII, 1.

⁵ Rom. XIII, 2. — ⁶ Lc. X, 16.

E a razão é evidente: sem esta submissão não haveria, nas diversas comunidades, senão desordem e anarquia, e tudo sofreria com isso.

1060. b) Mas *quais são os superiores legítimos?* São aqueles que estão colocados por Deus à frente das diversas sociedades.

1) Na ordem *natural*, podem-se distinguir três espécies de sociedades; a sociedade *doméstica* ou *familiar*, a que presidem os pais, mormente o pai de família; a sociedade *civil*, governada pelos detentores legítimos da autoridade, segundo os sistemas reconhecidos nas diversas nações; a sociedade *profissional*, em que há patrões e operários, cujos direitos e deveres respectivos são determinados pelo contrato de trabalho¹.

2) Na ordem *sobrenatural*, os superiores hierárquicos são: o *S. Pontífice*, cuja autoridade é suprema e imediata na Igreja universal; os *Bispos*, que têm jurisdição nas suas respectivas dioceses, e, sob a sua autoridade, os *párocos* e *vigários*, cada qual dentro dos limites traçados pelo Código de Direito Canónico. — Além disso há na Igreja, comunidades particulares com Constituições e Regras, aprovadas pelo S. Pontífice ou pelos Bispos, tendo à frente Superiores, nomeados em conformidade com as Constituições ou Regras; encontramos, pois, também aqui diante de autoridades legítimas. Por conseguinte, quem quer que entra numa dessas comunidades, por esse mesmo facto se obriga a observar os seus regulamentos e a obedecer aos Superiores que mandam dentro dos limites definidos pela regra.

1061. C) Há, pois, **limites** traçados ao exercício da autoridade.

1) É evidente, em primeiro lugar, que não é nem obrigatório nem permitido obedecer a um superior que porventura mandasse qualquer coisa manifestamente contrária às leis divinas ou eclesiásticas; seria então o caso de repetir a palavra de S. Pedro²: «*Importa obedecer antes a Deus que aos homens, obedire oportet Deo magis quam hominibus*»: palavra libertadora que assegura a liberdade contra toda a tirania»³. O mesmo

¹ Cf. a Encíclica de LEÃO XIII, *Rerum Novarum* e o nosso Tr. *De Iustitia*, onde fazemos o comentário dela. — ² *Act.* V, 29. — ³ É a doutrina de S. FR. DE SALES, *Entretiens spirituels*, ch. XI, p. 170-171: «Muitos se enganaram redondamente... os quais julgaram que ela consistia em fazer a torto e a direito tudo o que nos pudesse ser mandado, ainda que fosse contra os mandamentos de Deus e da santa Igreja; no que erraram enormemente... porque no que respeita os mandamentos de Deus, assim como os Superiores não têm poder de dar jamais algum preceito contrário, assim os inferiores não têm nunca obrigação nenhuma de obedecer em tal caso, antes, se obedecessem, pecariam».

se diga, caso o que é mandado fosse notoriamente impossível: *ad impossibile nemo tenetur*. Mas, como estamos sujeitos a nos iludir, em caso de *dúvida* devemos presumir que o superior tem razão: *in dubio praesumptio stat pro superiore*.

2) Se um superior manda fora das suas atribuições, por exemplo, se um pai se opõe à vocação, maduramente estudada, de seu filho, ultrapassa os seus direitos, e não há obrigação de lhe obedecer. O mesmo sucederia com um superior de comunidade que porventura desse ordens fora do que lhe permitem as Constituições e Regras, que sãbiamente determinaram os limites da sua autoridade.

II. Os graus da obediência.

1062. 1.º Os **principiantes** aplicam-se antes de tudo a observar fielmente os mandamentos de Deus e da Igreja e a submeter-se, ao menos externamente, às ordens dos superiores legítimos com diligência, pontualidade e espírito sobrenatural.

1063. 2.º As almas mais **adiantadas**: a) meditam com desvelo os exemplos que Jesus nos dá desde o primeiro instante da sua vida, em que se oferece para fazer em tudo a vontade de seu Pai, até o último, em que morre vítima da sua obediência. Suplicam-lhe que venha viver nelas com esse espírito de obediência e esforçam-se por se unir a Ele, a fim de se submeterem aos superiores, como Ele mesmo estava sujeito a Maria e a José: «*et erat subditus illis*»¹.

b) Não se contentam de obedecer externamente, mas sujeitam *internamente* a vontade, ainda mesmo nas coisas custosas, contrárias à sua inclinação; fazem-no de todo o coração sem se queixarem, ditosas por desse modo poderem aproximar-se mais perfeitamente do divino Modelo. Evitam sobretudo usar de estratagemas, para trazerem o superior a querer o que elas querem. Porquanto, como nota S. Bernardo², quem quer que, descoberta ou disfarçadamente, procura que seu padre espiritual lhe ordene o que ele quer, a si mesmo se engana, se acaso se lisonjeia de obediente; porque naquilo não obedece ele ao Prelado, mas o Prelado a ele.

1064. 3.º As almas **perfeitas** vão ainda mais adiante: sujeitam o próprio *juízo* ao do superior, sem examinarem sequer as razões por que ele manda.

É o que excelentemente explica S. Inácio³: «Mas quem pretende fazer perfeita e inteira oblação de si mesmo, além da vontade é

¹ *J.c.* II, 51. — ² *Scrm. de diversis*, XXXV, 4. — ³ Lettre CXX, trad. Brouix, 1870, p. 464.

necessário que ofereça o *entendimento*... não sòmente tendo um querer, mas também um mesmo sentir com seu Superior, sujeitando o próprio juízo ao dele, enquanto a vontade devota pode inclinar o entendimento... Assim como pode errar a nossa vontade, assim o pode o entendimento no que nos convém. É assim como, para nossa vontade se não desviar do bem, é acertado conformá-la com a do Superior; assim também para não errar o entendimento, se deve unir com o dele». Acrescenta contudo: «Com isto não se tira, se alguma coisa se vos representasse diferente do que ao Superior, e fazendo oração, vos parecesse diante do divino acatamento convir que lha representásseis, que o possais fazer. Contudo, se nisto quereis proceder sem suspeita de amor e juízo próprio, deveis estar indiferentes, antes e depois de a representardes, não sòmente para a execução de tomar ou deixar a coisa de que se trata, mas ainda para mais vos contentardes e terdes por melhor quanto o Superior ordenar». — É o que se chama obediência *cega*, que faz esteja o homem nas mãos dos superiores «perinde ac *baculus*, perinde ac *cadaver*»¹; mas com as reservas que faz S. Inácio e as que nós fizemos mais acima, não tem nada desarrazoado esta obediência, visto como é a Deus que sujeitamos a nossa vontade e entendimento, como vamos ainda explicar com mais precisão, expondo as qualidades da obediência.

III. As qualidades da obediência.

A obediência, para ser *perfeita*, deve ser: *sobrenatural* na intenção, *universal* na extensão, *inteira* na execução.

1065. 1.º **Sobrenatural** na intenção: o que quer dizer que devemos ver o próprio Deus ou Jesus Cristo nos superiores, já que estes não têm autoridade senão por Ele. Não há nada que torne mais fácil a obediência; pois, quem havia de recusar obedecer a Deus? É exactamente o que recomenda S. Paulo aos servos: «Obedecei a vossos senhores temporais com temor e tremor e com singelo coração, como a Cristo; não os servindo só em sua presença, como quem quer comprazer a homens; mas antes, como servos de Cristo, que fazem nisso a vontade de Deus de coração e com boa vontade, como quem serve ao Senhor, e não a homens»².

É igualmente o que S. Inácio escrevia aos seus Religiosos de Portugal: «Todos queria que vos exercitásseis em reconhecer em qualquer Superior a Cristo Nosso Senhor, e reverenciar e obedecer nele a sua Divina Majestade com toda a devoção... nunca olhando para a pessoa a quem se obedece, senão nela a Cristo nosso Redentor, por quem se obedece. Portanto, nem porque o Superior seja muito prudente, nem porque muito bom, ou qualificado em quaisquer outros

¹ S. IGNAT., *Constitut.* VI, § I, reg. 36. — ² *Eph.* VI, 5-7.

dons de Deus Nosso Senhor, senão porque tem suas vezes e autoridade, deve ser obedecido... Nem pelo contrário, por ser a pessoa menos prudente, se lhe há-de deixar de obedecer em o que é Superior, pois representa a pessoa daquele que é infalível sabedoria, e suprirá o que falta a seu ministro...»¹.

Nada mais acertado que este princípio: porquanto, se hoje obedecemos ao superior, porque nos agradam as suas qualidades, que faremos amanhã, se tivermos um superior que nos pareça desprovido desses dotes? E não perderemos o merecimento, sujeitando-nos a um homem que estimamos, em vez de nos submetermos ao próprio Deus? Não olhemos, pois, para os defeitos dos nossos superiores, o que torna a obediência mais difícil, nem para as suas qualidades, o que a torna menos meritória, mas consideremos a Deus que vive e manda em suas pessoas.

1066. 2.º Universal, na extensão; isto é, devemos obedecer a todas as ordens do superior *legítimo*, sempre que manda *legitimamente*. Assim pois, como diz S. Francisco de Sales², a obediência «submete-se amorosamente a fazer tudo quanto lhe é mandado, tudo simplesmente, sem olhar nunca se a ordem é bem ou mal dada, contanto que quem manda tenha poder de mandar, e o preceito sirva para unir o nosso espírito com Deus». Acrescenta, porém, que, se um superior mandar alguma coisa manifestamente contrária à lei de Deus, é obrigação negar-se a obedecer; tal obediência, diz Santo Tomás, seria indiscreta: «*obedientia... indiscreta, quae etiam in illicitis obedit*»³.

Fora deste caso, o verdadeiro obediente não se extravai, ainda que o superior se engane e mande coisas menos boas que as que se desejam fazer: é que nesse caso Deus, a quem se obedece e que vê o fundo dos corações, recompensa a obediência, assegurando o bom êxito daquilo que se empreende. «O verdadeiro obediente, diz S. Francisco de Sales⁴, comentando a palavra: «*vir obediens loquetur victorias*», ficará vencedor em todas as dificuldades a que foi levado pela obediência, e sairá com honra dos caminhos em que entrar por obediência, por mais perigosos que possam ser». Por outros termos, o superior pode enganar-se, mandando: nós não nos enganamos, obedecendo.

1067. 3.º Inteira na execução e, por conseguinte, *pontual*, *sem restrição*, *constante*, e até *alegre*.

a) *Pontual*: porque o amor, que preside à obediência perfeita, nos faz obedecer prontamente: «o obediente ama o

¹ Carta de S. Inácio sobre a virtude da obediência, n. 3, 4. — ² *Entrétiens spirit.*, ch. XI, p. 170. — ³ S. THOM., II, II, q. 104, a. 3, ad. 3. — ⁴ *Frays Entrct. spirit.*, ch. XI, p. 191.

preceito, e, desde que o percebe de longe, seja ele qual for, quer seja conforme o seu gosto quer não, abraça-o, acaricia-o, e ama-o ternamente»¹.

É exactamente o que diz S. Bernardo²: «O verdadeiro obediente não conhece dilações; tem horror ao dia de amanhã; ignora as tardanças; previne o preceito; tem os olhos fixos, os ouvidos atentos, a língua pronta a falar, as mãos dispostas a trabalhar, os pés preparados a caminhar; está todo recolhido para perceber imediatamente a vontade de quem manda».

b) *Sem restrição*: porque fazer selecções, obedecer em certas coisas e desobedecer em outras, é perder o mérito da obediência, é mostrar que nos sujeitamos no que agrada, e, por consequente, que esta submissão não é sobrenatural. Recordemos, pois, o que diz N. S. Jesus Cristo: «um só jota ou um só til da Lei não passará, sem que tudo seja cumprido, *iota unum aut unus apex non prateribit a lege, donec omnia fiant*»³.

Exige-nos também *constância*; e é este um dos grandes méritos desta virtude: «porque fazer alegremente uma coisa que se manda uma vez, quando e como se quiser, isso não custa nada; mas, quando se vos diz: Fareis isso sempre, e todo o tempo da vossa vida, aqui sim que há virtude, aqui é que está a dificuldade»⁴.

c) *Alegre*: «*hilarum enim datorem diligit Deus*»⁵. A obediência não pode ser alegre nas coisas custosas, se não for inspirada pelo amor; é que, efectivamente, a quem ama, nada é penoso, porque esse tal não pensa no sofrimento, mas naquele por quem sofre. Ora, quando se vê N. S. Jesus Cristo na pessoa de quem manda, como não amá-lo, como não fazer de todo o coração o pequeno sacrificio reclamado por Aquele que morreu vítima da sua obediência por nós? — Eis o motivo por que é necessário voltar sempre ao princípio geral que assentámos: ver a Deus na pessoa do superior. Então, melhor compreendemos também a excelência e os frutos da obediência.

IV. A excelência da obediência.

1068. Do que levamos dito, se deriva a excelência da obediência. Santo Tomás não hesita em dizer que depois da virtude da religião, é ela a mais perfeita de todas as virtudes morais, porque mais que as outras nos une a Deus, neste sentido que nos desprende da nossa vontade própria, que é o maior

¹ *Ibid.*, p. 178. — ² *Sermo de diversis*, XLI, 7; ler todo este sermão sobre a obediência. — ³ *Mt.* V, 18. — ⁴ S. FR. DE SALES, *Entret. spirit.*, ch. XI, 182. — ⁵ *II Cor.* IX, 7.

obstáculo à união divina¹. É além disso mãe e guarda das virtudes, e transforma os nossos actos ordinários em actos virtuosos.

1069. 1.º A obediência *une-nos* a Deus faz-nos *comungar* habitualmente em sua vida.

a) É que, de facto, submete directamente a nossa vontade à vontade divina, e por isso mesmo todas as demais faculdades, em quanto estas estão sujeitas à vontade. Esta submissão é tanto mais *meritória* quanto mais *livremente* se faz: as criaturas inanimadas obedecem a Deus por necessidade de natureza; o homem, porém, obedece por livre eleição da sua vontade. Desse modo faz homenagem ao seu supremo Senhor do que tem de mais caro, e imola a mais excelente das vítimas: «*per obedientiam mactatur propria voluntas*»². Entra assim em *comunhão com Deus*, pois não tem outra vontade mais do que a dele, repetindo a palavra heróica de Jesus no momento da sua agonia: «*non mea voluntas, sed tua fiat*»³. Comunhão sobremaneira meritória e santificante, porque *une* a vontade, o nosso bem mais precioso, à vontade divina, sempre boa e santa.

b) E, como a vontade é a rainha de todas as faculdades, unindo-a a Deus, unimos-lhe todas as potências da nossa alma. Este sacrifício é maior que o dos bens exteriores que fazemos pela pobreza, que o dos bens do corpo que oferecemos pela castidade e mortificação; é, com toda a verdade, o mais excelente dos sacrificios: «*melior est obedientia quam victimae*»⁴.

c) É também o mais constante e duradouro; pela comunhão sacramental não ficamos unidos a Deus mais que alguns instantes; mas a obediência habitual estabelece entre a nossa alma e Deus uma espécie de comunhão espiritual perene, que nos faz permanecer nele, como Ele permanece em nós, pois queremos tudo quanto Ele quer e nada desejamos senão o que Ele deseja: «*unum velle, unum nolle*»; o que é, afinal, a mais real, a mais íntima, a mais prática de todas as uniões.

1070. 2.º É também, por conseguinte, a obediência *mãe* e *guarda* de todas as virtudes, segundo a bela expressão de S. Agostinho: «*Obedientia in creatura rationali mater quodammodo est custosque virtutum*»⁵.

a) Confunde-se, efectivamente, com a *caridade*, já que o amor, como ensina Santo Tomás, produz antes de tudo a união das vontades: «*In hoc caritas Dei perfecta est, quia amicitia facit idem velle ac nolle*»⁶. E não é essa mesma a doutrina de S. João? Depois de haver declarado que quem pretende amar a Deus e não guarda os seus mandamentos, é um men-

¹ S. THOM. II, II, q. 104, a. 3. — ² S. GREGORIUS *Moral.*, L. XXV, c. 10.

³ *Lc.* XXII, 42. — ⁴ *I Reg.* XV, 22. — ⁵ *De Civit. Dei*, L. XIV, c. 12. —

⁶ S. THOM., II, II, q. 104, a. 3.

tiroso, acrescenta: «Mas quem guarda a sua palavra, nesse é que verdadeiramente a caridade de Deus é perfeita; e por aqui é que nós conhecemos que estamos nele: *qui autem servat verbum eius, vere in hoc caritas Dei perfecta est, et in hoc scimus quoniam in ipso sumus*»¹. É esta mesma o doutrina do divino Mestre, quando nos diz que guardar os seus mandamentos é amá-lo: «*Si diligitis me, mandata mea servate*»². A obediência verdadeira é, pois, em última análise, um acto excelente de caridade.

1071. b) Faz-nos também praticar as demais virtudes, em quanto são todas mandadas ou ao menos aconselhadas: «*Ad obedientiam pertinent omnes actus virtutum, prout sunt in praecepto*»³.

Assim, por exemplo, faz-nos praticar a mortificação e penitência, tantas vezes prescritas no Evangelho, a justiça, a religião, a caridade e todas as virtudes contidas no Decálogo. Faz-nos até semelhantes aos *mártires* que sacrificam a sua vida por Deus; é que, na verdade, como explica S. Inácio⁴, «por ela se imolam em todos os tempos e se estendem como vítimas sobre o altar a vontade e juízo próprio, de sorte que no homem, em lugar do livre arbítrio, não há mais que a vontade de Jesus Cristo Nosso Senhor, que nos é intimada por aquele que manda; e não é somente o desejo da vida, como sucede ao mártir, que é imolado pela obediência, senão todos os desejos ao mesmo tempo». É o que dizia S. Pacómio a um jovem religioso que desejava o martírio: «Assaz morre mártir quem bem se mortifica; é maior martírio perseverar toda a vida em obediência, que morrer dum só golpe pela espada»⁵.

1072. c) A obediência dá-nos assim perfeita *segurança*; deixados a nós mesmos, não saberíamos talvez determinar-nos sobre o que é mais perfeito; a obediência, traçando-nos o nosso dever para cada instante, mostra-nos o caminho mais seguro para nos santificarmos; fazendo o que ela prescreve, realizamos tão plenamente quanto é possível a condição essencial exigida pela perfeição, o cumprimento da vontade de Deus: «*Quae placita sunt ei facio semper*».

Daí um sentimento de *paz* profunda e inalterável: «*pax multa diligentibus legem tuam, Domine*»; quem não quer senão cumprir a vontade de Deus, expressa pelos superiores, não se preocupa nem do que se há-de fazer, nem dos meios de o realizar; não tem mais que receber as ordens de quem tem o lugar de Deus e executá-las o menos mal que puder; a Providência encarrega-se do resto. Não nos exige

¹ I Jo. II, 5. — ² Jo. XIV, 15. — ³ S. THOM., II, II, q. 104, a. 3, a. 2.

⁴ Carta citada, p. 235-236. — ⁵ Citado por S. FR. DE SALES, *Entrct. spirit.*, 183.

o êxito feliz, mas simplesmente o esforço para cumprir as ordens recebidas. E, depois, podemos estar sem cuidado acerca do resultado final: é claro que, se fizermos a vontade de Deus, Deus se encarregará de fazer a nossa, isto é, de atender as nossas súplicas e favorecer os nossos projectos. É, por conseguinte, a paz nesta vida; e quando chegarmos ao termo, será ainda a obediência que nos abrirá a porta do céu: perdido pela desobediência de nossos primeiros pais, reconquistado pela obediência de Jesus Cristo, o céu é reservado àqueles que se deixam conduzir pelos representantes deste divino Salvador. Não há inferno para os verdadeiros obedientes: «*Quid enim odit aut punit Deus praeter propriam voluntatem? Cesset voluntas propria et infernus non erit*»¹.

1073. Enfim, a obediência *transforma* em virtudes e méritos as ocupações mais ordinárias da vida, refeições, recreios, trabalhos; tudo quanto é feito com espírito de obediência participa do mérito desta virtude, agrada a Deus e será recompensado por Ele. Pelo contrário, tudo quanto é feito em oposição com a vontade dos Superiores, por mais excelente que porventura pareça em si mesmo, não é afinal senão um acto de desobediência. E assim é que se compara muitas vezes o obediente ao viajante que entrou em um navio, conduzido por um excelente piloto: todos os dias, ainda mesmo descansado, avança para o porto, e assim, sem fadiga nem preocupações, chega ao termo suspirado, ao porto da bem-aventurada eternidade.

1074. Concluamos com estas palavras que Deus dirige a Santa Catarina de Sena²: «Como é suave e gloriosa esta virtude que encerra em si todas as virtudes! Foi concebida e dada à luz pela caridade. Sobre ela está lançada a pedra da santíssima fé... Ela é o próprio centro da alma, que nenhuma tempestade pode atingir... As privações não lhe causam aflição nenhuma; porque a obediência lhe ensinou a não desejar mais que a mim só, que posso, se quiser, realizar todos os seus desejos... Ó obediência que levas a cabo a travessia sem custo e chegas sem perigo ao porto de salvação! Tu te conformas ao Verbo, meu Filho unigénito; tu tomas passagem na barca da santíssima Cruz, pronta a tudo sofrer antes que afastar-te da obediência do Verbo e a infringir a sua doutrina! Como a tua longa perseverança te faz grande! Tão grande que vais da terra ao céu, pois que é por ti e por ti só que é possível abri-lo».

ART. II. A virtude da fortaleza³

1075. A justiça, completada pela religião e obediência, regula as nossas relações com os demais; a fortaleza e a tem-

¹ S. BERNARDUS, *Sermo III* in tempore paschali, 3. — ² *Dialogue*, trad. Hurtaud, t. II, p. 259-260. — ³ S. THOM., II, II, q. 123-140; seus comentadores,

perança regulam as relações connosco. É da fortaleza que vamos tratar, descrevendo: 1.º a sua *natureza*; 2.º as virtudes *aliadas*, a ela anexas; 3.º os *meios* de a praticar.

§ I. Natureza da virtude da fortaleza

Exporemos: 1.º a sua *definição*; 2.º os seus *graus*.

I. Definição.

1076. Esta virtude, que se chama força de alma, força de carácter, ou virilidade cristã, é uma *virtude moral sobrenatural que robustece a alma na conquista do bem árduo, sem se deixar abalar pelo medo, nem sequer pelo temor da morte*.

A) O seu *objecto* é reprimir as impressões do *temor*, que tendem a paralisar os nossos esforços para o bem, e moderar a audácia que, sem ela, facilmente se converteria em temeridade: «*Et ideo fortitudo est circa timores et audacias, quasi cohibitiva timorum et audaciarum moderativa*»¹.

1077. B) Os seus *actos* reduzem-se a dois principais: *emprender* e *tolerar* coisas difíceis: *ardua aggredi et sustinere*.

a) A fortaleza consiste, antes de tudo, em *emprender* e *executar* coisas *difíceis*; existem efectivamente, no caminho da virtude e perfeição, numerosos obstáculos difíceis de vencer, que incessantemente renascem. É necessário não ter medo deles, ir até ao seu encontro, fazer corajosamente o esforço necessário para os vencer: é o primeiro acto da virtude da fortaleza.

Este acto supõe: 1) *decisão*, para nos resolvermos prontamente a cumprir o nosso dever, custe o que custar; 2) *coragem*, generosidade que faça esforços proporcionados às dificuldades e vá crescendo com estas, *viriliter agendo*; 3) *constância*, para continuar o esforço até o fim, não obstante a persistência e as contra-ofensivas do inimigo.

b) Mas é também preciso saber *tolerar* por Deus as numerosas e árduas *provações* que Ele nos envia, os sofrimentos, as doenças, as zombarias, as calúnias de que somos vítimas.

em particular *Cajetan*, e J. a S. Thom.; P. JANVIER, Carême, 1920; RIBET, *Vertus*, ch. XXXVII-XLII; CH. DE SMEDT, *Notre vie surnat.*, t. II, p. 210-267. —

¹ S. THOM., II, II, q. 123, a. 3.

Sustentar um assalto é muitas vezes mais difícil ainda que acometer: «*sustinere difficilius est quam aggredi*», diz Santo Tomás¹, e apresenta três razões: 1) resistir supõe que somos atacados por um inimigo superior, ao passo que quem ataca se sente superior ao adversário; 2) quem sustenta o embate está já a braços com as dificuldades e sofre por causa delas, quem ataca não faz mais que prevê-las; ora, o mal presente é mais temeroso que o previsto; 3) suportar supõe que um fica imóvel e inflexível sob o embate, por tempo notável, por exemplo, quando alguém está cravado no leito por uma longa doença, ou quando alguém experimenta violentas ou longas tentações; quem empreende uma coisa difícil faz um esforço momentâneo, que geralmente não dura tanto tempo.

II. Graus da virtude da fortaleza.

1078. 1.º Os **principiantes** lutam corajosamente contra os diversos temores que se opõem ao cumprimento do dever:

1) O temor das *fadigas* e *perigos*: lembram-se que o homem tem bens mais preciosos que a fortuna, a saúde, a reputação e a vida; os bens da *graça*, que não são em si senão os prelúdios da felicidade eterna: donde concluem que é necessário sacrificar generosamente os primeiros, para conquistarem os bens que não perecem. Persuadem-se que o único mal verdadeiro é o *pecado*, e que, por conseguinte, esse mal deve ser evitado a todo o transe, ainda mesmo com risco de suportar todos os males temporais, que podem desabar sobre nós.

1079. 2) O temor das *críticas* e *zombarias*, ou, por outros termos, o *respeito humano*, que nos leva a descurar o nosso dever por medo dos juízos desfavoráveis que se farão de nós, dos motejos que teremos de sofrer, das ameaças pronunciadas contra nós, das injúrias e injustiças de que seremos vítimas. Quantos homens intrépidos, no campo de batalha, recuam diante dessas críticas ou ameaças! E quanto importa formar os jovens no desprezo do respeito humano, nessa máscula coragem que sabe afrontar a opinião pública e seguir as suas convicções sem temor e sem tacha.

3) O temor de *desagradar aos amigos*, que é às vezes mais formidável que o de incorrer na vingança dos inimigos. E, contudo, é necessário lembrar-se que mais vale agradar a Deus que aos homens, que aqueles, que nos impedem de cumprir inteiramente o nosso dever, não passam de falsos amigos, e que desejar agradar-lhes seria perder a estima e amizade de N. S. Jesus Cristo: «*Si adhuc hominibus placerem, Christi servus*

¹ S. THOM., II, II, q. 123, a. 6, ad. 1.

non essem»¹. Com maior força de razão se não deve sacrificar o dever ao desejo duma *vã popularidade*: os aplausos dos homens passam; não há nada duradouro, não há nada verdadeiramente digno de nós senão a aprovação de Deus, juiz infalível. Concluamos, pois, com S. Paulo que a glória que se deve procurar é unicamente a que vem da fidelidade a Deus e ao dever: «*Qui autem gloriatur, in Domino gloriatur. Non enim qui seipsum commendat, ille probatus est, sed quem Deus commendat*»².

1080. 2.º As almas **adiantadas** exercitam a parte *positiva* da virtude da fortaleza, esmerando-se por imitar a força de alma de que Jesus Cristo nos deu exemplo durante a vida.

1) Esta virtude aparece na sua vida *oculta*: desde o primeiro instante, propõe-se N. S. Jesus Cristo a seu Pai para substituir todas as vítimas da Antiga Lei, imolando-se a Si mesmo pelos homens. Bem sabe que assim a sua vida será um martírio; mas escolhe-o livremente. É por isso que, desde o nascimento abraça com ardor a pobreza, a mortificação e obediência, submetendo-se às perseguições e ao exílio, encerrando-se durante trinta anos na mais completa obscuridade, a fim de nos merecer a graça de santificar as acções mais ordinárias e de nos inspirar o amor da humildade. É assim que nos ensina a praticar a fortaleza, a coragem nas mil pequeninas coisas da vida comum.

2) Aparece na sua vida *pública*: no longo jejum que se impõe, antes de começar o seu ministério; na luta vitoriosa que sustenta contra o demónio; na sua pregação, em que, contrariamente aos preconceitos judaicos anuncia um reino inteiramente espiritual fundado na humildade, no sacrificio, na abnegação e juntamente no amor de Deus; no vigor com que estigmatiza o escândalo e condena as interpretações casuísticas dos Doutores da lei; no cuidado extremo com que evita uma popularidade de maus quilates e rejeita a realza que se lhe quer oferecer; na maneira ao mesmo tempo suave e forte, com que forma os apóstolos, lhes rectifica os preconceitos, corrige as imperfeições e repreende aquele que escolhera para chefe do colégio apostólico; naquele espírito de decisão que mostra, dirigindo-se a Jerusalém, sabendo perfeitamente que ia ao encontro do sofrimento, da humilhação e da morte. Assim nos dá exemplo dessa coragem serena e constante que devemos praticar em todas as nossas relações com o próximo.

3) Aparece na sua *Paixão*: naquela agonia dolorosa, em que, não obstante a aridez e o tédio, não cessa de orar longamente «*facta in agonia prolixius orabat*»; na serenidade perfeita que mostra no momento da sua injusta prisão, no silêncio que sabe guardar no meio das calúnias e perante a curiosidade de Herodes; na dignidade com que se mantém diante dos juizes; na paciência heróica de que dá prova no meio dos suplicios imerecidos que lhe infligem, das zombarias de que

¹ Gal. I, 10. — ² II Cor. X, 17-18.

o saturam; e sobretudo naquella serena resignação com que se entrega nas mãos de seu Pai, antes de expirar. E assim nos ensina a *paciência* no meio das mais duras privações.

Há aqui, como se vê, ampla matéria de imitação; e para melhor conseguirmos esse resultado, devemos pedir a N. S. Jesus Cristo que venha viver em nós com a plenitude da sua força, «*in plenitudine virtutis tuae*». Mas é preciso cooperar com Ele no exercício desta virtude, praticando-a não sòmente nas grandes ocasiões, senão também nessas mil pequeninas coisas que compõem a trama da nossa vida, lembrando-nos que o exercício constante das pequenas virtudes exige tanto e mais heroísmo que as acções de espavento.

1081. 3.º As almas **perfeitas** cultivam não sòmente a virtude, mas também o *dom da fortaleza*, como explicaremos, ao tratar da via unitiva. Mantêm aquella disposição generosa de se imolar por Deus, e sofrer o martírio a *fogo lento*, que consiste num esforço incessantemente renovado de fazer tudo por Deus, de tudo sofrer pela sua glória.

§ II. As virtudes aliadas da fortaleza

1082. À virtude da fortaleza andam anexas quatro virtudes: duas que nos ajudam a praticar coisas árduas, a saber, a *magnanimidade* e a *magnificência*; duas que nos auxiliam a bem sofrer, são ao mesmo tempo partes *integrantes* e *anexas* da virtude da fortaleza.

I. A magnanimidade.

1083. 1.º **Natureza.** A magnanimidade, que se chama também grandeza de alma, ou nobreza de carácter, é uma *disposição nobre e generosa para empreender coisas grandes por Deus e pelo próximo*. Difere da *ambiçào*, que é, pelo contrário, essencialmente egoísta, e procura elevar-se acima dos outros pela autoridade ou pelas honras; o desinteresse é o carácter distintivo da magnanimidade, a qual pretende prestar serviço aos outros.

a) Supõe, por conseguinte, uma *alma nobre*, com um ideal elevado e ideias generosas; uma *alma corajosa*, que sabe pôr a sua vida em harmonia com as suas convicções.

b) Manifesta-se não sòmente por sentimentos nobres, senão também por nobres *acções*, e em todas as ordens: na ordem militar, por acções brilhantes; na ordem cívica, por gran-

des reformas ou grandes empresas industriais, comerciais, etc.; na ordem sobrenatural, por um ideal elevado de perfeição, que incessantemente procuramos realizar, por esforços generosos para nos vencermos e sobrepujarmos a nós mesmos, para adquirirmos virtudes sólidas, praticarmos o apostolado em todas as suas formas, fundando e dirigindo obras de zelo; tudo isto, sem temor de comprometer a fazenda, a saúde, a reputação, a própria vida.

1084. 2.º O defeito oposto é a *pusilanimidade* que, por temor excessivo dum revés, hesita e fica na inacção. Para evitar situações desagradáveis, comete-se em realidade a maior das inépcias, que é não fazer nada ou quase nada, levando assim uma vida inútil. É evidente que vale mais expor-se a algumas pequenas humilhações que ficar na inacção.

II. A munificência ou magnificência.

1085. 1.º **Natureza.** Quem tem alma nobre e coração grande, pratica a magnificência, *que nos leva a empreender obras grandiosas* e, por isso mesmo, a fazer *grandes despesas*, que essas obras exigem.

a) Às vezes é o orgulho ou ambição que inspira essas obras, e nesse caso não é virtude. Mas, quando pretendemos a *glória de Deus* ou o *bem dos nossos semelhantes*, sobrenaturalizamos esse desejo natural das grandezas, e, em vez de capitalizarmos constantemente os nossos haveres, despendemos fidalgamente o dinheiro em grandes e nobres empresas, obras de arte, monumentos públicos, construções de igrejas, hospitais, escolas e universidades, numa palavra, tudo quanto favorece o bem público: é então uma virtude, que nos faz triunfar do apego natural ao dinheiro e do desejo de aumentar os rendimentos.

1086. C) É uma *excelente* virtude, que se deve recomendar aos ricos, mostrando-lhes que o melhor emprego das riquezas, que a Providência lhes confiou, é imitar a liberalidade e magnificência de Deus nas suas obras. Quantas instituições católicas vegetam hoje em dia por falta de recursos! Não seria esse um nobre emprego dos fundos que se puderam acumular, e o melhor meio de se preparar uma rica habitação no céu? E quantas outras instituições não falta ainda criar?! Cada geração traz o seu contingente de necessidades novas: ora são igrejas e escolas que é necessário construir, ora ministros do culto que subvencionar; umas vezes, são misérias

públicas que reclamam auxilio; outras, são obras novas que fundar, patronatos, sindicatos, caixas de previdência e de aposentação, etc. Eis aqui um vasto campo aberto a todas as actividades e a todas as bolsas.

a) Nem sequer é necessário ser rico para praticar esta virtude. S. Vicente de Paulo não o era; e contudo, haverá um só homem que tenha praticado tanto e tão acertadamente como ele uma munificência verdadeiramente real para com todas as misérias do seu século, e fundado obras que tivessem resultado tão duradoiro? Quem tem alma nobre encontra recursos na caridade pública, e parece que a Providência se põe ao serviço das grandes dedicações, quando se sabe confiar nela e observar as leis da prudência ou seguir os movimentos do Espírito Santo.

1087. 2.º Os defeitos opostos são a mesquinhez e a profusão.

a) A *mesquinhez* ou *miséria* trava os arranques do coração, não sabe proporcionar as despesas à importância da obra que se há-de empreender e se alguma coisa faz, é sempre pequena e acanhada. b) A *profusão*, pelo contrário, impele-nos a fazer despesas excessivas, a prodigalizar dinheiro sem conta, sem proporção com a obra empreendida, indo até por vezes além dos próprios recursos. Chama-se também *prodigalidade*.

É a prudência que compete conservar o meio termo entre estes dois excessos.

III. A paciência ¹.

1088. 1.º Natureza. A paciência é uma *virtude cristã que nos faz suportar com igualdade de alma, por amor de Deus e em união com Jesus Cristo, os sofrimentos físicos ou morais*. Todos nós padecemos suficientemente para sermos santos, se o soubermos fazer corajosamente e por motivos sobrenaturais; muitos, porém, não sofrem senão queixando-se, praguejando, amaldiçoando até por vezes a Providência; outros sofrem por orgulho ou cobiça e perdem assim o fruto da paciência. O verdadeiro motivo que nos deve inspirar, é a submissão à vontade de Deus (n.º 487), e, para nos ajudar a isso, a esperança da recompensa eterna que coroará a nossa paciência (n.º 491). Mas o estímulo mais poderoso é a meditação de *Jesus, sofrendo* e morrendo por nós. Se Ele, a própria inocência, suportou tão heróicamente tantas torturas físicas

¹ S. FR. DE SALES, *Vie dévote*, IIIº P., ch. III; J. J. OLIER, *Introd.*, ch. IX; W. FABER, *Progrès*, ch. IX; D. V. LEHODEY, *Le saint abandon*, IIIº Part., ch. III-V.

e morais, por nosso amor, para nos resgatar e santificar, não é justo que nós, que somos culpados, e com nossos pecados lhe causámos os sofrimentos, nos sujeitemos generosamente a padecer com Ele e pelas suas mesmas intenções, para colaborarmos com Ele na obra da nossa purificação, e termos parte na sua glória, depois de a havermos tido nos seus sofrimentos? As almas nobres e generosas acrescentam ainda um motivo de apostolado: sofrem, para completarem a Paixão do divino Salvador e trabalharem assim na redenção das almas (n.º 149). Aqui está o segredo da paciência heróica dos Santos e do seu amor à cruz.

1089. 2.º Os **graus** da paciência correspondem aos três estágios da vida espiritual.

a) Ao *princípio*, aceita a alma o sofrimento, como vindo de Deus, sem murmúrio nem revolta, sustentada pela esperança dos bens celestes; aceita-o, para reparar as suas faltas e purificar o coração, para dominar as suas inclinações desordenadas, em particular a tristeza e o abatimento; aceita-o, apesar das repugnâncias da sensibilidade, e, se pede que o cálix se afaste, acrescenta que, suceda o que suceder, se sujeita à vontade divina.

1090. b) No segundo grau, abraça a alma os sofrimentos com ardor e determinação, em união com Jesus Cristo, e para mais se conformar com aquele divino Chefe. As suas delícias são percorrer em companhia dele a via dolorosa que Ele trilhou do presépio ao Calvário. Admira-O, louva-O, ama-O em todos os estados dolorosos em que se encontrou: nas privações a que Ele se condenou à sua entrada no mundo; na resignação no humilde presépio que lhe serve de berço, onde sofre ainda mais da ingratidão dos homens que do frio da estação; nos sofrimentos do exílio; nos obscuros trabalhos da vida oculta; nos labores, fadigas e humilhações da vida pública; mas sobretudo nos sofrimentos físicos e morais da sua longa e dolorosa Paixão. Armados deste pensamento «*Christo igitur passo in carne, et vos eadem cogitatione armamini*»¹, sentimo-nos mais corajosos em frente da dor ou da tristeza; estendemo-nos amorosamente sobre a cruz, ao lado de Jesus e por amor dele: «*Christo confixus sum cruce*»²; quando sofremos mais lançamos um olhar compassivo e amoroso sobre Ele, e ouvimo-lo dizer: «*Beati qui lugent... beati qui persecutionem patiuntur propter*

¹ *I Petr.* IV, 1. — ² *Gal.* II, 19.

iustitiam»¹; a esperança de compartilhar a sua glória no céu torna mais suportáveis as crucifixões que com Ele se sofrem: «*Si tamen compatimur, ut et conglorificemur*»². Chega até por vezes a alma, como S. Paulo, a alegrar-se das suas misérias e tribulações, sabendo bem que sofrer com Cristo, é consolá-lo e completar a sua paixão, é amá-lo mais perfeitamente na terra e preparar-se para gozar mais do seu amor na eternidade: «*Libenter gloriabor in infirmitatibus meis, ut inhabitet in me virtus Christi*»³... *superabundò gaudio in omni tribulatione nostra*»⁴.

1091. c) E isto leva-nos ao terceiro grau, o *desejo e amor do sofrimento*, por Deus, que desejamos assim glorificar, e pelas almas, por cuja santificação queremos trabalhar. É o que convém aos *perfeitos* e sobretudo às almas de eleição, aos varões apostólicos, aos religiosos e sacerdotes. Era esta a disposição de N. S. Jesus Cristo, ao oferecer-se a seu Pai como vítima desde a sua entrada no mundo, disposição que Ele exprimia, proclamando o seu desejo de ser baptizado com o baptismo doloroso da sua Paixão: «*Baptismo habeo baptizari; et quomodo coarctor usquedum perficiatur*»⁵.

Por amor para com Ele, e para melhor se lhe tornarem semelhantes, entram as almas perfeitas nos mesmos sentimentos: «porque, diz S. Inácio⁶, como os mundanos, que seguem ao mundo, amam e buscam com tanta diligência honras, fama e estima de grande nome na terra, conforme o mundo lhes ensina; assim os que caminham em espírito, e seguem deveras a Cristo Nosso Senhor, amam e desejam intensamente tudo o contrário, que é vestir-se do mesmo traje e librê do seu Senhor por seu amor e reverência; tanto que, quando fosse sem ofensa alguma de sua divina Majestade e sem pecado do próximo, folgariam de passar injúrias, falsos testemunhos, afrontas e ser tidos e julgados por doidos (não dando eles ocasião alguma para isso), porque desejam parecer-se e imitar dalgum modo a nosso Criador e Senhor Jesus Cristo, vestindo-se do seu traje e librê; pois Ele a vestiu por nosso maior proveito espiritual, dando-nos exemplo, para que em todas as coisas a nós possíveis, mediante sua divina graça, o queiramos imitar e seguir, pois é para os homens o verdadeiro caminho da vida». Não há evidentemente senão o amor de Deus e do divino Crucificado que possa fazer amar deste modo as cruces e as humilhações.

1092. Deveremos ir mais além, oferecendo-nos a Deus como vítimas e pedindo positivamente sofrimentos excepcionais, quer para reparar a glória divina, quer para obter algum favor

¹ Mt. V, 10. — ² Rom. VIII, 17. — ³ II Cor. XII, 9. — ⁴ II Cor. VII, 4. — ⁵ Lc. XII, 50. — ⁶ Constitut. Soc. Iesu, Examen generale, c. V, n. 44.

insigne? Santos houve que o fizeram e ainda hoje há almas generosas que se sentem inspiradas a esse heroísmo. Geralmente, porém, não é prudente aconselhar semelhantes pedidos, porque se prestam muito à ilusão, e muitas vezes são inspirados por uma generosidade irreflectida que vem da presunção. «Fazem-se, diz o P. de Smedt¹, em momentos de fervor sensível, e, uma vez passado o tempo desse fervor..., sente-se a alma demasiado fraca para executar os actos heróicos de submissão e aceitação que tão enérgicos se haviam feito em imaginação. Daí nascem tentações violentíssimas de desalento ou até de murmúrios contra a divina Providência... o que é fonte de muitos enfados e embaraços para os directores dessas almas». Não se devem, por conseguinte, pedir espontaneamente sofrimentos ou provações especiais; se a alma se sente a isso levada, deve consultar um director prudente, não fazendo nada sem a sua aprovação.

IV. A constância.

1093. A constância no esforço *consiste em lutar e sofrer até o fim, sem succumbir ao cansaço, ao desalento ou à moleza.*

1.º A experiência mostra, efectivamente, que, depois de esforços reiterados, a alma se *cansa* de praticar o bem, ou se enfastia de ter de conservar constantemente a vontade em tensão; é observação de Santo Tomás: «*Diu insistere alicui difficili specialem difficultatem habet*»². E, contudo, não é sólida a virtude enquanto não tem sanção de tempo, enquanto não está consolidada por hábitos profundamente arraigados.

Esse sentimento de cansaço produz muitas vezes o *desânimo* e a *moleza*; o fastio, que se experimenta em renovar os esforços, distende as energias da vontade, e produz um certo abatimento moral ou desalento; então o amor do prazer e a saudade de estar dele privado retomam o predomínio, e a alma deixa-se ir ao sabor das suas más tendências.

1094. 2.º Para *reagir* contra esta fraqueza: 1) é necessário, em primeiro lugar, lembrarmo-nos que a perseverança é um dom de Deus (n.º 127), que se obtém pela oração; devemos, por conseguinte, pedi-lo com instância, em união com Aquele que foi constante até à morte, e por intercessão daquela que chamamos com razão *Virgem fiel*.

¹ *Notre vie surnaturelle*, t. I, p. 269. — O P. Capelle, que estudou especialmente esta questão (*Les Ames Généruses*, 1920, 3ª P., ch. IV-VII) resume a sua doutrina em três proposições: 1) É o próprio Cristo Senhor Nosso que escolhe as suas vítimas; 2) avisa-as antecipadamente do que terão de sofrer; 3) pede-lhes o livre consentimento.

² S. THOM., II, II, q. 137, a. 1.

2) É preciso, em seguida, renovar as convicções sobre a brevidade da vida e a duração sem fim da recompensa que coroará os nossos esforços; se temos toda a eternidade para descansar, vale bem a pena fazer alguns esforços e passar algumas contrariedades na terra. Se, apesar de tudo, nos sentirmos fracos e vacilantes, é pedir com insistência a graça da constância, cuja necessidade tão vivamente experimentamos, repetindo a oração de S. Agostinho: «*Da, Domine, quod iubes, et iube quod vis*».

3) É pormo-nos, enfim, corajosamente à obra com novo ardor, apoiados na graça onnipotente de Deus, apesar do pouco resultado aparente das nossas tentativas, lembrando-nos de que Deus nos exige o esforço e não o resultado. Não esqueçamos, contudo, que temos às vezes necessidade duma certa expansão, repouso e distração: *homo non potest diu vivere sine aliqua consolatione*. A constância não exclui, pois, o descanso legítimo: *otiare, quo melius labores*; tudo está em tomá-lo em conformidade com a vontade de Deus, segundo as prescrições da regra ou dum prudente director.

§ III. Meios de adquirir ou aperfeiçoar a virtude da fortaleza

Remetemos, antes de tudo, o leitor para o que dissemos acerca da educação da vontade (n.º 811), acrescentando algumas observações que mais de perto se referem ao nosso assunto.

1095. 1.º O segredo da nossa fortaleza reside na *desconfiança de nós mesmos* e na *confiança absoluta em Deus*. Incapazes, sem o auxílio da graça, de fazer qualquer coisa boa, na ordem sobrenatural, participaremos da força do próprio Deus e seremos invencíveis, se tivermos cuidado de nos apoiar em Jesus Cristo: «*qui manet in me et ego in eo, hic fert fructum multum...*»¹ *Omnia possum in eo qui me confortat*»². Eis o motivo por que os *humildes* é que são fortes, quando à consciência da sua fraqueza ajuntam a confiança em Deus. São, pois, estes os dois sentimentos que se devem cultivar nas almas. Tratando-se de orgulhosos e presunçosos, é insistir na *desconfiança de si mesmos*; a tímidos e pessimistas propõe-se com insistência a *confiança em Deus*, explicando-lhes estas consoladoras palavras de S. Paulo: «*Infirma mundi elegit Deus ut confundat fortia... et ea quae non sunt, ut ea quae sunt des-*

¹ Io. XV, 5. — ² Phil. IV, 13.

trueret: o que era fraco aos olhos do mundo, escolheu-o Deus para confundir os fortes... o que não é nada, para reduzir a nada o que é»¹.

1096. 2.º A esta dupla disposição é mister juntar *convicções profundas* e o hábito de *proceder em conformidade com essas convicções*.

A) Convicções fundadas nas grandes verdades, em particular o fim do homem e do cristão, a necessidade de sacrificar tudo para alcançar esse fim; o horror que nos deve inspirar o pecado, único obstáculo ao nosso fim; a necessidade de sujeitar a nossa vontade à de Deus, para evitarmos o pecado e conseguirmos o nosso destino, etc. Estas convicções é que são, efectivamente, os princípios directores do nosso proceder, e os motores que nos dão o impulso necessário para triunfar dos obstáculos.

B) Eis o motivo por que importa habituar-nos a proceder conforme essas convicções; não nos deixaremos, pois, arrastar pela inspiração do momento, pelo ímpeto brusco da paixão, pela rotina ou interesse pessoal; mas, antes de fazermos qualquer coisa, digamos: *quid hoc ad aeternitatem?* Esta acção, que vou praticar, aproxima-se de Deus, da minha eternidade bem-aventurada? Se sim, faço-a; se não, abstenho-me. Assim, referindo tudo ao último fim, vivemos conforme as nossas convicções, e somos fortes.

1097. 3.º Para melhor se vencerem as dificuldades, é bom *prevê-las*, encará-las de frente, e armar-se de coragem contra elas; mas sem as exagerar, e contando com o auxílio que Deus não deixará de nos dar em tempo oportuno. Dificuldade prevista é dificuldade meio vencida.

1098. 4.º Enfim não esqueçamos que não há nada que nos torne intrépidos como o *amor de Deus*: «*fortis est ut mors dilectio*»². Se o amor torna a mãe corajosa e denodada, quando se trata de defender a seus filhos, que não fará o amor de Deus, quando se encontra profundamente enraizado na alma? Não foi ele que fez os mártires, as virgens, os missionários, os santos? Quando S. Paulo conta as provações que passou, as perseguições e sofrimentos que suportou, perguntamo-nos qual era a força maravilhosa, que lhe sustentava a coragem no meio de tantas adversidades. Ele próprio no-lo diz: era o amor de Cristo: «*Caritas enim Christi urget nos*»³. E eis aqui o

¹ I Cor. I, 27-28. — ² Cant. VIII, 6. — ³ II Cor. V, 14.

motivo por que está sem inquietação quanto ao futuro; porquanto, que há aí que o possa separar do amor de Cristo: «*quis nos separabit a caritate Christi?*» E enumera as diferentes tribulações que pode prever, acrescentando que «nem a morte, nem a vida, nem os anjos... nem as coisas presentes, nem as futuras, nem a violência... nem criatura alguma nos poderá separar do amor de Deus em Jesus Cristo Nosso Senhor»¹. O que S. Paulo dizia, qualquer cristão o pode dizer, contanto que ame lealmente o seu Deus; e então participará da força do próprio Deus: «*quia tu es Deus, fortitudo mea*»².

ART. IV. A virtude da temperança³

Se a fortaleza é necessária, para reprimir o temor, não o é menos a temperança, para moderar essa inclinação ao prazer que tão facilmente nos afasta de Deus.

1099. *A temperança é uma virtude moral sobrenatural que modera a atracção para o prazer sensível, sobretudo para os prazeres do gosto e do tacto, e o contém nos limites da honestidade.*

O seu *objecto* é moderar todo o prazer sensível, mas sobretudo o que anda anexo às duas grandes funções da vida orgânica: o comer e beber, que conservam a vida do individuo, e os actos que têm por fim a conservação da espécie. A temperança faz-nos usar do prazer para um fim honesto e sobrenatural, e por isso mesmo lhe modera o uso, segundo as prescrições da razão e da fé. E, precisamente porque o prazer é atraente e nos arrasta facilmente para além dos justos limites, a temperança leva-nos à mortificação, ainda mesmo em certas coisas permitidas, a fim de assegurar o império da razão sobre a paixão.

À luz destes princípios é que resolveremos as questões particulares.

Como já falámos suficientemente das regras que se devem seguir, para moderar o prazer que acompanha a nutrição (n.º 864), trataremos aqui da *castidade*, que regula o prazer anexo à propagação da espécie. Falaremos em seguida de duas virtudes aliadas à temperança, a *humildade* e a *mansidão*.

¹ Rom. VIII, 38-39. — ² Ps. XLII, 2. — ³ S. THOM., II, II, q. 141-170; SCARAMELLI, *Guide ascétique*, III^e Traité, art. 4; RIBET, *Virtus*, ch. XLIII-XLVIII; CH. DE SMEDT, t. II, p. 268-342; P. JANVIER, Carême, 1921 et 1922

§ I. Da castidade ¹

1100. 1.º Noção. A castidade tem por *fim reprimir tudo quanto há de desordenado nos prazeres voluptuosos*. Ora estes prazeres não têm senão um único fim: perpetuar a raça humana, transmitindo a vida pelo uso legítimo do matrimónio. Fora dele, toda a luxúria é estritamente proibida.

A castidade chama-se com razão virtude *angélica*, porque nos aproxima dos anjos, que são puros por natureza. É uma virtude *austera*, porque ninguém chega a praticá-la, sem disciplinar e domar o próprio corpo e sentidos por meio da mortificação. É uma virtude *delicada*, que as mais pequenas faltas voluntárias embaciam; e por isso mesmo *difícil*, porque não pode guardá-la senão quem luta generosa e constantemente contra a mais tirânica das paixões.

1101. 2.º Graus. 1) Tem muitos graus: o primeiro consiste em evitar com cuidado *consentir* em qualquer pensamento, imaginação, sensação, ou acção contrária a esta virtude.

2) O segundo tende a *afastar imediata e enèrgicamente* qualquer pensamento, imagem ou impressão que porventura pudesse deslustrar o brilho desta virtude.

3) O terceiro, que não se adquire geralmente senão após longos esforços na prática do amor de Deus, consiste em dominar a tal ponto os sentidos e pensamentos que, quando se tem, por dever, que versar questões relativas à castidade, se faz isso com tanta serenidade e paz, como se se tratasse de assunto totalmente diverso.

4) Há pessoas, enfim, que, por privilégio especial, chegam a não experimentar movimento algum desordenado, como se conta de Santo Tomás, depois da sua vitória numa circunstância crítica.

1102. 3.º Espécies. Há duas espécies de castidade: a castidade *conjugal* que convém às pessoas legitimamente casadas, e a *continência* que é própria das que o não são. Depois de tratarmos brevemente da primeira, insistiremos na segunda, sobretudo em quanto convém às pessoas obrigadas ao celibato religioso ou eclesiástico.

¹ CASSIANUS, *Collat.*, XII; S. J. CLIMACUS, *Scala*, Gradus XV; S. THOM., II, II, q. 151-156; RODRIGUEZ, P. III, tr. IV, Da castidade; S. FR. DE SALES, *Vie dèvote*, III^e P., XII-XIII; J. J. OLIER, *Introduction*, ch. XII; S. LICUORI, *Scala*, II^e Part., Instr. III, Chasteté du prêtre; MGR. GAY, *Vie et vertus*, tr. X; VALUY, *Vertus religieuses*, Chasteté; P. DESURMONT, *Charité sacerdotale*, § 77-78; MGR. LELONG, *Le saint Prêtre*, 12^e Conf.

I. Da castidade conjugal.

1103. 1.º **Princípio.** Os esposos cristãos não esquecerão jamais que, segundo a doutrina de S. Paulo, o matrimónio cristão é símbolo da união santa que existe entre Cristo e a sua Igreja: «Maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e se entregou a Si mesmo por Ela, a fim de a santificar...»¹. Devem, pois, amar-se, respeitar-se, santificar-se mutuamente (n.º 591). O primeiro efeito deste amor é a união indissolúvel dos corações, e, por conseguinte, a fidelidade inviolável dum ao outro.

1104. 2.º **Fidelidade mútua.** a) Servir-nos-emos aqui da linguagem de S. Francisco de Sales ou resumiremos o seu pensamento².

«Conservai, pois, ó maridos, um terno, constante e cordial amor para com vossas mulheres... Se quereis que vossas mulheres vos sejam fiéis, ensinai-lhes essa fidelidade pelo vosso exemplo. Com que cara, diz S. Gregório Nazianzeno³, quereis vós exigir a pudicícia de vossas mulheres, se vós mesmos viveis em impudicícia? — «Mas vós, mulheres, cuja honra anda inseparavelmente aliada com a pudicícia e honestidade, conservai, ciosamente a vossa glória e não permitais que espécie alguma de dissolução empane a candura da vossa reputação. Temei toda a casta de insultos, por pequenos que sejam, não permitais nunca qualquer galanteio à roda de vós. Quem quer que venha louvar a vossa formosura e donaire, deve ser-vos suspeito... mas, se ao vosso louvor alguém se atreve a acrescentar o desprezo de vosso marido, ofende-vos enormemente, porque é evidente que não só vos quer perder, mas que vos tem já por meio perdida pois está já feito ao menos meio negócio com o segundo comerciante, quando alguém está desgostoso com o primeiro».

b) Nada assegura melhor esta mútua fidelidade que a prática da *verdadeira devoção*, em particular a oração em comum.

«E assim, devem as mulheres desejar que seus maridos sejam confeitados com o açúcar da devoção, porque o homem sem devoção é um animal severo, áspero e rude! e os maridos devem desejar que suas mulheres sejam devotas, porque sem a devoção a mulher é sobremaneira frágil e sujeita a cair ou a desmaiar na virtude».

c) Enfim, o *apoio mútuo* de um pelo outro deve ser tão grande que ambos se não irriteem ao mesmo tempo e súbitamente, para que

¹ *Eph.* V, 25. — ² *Vie dévote*, III^e P., ch. XXXVIII. — ³ *Orat.* XXXVII, 7.

neles se não veja nem dissensão nem contenda. Se, pois, um deles está encolerizado, fique o outro sereno, para que a paz volte o mais depressa possível.

1105. 3.º Dever conjugal. Os esposos respeitarão a santidade do tálamo conjugal pela *pureza de intenção e honestidade* das suas relações.

A) A sua *intenção* será a do jovem Tobias, quando esposou Sara: «Tu sabes, senhor, que não é para satisfazer o meu apetite que eu tomo a minha irmã por esposa, mas unicamente por amor dos filhos, pelos quais o teu nome seja bendito pelos séculos dos séculos»¹. Eis perfeitamente expresso o fim primordial do matrimónio cristão: ter filhos, que se educarão no temor e amor de Deus, que se formarão na piedade e vida cristã, para fazer deles um dia cidadãos do céu. O fim secundário é auxiliar-se mutuamente a suportar os trabalhos da vida, e triunfar das paixões, subordinando o prazer ao dever.

1106. B) Cumprir-se-á, pois, *fiel e francamente* o dever conjugal²; tudo quanto favorece a transmissão da vida é não só lícito, mas honesto; qualquer acção, porém, que pusesse voluntariamente obstáculo a esse fim primordial, seria falta grave, pois iria contra o fim primário do matrimónio. Ter-se-á em conta esta recomendação de S. Paulo: «Não vos defraudeis um ao outro, senão talvez de comum acordo por algum tempo, para vos applicardes à oração. E de novo tornai a coabitar, porque não vos tente Satanás por vossa incontinência»³.

C) A *moderação* impõe-se no cumprimento deste dever, como no uso do alimento; há mesmo casos em que a higiene e as conveniências exigem se pratique por algum tempo a continência. O que não conseguirá senão quem houver tomado o hábito de subordinar o prazer ao dever e de buscar na recepção frequente dos sacramentos remédio aos apetites violentos da concupiscência. Lembrem-se, porém, todos que não há nada impossível, e que pela oração se obtém sempre a graça de praticar as virtudes mais austeras.

II. Da continência ou do celibato.

1107. A continência absoluta é um dever para todas as pessoas que não estão unidas pelos laços de legítimo matrimónio. Deve ser praticada por todos antes do matrimónio,

¹ Tob. VIII, 9. — ² S. FR. DE SALES, *Vie dévote*, III^e P., c. XXXIX.
— ³ I Cor. VII, 5.

assim como por todos os que estão no santo estado de viuvez ¹. Mas há, além disso, almas de eleição, chamadas a praticar a continência, toda a vida, quer no *estado religioso*, quer no *sacerdócio*, quer mesmo no *mundo*. A essas pessoas é conveniente traçar regras especiais para a conservação da pureza perfeita.

Ora, a castidade é uma virtude frágil e delicada, que não se pode conservar, se não é protegida por outras virtudes; é uma praça de guerra que necessita para sua defesa de obras avançadas. Esses fortes são em número de quatro: 1.º a *humildade*, que produz a desconfiança de si mesmo e a fuga das ocasiões perigosas; 2.º a *mortificação* que, combatendo o amor do prazer, atinge o mal na sua raiz; 3.º a *aplicação aos deveres de estado*, que previne os perigos da ociosidade; 4.º o *amor de Deus*, que, enchendo o coração, o impede de se entregar às afeições perigosas. No centro deste *quadrilátero*, pode a alma não sòmente repelir os ataque do inimigo, mas até aperfeiçoar-se na pureza.

1.º A humildade, guarda da castidade

1108. Esta virtude produz *três* disposições que nos põem ao abrigo de muitos perigos: a desconfiança de nós mesmos e a confiança em Deus; a fuga das ocasiões perigosas, a sinceridade na confissão.

A) A desconfiança de nós mesmos, acompanhada de *confiança em Deus*. Muitas almas caem, efectivamente, na impureza por orgulho e presunção. É observação de S. Paulo a propósito dos filósofos pagãos que, gloriando-se da sua sabedoria, se deixaram arrastar a toda a espécie de torpezas: «*Propterea tradidit illos Deus in passiones ignominiae*» ².

O que explica assim M. Olier: «Deus não pode sofrer a soberba numa alma, humilha-a até o extremo; e, cioso de lhe fazer reconhecer a sua fraqueza e que não tem poder algum por si própria, para resistir ao mal e manter-se no bem..., permite que seja acometida por estas horribes tentações e que algumas vezes até caia nelas até o fim, porque são as mais vergonhosas de todas e deixam após si uma confusão maior». Quem está, pelo contrário, persuadido de que não é capaz de ser casto por si mesmo, repete a Deus esta humilde oração de S. Filipe de Néri: «Meu Deus, desconfiai de Filipe; aliás ele vos atraíçoiaria».

¹ Ver os excellentes conselhos de S. FR. DE SALES, *Vie dévôte*, IIIº P., ch. XI. — ² *Rom.* I, 26.

1109. a) Esta desconfiança deve ser *universal*: 1) é necessária aos que já *cometeram faltas graves*: porque a crise voltará e, sem a graça, correriam perigo de sucumbir de novo; mas não o é menos aos que *conservaram a inocência*: porque mais cedo ou mais tarde virá a crise, e será tanto mais temerosa quanto menos experiência houver da luta. 2) Deve perseverar até o *fim da vida*: Salomão já não era novo, quando se deixou arrastar pelo amor das mulheres; anciãos eram os que tentaram a casta Suzana. O demônio, que nos ataca na idade madura, é tanto mais formidável quanto mais vencido o julgávamos já; e a experiência mostra que, enquanto nos resta um pouco de calor vital, o fogo da concupiscência, que incubava por debaixo da cinza, se reacende com novo ardor. 3) Impõe-se até às *almas mais santas*: o demônio suspira mais ardentemente por fazê-las cair a elas do que a almas vulgares, e armá-lhes laços mais pérfidos. É observação de S. Jerónimo¹, que dali conclui que ninguém se deve dar por seguro pelos longos anos passados na castidade, pela santidade ou sabedoria².

1110. b) Esta vigilância, contudo, deve ser acompanhada de absoluta *confiança em Deus*. Porque Deus não permitirá que sejamos tentados acima das nossas forças, nem nos pede o impossível: umas vezes nos dá imediatamente a graça de resistir às tentações, outras a de orar, para obter graça mais eficaz³.

É necessário, pois, diz M. Olier⁴, «retirar-se interiormente a Jesus Cristo, para encontrar nele a força de resistir à tentação... Ele quer que sejamos tentados, para que, sendo advertidos, por essa via, da nossa fraqueza e da necessidade que temos do seu auxílio, nos retiremos a Ele, para haurir a força que nos falta». Se a tentação se torna mais violenta, devemos-nos lançar de joelhos e levantar as mãos ao céu, para invocar a assistência de Deus. «Digo, acrescenta M. Olier, que devemos levantar as mãos ao céu, não somente porque esta posição por si mesma é já oração aos olhos de Deus, mas ainda porque é necessário dar por penitência expressa o não se tocar nunca durante esse tempo, e sofrer antes todos os martírios internos e todos os incômodos da carne, e até mesmo do demônio, do que tocar-se».

Quem houver tomado todas estas precauções, pode contar infalivelmente com o auxílio de Deus: «*Fidelis est Deus qui non patietur vos tentari supra id quod potestis, sed faciet etiam cum*

¹ *Epistola XXII ad Eustochium, P. L. XXII, 396.* — ² *Ep. LII, ad Nepotianum, P. L. XXII, 531-532*: «Nec in praeterita castitate confidas; nec David sanctior, nec Salomone potes esse sanctior Memento semper quod paradisi columnae de possessione sua mulier eiecerit». — ³ «Nam Deus impossibilia non iubet, sed iubendo monet, et facere quod possis, et petere quod non possis, et adiuvat ut possis». (*Tridicut.*, sess. VI, cap. II, DENZ., 804). — ⁴ *Introduction, ch. XII.*

tentatione proventum». — Não se deve, pois, temer demasiado a tentação, antes de ela vir, porque seria esse o meio de a atrair; nem quando nos assalta, porque, apoiando-nos em Deus, somos invencíveis.

1111. B) A fuga das ocasiões perigosas. a) A *simpatia* mútua, que existe entre as pessoas de *diferente sexo*, cria às pessoas consagradas ao celibato ocasiões perigosas; é necessário, pois, suprimir os encontros inúteis e afastar o perigo, quando esses encontros são necessários¹. Eis o motivo por que a direcção espiritual das mulheres se não deve fazer senão no confessional, como dissemos (n.º 546). — Temos que salvar duas coisas: a nossa *virtude* e a nossa *reputação*; uma e outra exigem extrema reserva.

b) As *crianças*, que têm exterior agradável, carácter jovial e afectuoso, podem também ser uma ocasião perigosa: gostamos naturalmente de fixar nelas a vista, de lhes fazer carícias, e, se não há cuidado, deixamo-nos arrastar a familiaridades que perturbam os sentidos. É uma advertência que não se deve desprezar, uma espécie de aviso que Deus nos dá, para nos fazer compreender que é tempo de nos determos, que até já se foi longe demais. — Lembremo-nos de que estas crianças têm anjos da guarda que contemplam a face de Deus; que são templos vivos da SS.^{ma} Trindade e membros de Cristo. Então, será mais fácil tratá-los com santo respeito, sem deixarmos de lhes testemunhar a maior dedicação.

1112. c) De modo geral, leva-nos a humildade a evitar o *desejo de agradar*, que infelizmente tantas quedas prepara. Esse desejo que vem juntamente da vaidade e da necessidade de afeição, manifesta-se pelo culto exagerado da própria pessoa, pelo apuro minucioso no trajar, pelo porte dengoso e affectado, linguagem adocicada, olhares acariciadores, hábito de elogiar as pessoas pelas qualidades externas². Estas maneiras de proceder são bem depressa notadas, sobretudo num jovem clérigo, num sacerdote ou religioso.

¹ Era o que S. Jerónimo recomendava já ao seu caro Nepociano: «Hospitulum tuum aut raro aut nunquam mulierum pedes terant... Si propter officium clericatus, aut vidua a te visitatur, aut virgo, nunquam solus introeas. Tales habeto socios quorum contubernio non infameris... Solus coni sola, secreto, et absque arbitro vel teste non sedeas... Caveto omnes suspiciones, et quidquid probabiliter fingi potest, ne fingatur, ante devita» (*Epist.*, LII, P. L., XXII, 531-532).

² S. Jerónimo descreve muito bem esta excentricidade: «omnis his cura de vestibus, si bene oleant, si pes, laxa pelle, non folleat. Crines calamistro vestigio rotantur; digiti de annulis radiant: et ne plantas humidior via aspergat, vix imprimunt summa vestigia. Tales cum videris, *sponsos* magis aestimato quam clericos» (*Epist.*, XXII, P. L., XXI, 414).

1113. C) Dá-nos, enfim, a humildade para com o nosso director a **clareza de consciência** tão necessária para evitar os laços do inimigo.

Na regra 13 sobre o discernimento dos espíritos, diz S. Inácio com razão que, «quando o inimigo da natureza humana quer enganar uma alma justa com seus embustes e artificios, deseja, quer absolutamente que ela o escute e *garde segredo*. Mas, se esta alma descobre tudo a um confessor esclarecido, ou a outra pessoa espiritual que reconheça os enganos e os ardis do inimigo, tem nisso grande desgosto; porque bem sabe que toda a sua malícia ficará desarmada, do momento em que as suas tentativas forem descobertas e postas ao sol»¹. É sobretudo a castidade que se aplica este sábio conselho: quando a alma tem cuidado de descobrir com candura e humildade as suas tentações a um director, é advertida a tempo dos perigos a que se expõe, toma os meios sugeridos por ele, e tentação descoberta é tentação vencida. Mas, se, confiada nas suas próprias luzes, não diz nada sob pretexto de que não é pecado, facilmente cai nos laços do sedutor.

2.º A mortificação, guarda da castidade

Já expusemos a necessidade e os exercícios principais da mortificação (n.ºs 755-790). Recordemos aqui o que se refere mais directamente ao nosso assunto. Como o veneno da impureza se insinua através de todas as fendas, é necessário saber mortificar os *sentidos externos*, os *sentidos internos* e as *afeições do coração*.

1114. A) O corpo, como já dissemos (n.º 771, ss.), necessita de ser disciplinado e, se preciso for, castigado, para se conservar sujeito à alma: «*Castigo corpus meum et in servitutem redigo, ne forte cum aliis praedicaverim, ipse reprobis efficiar*»².

É deste princípio que se deriva a necessidade da sobriedade, e às vezes do jejum, ou de algumas práticas exteriores de penitência; bem como em certas ocasiões, sobretudo na primavera, a oportunidade dum regime emoliente para acalmar a ebulição do sangue e os ardores da concupiscência. Nada se deve descurar para assegurar o predomínio da alma sobre o corpo. — Não se prolongue o sono em demasia; em geral ninguém deve ficar na cama pela manhã, depois de acordado, se não é possível tornar a adormecer.

No corpo, cada um dos sentidos necessita de ser mortificado.

¹ *Exercices spirituels*, trad. Jennesseaux, p. 313-314. — ² *I Cor.* IX, 27.

1115. a) O santo Job tinha feito um pacto com seus olhos, para os não deixar vaguar sobre pessoas que lhe poderiam ser ocasião de tentação: «*Pepigi foedus cum oculis meis, ut ne cogitarem quidem de virgine*»¹. O Eclesiástico recomenda sollicitamente que não fixemos os olhos numa donzela, que os desviemos da mulher ataviada: «porque muitos são seduzidos pela sua beleza, e a paixão nela se inflama como uma fogueira»². Todos estes conselhos são eminentemente psicológicos: o olhar excita a imaginação e acende o apetite, o apetite sollicita a vontade, e, se esta consente, entra o pecado na alma.

1116. b) A *língua* e o *ouvido* mortificam-se pela *reserva nas conversas*. Ora, esta reserva nem sempre existe, ainda entre pessoas cristãs; o hábito de ler romances e de ir ao teatro faz que se fale com excessiva liberdade de muitas coisas que se deviam calar; gosta-se também de andar em dia com os escandalozinhos mundanos; outras vezes graceja-se levemente sobre coisas mais ou menos escabrosas. Uma certa curiosidade doentia faz que muitos se comprazam nessas histórias ou gracejos; a imaginação apascenta-se de tudo isso, representando-nos por miúdo as cenas descritas, os sentidos agitam-se, e muitas vezes a vontade acaba por se deixar vencer do prazer criminoso. É, pois, com razão, que S. Paulo censura as más companhias, como fonte de depravação: «*corrumpunt mores bonos colloquia prava*»³. E acrescenta: «Nem palavras torpes, nem loucas, nem chocarrices, que são impertinentes»⁴. Mostra, efectivamente, a experiência que muitas almas puras foram pervertidas pela curiosidade doentia excitada por conversas imprudentes.

1117. c) O *tacto* é muito particularmente perigoso (n.º 879).

Bem o tinha compreendido Perreyve⁵, quando escrevia: «Mais que nunca, Senhor, vos consagro as minhas mãos; consagro-vo-las até ao escrúpulo. Estas mãos vão receber 'dentro de três dias a consagração sacerdotal. Daqui a quatro dias, terão tocado, sustentado, levado o vosso corpo e o vosso sangue. Quero-as respeitar, venerar como instrumentos sagrados do vosso serviço e dos vossos altares...» Quem se lembra, efectivamente, que teve pela manhã nas suas mãos o Deus

¹ Job. XXXI, 1. — ² Eccli, IX, 5, 8, 9: «Virginem ne conspicias, ne forte scandalizeris in decore illius... Averte faciem tuam a muliere compta, et ne circumspectas speciem alienam. Propter speciem mulieris multi perierunt, et ex concupiscentia quasi ignis exardescit».

³ I Cor. XV, 33. — ⁴ Eph. V, 4. — ⁵ Méditations sur les SS. Ordres, p. 105, ed. 1874.

de toda a santidade, sente-se mais inclinado a abster-se de tudo quanto lhes possa manchar a pureza. Grande recato, pois, para consigo mesmo; para com os outros dêem-se os sinais ordinários de cortesia, mas cautela não se insinue nisso qualquer sentimento apaixonado que traisse uma afeição desordenada. — A um sacerdote que perguntava se era conveniente tomar o pulso a uma moribunda, respondeu S. Vicente de Paulo: «É necessário evitar isso absolutamente; o espírito maligno bem se pode servir desse pretexto para tentar o vivo e até a moribunda. O diabo, nesse momento lança mão de todos os meios, para apanhar uma alma... Nunca vos atreveis a tocar nem donzela nem mulher, seja qual for o pretexto»¹.

1118. B) Os sentidos *internos* não são menos perigosos que os externos, e, ainda quando baixamos os olhos, as lembranças importunas e as imagens obsessoras não cessam de nos perseguir. S. Jerónimo lamentava-se disso na sua solidão, onde, a despeito do ardor do sol e da pobreza da cela, se via transportado pela imaginação ao meio das delícias de Roma². É por isso recomenda com instância que se afugentem *imediatamente* essas imagens: «*Nolo sinas cogitationes crescere... Dum parvus est hostis, interfice; nequitia, ne zizania crescant, elidatur in semine*»³. É necessário afogar o inimigo, antes de ele crescer, e arrancar a cizânia, antes de ela se desenvolver; aliás, é a alma invadida, sitiada pela tentação e, o templo do Espírito Santo torna-se um antro de demónios: «*ne post Trinitatis hospitium, ibi daemones saltent et sirenæ nidificent*»⁴.

1119. Para evitar essas imagens perigosas, importa fugir da leitura desses romances ou peças de teatro, onde se descrevem em cores vivas e realistas as paixões humanas, sobretudo a paixão do amor. Essas descrições não podem deixar de perturbar a imaginação e os sentidos; avivam-se com persistência nos momentos de devaneio, dão à tentação uma forma mais viva e sedutora, e por vezes arrastam o consentimento. Ora, como nota S. Jerónimo, a virgindade perde-se não sòmente pelos actos externos, mas também pelos internos: «*Perit ergo et mente virginitas*»⁵.

Além disso, exortam-nos os Santos a mortificar as imaginações e devaneios *inúteis*. Mostra, efectivamente, a experiência que tudo isso é bem depressa seguido de imagens sensuais e perigosas e que, por conseguinte, se queremos pre-

¹ MEINARD, *Virtus de S. Vincent de Paul*, ch. XIX, p. 306. — ² «(O) quoties ego ipse in eremo constitutus, et in illa vasta solitudine quae exausta solis ardoribus horridum monachis praestat habitaculum, putabam me Romanis interesse deliciis». — ³ *Epist.* XXII, n. 7, P. L., XXII, 398. — ⁴ S. HIERONIM, *Epist.* XXII, n. 6, P. L. XXII, 398. — ⁵ *Epist. cit.*, n. V.

venir estas últimas, é necessário não nos determos voluntariamente nas primeiras. Então, pouco a pouco, acaba por se colocar a imaginação ao serviço da vontade.

É isto particularmente necessário ao sacerdote, que, em virtude da sua mesma profissão, recebe confidências sobre matérias delicadas. É certo que tem graça de estado, para não se deleitar nessas coisas, contanto que, ao sair do confessorário, se não ponha voluntariamente a recordar o que ouviu; aliás, verá a sua virtude sujeita a uma rude prova, e Deus não se obrigou a socorrer os imprudentes que vão buscar o perigo: «*qui amat periculum in illo peribit*»¹.

1120. C) O coração não necessita menos de ser mortificado que a imaginação. É uma das mais nobres, mas também uma das mais perigosas faculdades. Pelos votos ou pelo sacerdócio, consagramos o coração a Deus e renunciamos às alegrias do lar doméstico. Mas este coração fica aberto às afeições, e, se temos graças especiais para o disciplinar, são graças de *combate*, que exigem da nossa parte muita vigilância e esforços.

Além dos perigos comuns, encontra-os o sacerdote especiais no exercício do seu ministério. Apegamo-nos inconscientemente às pessoas a que fazemos bem; estas, por seu lado, sentem-se levadas a exprimir-nos a sua gratidão. Daí afeições mútuas, sobrenaturais ao princípio, mas que, se não há cautela, facilmente degeneram em naturais, sensíveis, absorventes. É que é facilímo iludir-se: «Muitas vezes, diz S. Francisco de Sales, pensamos amar uma pessoa por Deus, e amamo-la por nós mesmos; dizemos que é por Deus que a amamos, mas em realidade amamo-la pela consolação que encontramos nas relações com ela». Um texto célebre, atribuído a S. Agostinho, mostra-nos os graus sucessivos pelos quais se passa do amor espiritual ao amor carnal: «*Amor spiritualis generat affectuosum, affectuosus obsequiosum, obsequiosus familiarum, familiaris carnalem*».

1121. Para evitar tal desgraça, é preciso examinar de tempos a tempos se não reconhecemos talvez em nós alguns dos sinais característicos duma amizade excessivamente natural e sensível. O P. de Valuy² resume-os assim: «Quando o rosto duma pessoa começa a cativar os olhos ou o seu génio simpático agita e faz palpitar o coração. — Saudações ternas, palavras ternas, olhares ternos, presentinhos repetidos... — Não sei que sorrisos trocados, mais eloquentes que as palavras, um certo à vontade que tende pouco a pouco à familiaridade, condescendências e atenções estudadas, oferecimentos de serviços, etc. Agenciar entrevistas secretas, sem olhos nem ouvidos que incomodem; prolongá-las sem fim, renová-las sem motivo. Falar pouco das coisas de Deus, e muito de si e da amizade que tem um ao

¹ *Eccli.* III, 27. — ² *Virtus religiosus*, p. 73-74.

outro. — Louvar-se, lisonjear-se, excusar-se reciprocamente. — Queixar-se amargamente das advertências dos superiores, dos obstáculos que põem às entrevistas, das suspeitas que parecem formar... — Na ausência da pessoa, experimentar inquietação e tristeza. — Estar distraído nas orações com a lembrança da pessoa amada, recomendá-la algumas vezes a Deus com fervor extraordinário, ter a sua imagem profundamente gravada na alma, estar preocupado com ela de dia, de noite, até em sonho. — Perguntar com grande solicitude onde está ela, que faz, quando voltará, se não tem afeição para com outro. — À sua volta, entrar em transportes de alegria desusada. — Sofrer uma espécie de martírio, quando é força separar-se dela de novo. Recorrer a mil expedientes, para ter ocasião de se aproximar.

E ninguém se tranquilize com a piedade das pessoas assim amadas, porque, quanto mais santas, mais atraentes são: «*quo sanctiores sunt, eo magis aliciunt*». Por outra parte, imaginam essas pessoas que a afeição para com um sacerdote não tem nada de perigoso, e deixam-se levar sem temor; é necessário, pois, que o sacerdote as saiba conservar a distância respeitosa.

3.º A aplicação aos estudos e deveres de estado

1122. Uma das mortificações mais úteis é fugir da ociosidade, aplicando-se com ardor aos estudos eclesiásticos e ao cumprimento fiel dos deveres de estado. Por esse meio se afastam os perigos da ociosidade: «*multam malitiam docuit otiositas*»¹. Se há um demónio que tenta uma pessoa ocupada, há cem para tentar uma pessoa ociosa. E na verdade, que há-de fazer, quem não se ocupa em qualquer coisa útil? Devaneia, entrega-se a leituras levianas, faz longas visitas, sustenta conversas mais ou menos perigosas; a imaginação enche-se de vãos fantasmas, o coração deixa-se arrastar por afeições sensíveis, e a alma, aberta a todas as tentações, acaba por cair. Ao contrário, quando nos absorvemos no estudo ou nas obras do nosso ministério, enche-se o espírito de bons e salutares pensamentos², procura o coração castas e nobres afeições; não pensamos senão nas almas; e a própria multiplicidade das ocupações nos põe na feliz necessidade de não termos nenhuma intimidade com tal ou tal pessoa. Se, num dado momento, se apresenta a tentação, o domínio que adquirimos sobre nós mesmos pelo trabalho assíduo, permite divertir o pensamento

¹ *Eccli.* XXXIII, 29. — ² «*Ama scientiam Scripturarum, et carnis vitia non amabis... Facito aliquid operis, ut te semper diabolus inveniat occupatum.*» (S. HIERONYMUS, *Epist.* CXXV, P. L., XXII, 1078).

muito mais rapidamente: o estudo, as obras de zelo chamam por nós, e depressa nos arrancamos aos devaneios para nos ocuparmos das realidades que absorvem o melhor da nossa vida.

1123. É prestar, pois, um grande serviço aos seminaristas e sacerdotes ensiná-los a amar o estudo, a fugir da ociosidade, até mesmo nas férias, a saber utilizar todos os momentos da vida. Quando se pode ajudá-los a traçar um plano de estudos para o seu ministério, a preparar em um curso seguido de instruções, a interessarem-se em qualquer questão especial, faz-se-lhes um grande benefício. Se não há um programa traçado de antemão, corre-se risco de desperdiçar o tempo; com um programa, dá-se a gente ao trabalho com muito mais ardor e método.

4.º O amor ardente para com Jesus e sua santa mãe

1124. Se o trabalho nos preserva o espírito dos pensamentos perigosos, o amor de Deus resguarda-nos o coração das afeições sensíveis, e evita-nos assim um sem-número de tentações.

O coração do homem é feito para amar; o sacerdócio ou o estado religioso não nos tira este lado afectuoso da nossa natureza, mas ajuda-nos a sobrenaturalizá-lo. Se amarmos a Deus com toda a alma, se amarmos a Jesus sobre todas as coisas, sentiremos muito menos o desejo de nos expandir sobre as criaturas. Assim o observa S. João Clímaco: «É virtuoso aquele que tem a tal ponto gravadas no espírito as belezas celestes que não se digna lançar os olhos sobre as belezas da terra, e assim não sente o ardor desse fogo que abraça o coração dos outros»¹.

1125. Mas, para produzir esse resultado, o amor de Jesus, deve ser inflamado, generoso, absorvente. Então, de facto produz uma triplíce vantagem: 1) enche de tal modo o espírito e o coração, que quase se não pensa mais nas afeições humanas; se por vezes estas se insinuam em nós, rechaçamo-las, repetindo as palavras de Santa Inês: «*Ipsi sum desponsata cui Angeli serviunt, cuius pulchritudinem sol et luna mirantur*». É claro que, em presença daquele que possui a plenitude da beleza, da bondade e do poder, todas as criaturas desaparecem e não têm encantos. 2) Mas, além disso, Jesus, que não pode sofrer ídolos em nosso coração, nos exprobrará vivamente as nossas afeições naturais; se tivermos a infelicidade de cair nessa fraqueza, estimulados pelas suas censuras, seremos mais fortes para as combater. 3) Enfim, Ele mesmo protege com o mais cioso desvelo o coração daqueles que se lhe entregam; virá, pois, em nosso auxílio no momento da tentação e nos fortificará contra as seduções das criaturas.

¹ *Scala*, Gradus XV, 7.

Este amor generoso para com Jesus, alcança-se na oração, nas fervorosas comunhões e visitas ao SS.^{mo} Sacramento; torna-se habitual e permanente pela vida de união íntima com N. S. Jesus Cristo, que descrevemos (n.º 153).

1126. Ao amor para com Jesus acrescenta-se uma grande devoção para com a Virgem Imaculada. O seu nome respira pureza, e parece que invocá-la com confiança é já pôr em fuga a tentação. Mas sobretudo, se nos consagramos totalmente a esta boa Mãe (n.ºs 170-176), Ela velará sobre nós como sobre coisa e propriedade sua, e nos ajudará a repulsar vitoriosamente as tentações mais perturbadoras. Recitemos, pois, com muita piedade a oração *O Domina*, tão eficaz contra as sugestões impuras, o *Ave maris stella*, sobretudo a estrofe:

*Virgo singularis,
Inter omnes mitis.
Nos culpis solutos
Mites fac et castos.*

E, se algum dia fôssemos vencidos na luta, não esqueçamos que o Coração Imaculado de Maria é ao mesmo tempo o refúgio seguro dos pecadores; que encontraremos, se À invocarmos, a graça do arrependimento, seguida da graça da absolvição; e que ninguém melhor que a Virgem fiel nos pode assegurar a perseverança.

§ II. A humildade ¹

Esta virtude poderia, sob certos aspectos, considerar-se anexa da justiça, pois que nos inclina a tratar-nos a nós mesmos como merecemos. Considera-se, contudo, geralmente anexa da temperança, porque *modera* o sentimento que temos da nossa própria excelência. Exporemos: 1.º a sua *natureza*; 2.º os seus *graus*; 3.º a sua *excelência*; 4.º os *meios* de a praticar.

¹ CASSIANUS, *Collat.* XVIII, c. XI; S. J. CLIMACUS, *Scala*, XXV; S. BERNARDUS, *De gradibus humilitatis et superbiæ*; S. THOMAS, II, II, q. 161; RODRIGUEZ, P, II, Tr. III, Da humildade; S. FR. DE SALES, *Vie dévote*, III^e P., ch. IV-VII; J. J. OLIER, *Introduction*, ch. V.; L. TRONSON, *Tr. de l'humilité*; SCARAMELLI, *Guide ascétique*, tr. III, art. XI; S. LIGUORI, *La véritable épouse*, ch. XI; MGR. GAY, *Vie et vertus*, tr. VI; V. LIBERMANN, *Ecrits spirit.*, De l'humilité; BEAUDENOM, *Formation à l'humilité*; CH. DE SMEDT, *Notre vie surnat.*, t. II, p. 305-342; D. COLUMBA MARMION, *Le Christ idéal du moine*, XI, p. 277-333.

I. Sua natureza.

1127. 1.º A humildade é uma virtude que os pagãos não conheceram: para eles, a humildade designava algo de vil, abjecto, servil, ignóbil. O mesmo não se passava entre os Judeus: iluminados pela fé, os melhores dentre eles, os justos, cõscios do próprio nada e miséria, aceitavam com paciência a provação como meio de expiação. Deus, então, inclinava-se para eles, para os socorrer; comprazia-se em escutar as orações dos humildes, e perdoava ao pecador contrito e humilhado. Quando, pois, N. S. Jesus Cristo veio pregar a humildade e mansidão, puderam os Judeus compreender a sua linguagem. Nós, porém, compreendemo-la melhor ainda, depois de havermos meditado os exemplos de humildade que Ele nos deu na sua vida oculta, pública e padecente, e não cessa de nos dar na sua vida eucarística.

Pode-se definir a humildade: *uma virtude sobrenatural que, pelo conhecimento que nos dá de nós mesmos, nos inclina a nos estimarmos em nosso justo valor e a buscarmos o abatimento e o desprezo*. Mais concisamente a define S. Bernardo ¹: «*virtus qua homo, verissima sui agnitione, sibi ipsi vilescit*». Esta definição melhor se compreenderá, quando houvermos exposto o fundamento da humildade.

1128. 2.º **Fundamento.** A humildade tem um duplo fundamento: a verdade e a justiça: a *verdade*, que faz nos conheçamos a nós mesmos tais quais somos; a *justiça*, que nos inclina a tratar-nos em conformidade com esse conhecimento.

A) Para nos conhecermos a nós mesmos, diz Santo Tomás, é necessário ver o que em nós pertence a Deus e o que nos pertence a nós, como próprio; ora, tudo quanto há de bom vem de Deus e a Deus pertence, tudo quanto há de mau ou defeituoso vem de nós: «*In homine duo possunt considerari, scilicet id quod est Dei, et id quod est hominis. Hominis autem est quidquid pertinet ad defectum; sed Dei est quidquid pertinet ad salutem et perfectionem*» ².

A *justiça* exige, pois, imperiosamente que se dê a Deus, e a Deus só, toda a honra e glória: «*Regi saeculorum immortalis et invisibili, soli Deo honor et gloria...*» ³. *Benedictio, et claritas, et sapientia, et gratiarum actio, honor et virtus et fortitudo Deo nostro*» ⁴.

Não há dúvida que alguma coisa boa há em nós, o nosso ser natural e sobretudo os nossos privilégios sobrenaturais.

¹ *De gradibus humil.*, c. I, n. 2.

² *Sum. Theol.*, II, II, q. 161, a. 3. — ³ *I Tim.* I, 17. — ⁴ *Apoc.* VII, 12.

A humildade não nos impede de os ver e admirar; mas, assim como, quando se admira um quadro, é para o artista, que o pintou, que vai a nossa homenagem, e não para a tela, assim também, quando admiramos os dons e graças de Deus em nós, é a Ele e não a nós mesmos que se deve dirigir a nossa admiração.

1129. B) Por outra parte, a nossa qualidade de *pecadores* condena-nos à *humilhação*. Em certo sentido, não somos de nós mesmos senão *pecado*, porque, nascidos no pecado conservamos em nós a concupiscência que nos leva ao pecado.

a) Ao entrarmos no mundo, vimos já contaminados com a *mácula original*, de que só a misericórdia divina nos pode purificar. b) É quantas faltas *actuais* não temos nós cometido desde o primeiro despertar da nossa razão! Se cometemos um só pecado *mortal*, merecemos por esse motivo eternas humilhações. Mas, ainda quando não hajamos cometido senão faltas *veniais*, devemos-nos lembrar que a menor delas é uma ofensa de Deus, uma desobediência voluntária à sua lei, um acto de revolta pelo qual preferimos a nossa vontade à sua: uma vida inteira passada na penitência e humilhação não bastaria a expiá-la. c) Mas, além disso, conservamos em nós, ainda depois de regenerados, tendências profundas para o pecado, para toda a espécie de pecados, de tal sorte que, segundo o testemunho de S. Agostinho, se não temos cometido todos os crimes do mundo, à graça de Deus o devemos¹.

Devemos, pois, por justiça, amar as humilhações, aceitar todas as afrontas; se nos dizem que somos avaros, desonestos, orgulhosos, devemos convir nisso, porque conservamos em nós a tendência a todos esses defeitos. «É assim, conclui M. Olier², em qualquer enfermidade, perseguição, desprezo e outra aflição, é mister pormo-nos do partido de Deus e contra nós mesmos, e dizer que tudo isso merecemos justamente e ainda mais, que Ele tem direito a usar de todas as criaturas para nos castigar, e que adoramos a grande misericórdia que Ele exerce agora sobre nós, pois sabemos perfeitamente que no tempo da sua justiça nos tratará mais rigorosamente».

Eis aqui, pois, o duplo fundamento da humildade: não sendo de nós mesmos mais que *nada*, devemos amar o esquecimento e o abatimento; *pecadores*, merecemos todos os desprezos e humilhações.

¹ «Gratiae tuae deputo et quaecumque non feci mala: quid enim non facere potui, qui etiam gratuitum facinus amavi? Et omnia mihi dimissa esse fateor; et quae mea sponte feci mala, et quae te duce non feci». (*Confess.*, lib. II, c. 7; P. L., LXXXII, 681). — ² *Catéch.*, chrétien, Ire Part., leç. XVIII.

II. Os diversos graus de humildade.

Há diferentes classificações, segundo os diversos pontos de vista em que nos colocamos. Não indicaremos senão os principais, que se podem reduzir a três; os de *S. Bento*, os de *S. Inácio* e o de *M. Olier*.

1130. 1.º Os doze graus de *S. Bento*. Cassiano havia distinguido dez graus na prática da humildade. *S. Bento* completa esta divisão, acrescentando-lhe mais dois graus. Para compreendermos o fundamento desta classificação, é mister recordar que *S. Bento* encara esta virtude como «uma disposição habitual da alma, que regula o conjunto das relações do monge com Deus na verdade da sua dupla qualidade de criatura pecadora e de filho adoptivo»¹. Funda-se na reverência para com Deus, e, compreende, além da humildade propriamente dita, a obediência, a paciência e a modéstia. Entre esses doze graus, sete referem-se aos actos *internos*, e cinco aos *externos*.

1131. Entre os actos *internos* classifica:

1) O *temor de Deus*, sempre presente aos olhos de nosso espírito, e fazendo-nos *praticar os mandamentos*: temor dos castigos primeiro, depois temor reverencial, que remata na adoração: «*timor Domini sanctus, permanens in saeculum saeculi*»².

2) A *obediência*, ou submissão da nossa vontade à de *Deus*: é claro, que, se temos reverência e temor de Deus, faremos a sua vontade em tudo. Esta obediência é sem dúvida um acto de humildade, visto ser a expressão da nossa dependência para com Deus.

3) A *obediência aos Superiores* por amor de Deus, *pro amore Dei*. É mais dificultoso submeter-se aos Superiores que ao próprio Deus: de facto, é necessário mais espírito de fé, para ver a Deus nos Superiores, e mais perfeita abnegação, porque esta obediência se aplica a maior número de coisas.

4) A *obediência paciente*, ainda nas coisas mais dificultosas, suportando as injúrias sem queixumes, *tacita conscientia*, ainda mesmo e sobretudo quando a humilhação vem dos Superiores: para o conseguir, pensar na recompensa celeste e nos sofrimentos e humilhações de Jesus.

¹ D. COLUMBA MARMION, *L.c. Christ, idéal du moine*, 1922, p. 299.

² *Ps.* XVIII, 10.

5) A *confissão das faltas secretas*, incluindo os pensamentos, ao Superior¹, fora da confissão sacramental. É este acto de humildade um freio poderoso: a ideia de que será necessário manifestar as faltas mais ocultas trava muitas vezes o despenho para o abismo.

6) A *aceitação cordial* de todas as *privações, ocupações vis*, considerando-se inferior ao seu ofício.

7) Julgar-se sinceramente, do fundo do coração, o último de todos os homens: «*Si omnibus se inferiorem et viliorem intimo cordis credat affectu*». É raro este grau; os Santos chegam lá, reflectindo que, se os outros tivessem tido tantas graças como eles, seriam melhores.

1132. Estes actos internos manifestam-se por actos *externos*. Eis os principais:

8) A *fuga da singularidade*: não fazer nada de extraordinário, mas contentar-se do que é autorizado pela regra comum, pelos exemplos dos antigos e pelos costumes legítimos: querer singularizar-se é, efectivamente, sinal de orgulho ou vaidade.

9) O *silêncio*: saber calar enquanto nos não interrogam, ou enquanto não há uma boa razão de dar o parecer, e ceder aos outros ocasião de falar. De facto, na ânsia de tomar a palavra, há muita vaidade.

10) A *moderação no rir*: S. Bento não condena o rir, enquanto é expressão de alegria espiritual, mas tão somente o *riso de má pinta*, a gargalhada estridente ou zombeteira, ou a disposição habitual a rir pronta e ruidosamente, que mostra pouco respeito da presença de Deus e pouca humildade.

11) A *reserva nas palavras*: quando se fala, fazê-lo suave e humildemente, sem gritos, com a gravidade e sobriedade do homem sisudo.

12) A *modéstia no porte*: andar, assentar-se, estar de pé, olhar modestamente, sem affectação, a cabeça ligeiramente inclinada, o pensamento em Deus e na própria indignidade de levantar os olhos ao céu: «*Domine, non sum dignus ego peccator levare oculos meos ad caelum*».

Depois de haver explicado os diferentes graus de humildade, acrescenta S. Bento que eles levam ao amor de Deus, ao amor perfeito que exclui o temor: «*Ergo his omnibus humilitatis gradibus ascensis, monachus mox ad caritatem Dei per-*

¹ Segundo o Código de Direito Canónico, cân. 530, os Superiores religiosos não podem hoje forçar, de modo algum, os seus inferiores a manifestar-lhes a consciência; mas, acrescenta o Código que «é proveitoso para os súbditos, ir ter com os seus Superiores com filial confiança e expor-lhes também, se os Superiores são sacerdotes, as dúvidas e ansiedades da sua consciência».

veniet illam quae perfecta foris mittit timorem». O amor de Deus, eis pois o termo aonde guia a humildade: o caminho é árduo, mas os píncaros aonde conduz são o mais remontado do amor divino.

1133. 2.º Os três graus de S. Inácio. Para o fim da segunda semana dos Exercícios, antes das regras sobre a eleição, propõe S. Inácio ao exercitante três graus de humildade, que são, afinal, três graus de abnegação.

1) O *primeiro* «consiste em me abater e humilhar quanto em mim caiba, para obedecer em tudo à lei de Deus N. Senhor: de sorte que, nem que me fizessem senhor de todas as coisas criadas neste mundo, nem que me ameaçassem de me tirar a vida temporal, eu não ponha sequer em deliberação a possibilidade de transgredir um mandamento de Deus ou dos homens, que me obrigue sob pena de pecado mortal». Este grau é essencial a todo o cristão que quer conservar o estado de graça.

2) O *segundo* grau de humildade é mais perfeito que o primeiro. «Consiste em me encontrar numa *inteira indiferença* de vontade e affecto entre as riquezas e a pobreza, as honras e o desprezo, o desejo de longa vida ou vida curta, contanto que daí provenha para Deus glória igual e igual utilidade para a salvação da minha alma. Além disso, ainda quando se tratasse de ganhar o mundo inteiro, ou de salvar a minha própria vida, não vacilaria em rejeitar qualquer pensamento de cometer para esse fim um só pecado venial». É disposição já muito perfeita, a que não chegam senão muito poucos.

3) «O *terceiro* grau de humildade é *perfeitissimo*. Encerra os dois primeiros, e além disso, supondo que o louvor e glória da Majestade divina sejam iguais, quer que, para eu imitar mais perfeitamente a Jesus Cristo Nosso Senhor, e me tornar de facto mais semelhante a Ele, prefira, abraça a pobreza com Jesus Cristo pobre, antes que as riquezas; os opróbrios com Jesus Cristo deles saturado, antes que as honras; o desejo de ser tido por homem inútil e insensato, por amor de Jesus Cristo, que primeiro foi tido como tal, antes que passar por homem sábio e prudente aos olhos do mundo». É o grau dos perfeitos, é o amor da cruz e da humilhação, em união com Jesus Cristo e por seu amor; quem chega lá, está no caminho da santidade.

1134. 3.º Os três graus de humildade, segundo M. Olier. Depois de haver exposto no *Catecismo cristão*, a necessidade da humildade e a maneira de combater o orgulho, explica

M. Olier, na *Introdução*, os três graus de humildade interna que convêm às *almas já fervorosas*.

a) O primeiro é *comprazer-se* no conhecimento de si mesmo, da sua vileza e baixeza, dos seus defeitos e pecados. o mero conhecimento das próprias misérias não é humildade; há pessoas que notam os próprios defeitos, mas se entristecem com isso, e buscam em si alguma perfeição que as ponha a coberto da confusão que experimentam: é um efeito da soberba. Mas, quando a alma se compraz no conhecimento das próprias misérias, quando ama a sua própria vileza e abjecção, então é verdadeiramente humilde.

Quem teve a infelicidade de cometer um pecado, deve detestá-lo sem dúvida, mas ao mesmo tempo amar a vileza a que se encontra reduzido pelo pecado. Para se comprazer em suas misérias, deve o homem reflectir que este sentimento honra a Deus, precisamente porque a nossa pequenez faz realçar a sua grandeza, como os nossos pecados fazem sobressair a sua santidade. A alma protesta assim que não vale nada, que é incapaz por si mesma de fazer o bem, mas que tudo vem de Deus, tudo depende dele e tudo deve ser operado por Ele em nós.

b) O segundo grau é *gostar de ser conhecido por vil*, por abjecto, por nada e pecado, e de passar por tal no conceito de todos. É que, efectivamente, se, conhecendo e amando a nossa miséria, quiséssemos ser estimados dos homens, seríamos *hipócritas*, desejando parecer melhor do que somos.

É esta, infelizmente, a nossa tendência; daí nasce a pena que sentimos, quando se descobrem as nossas imperfeições, o cuidado que temos de sair bem em nossas empresas e adquirir a estima dos homens. Ora, apeteer essa estima, é ser ladrão, porque é desejar apropriar-nos do que pertence ao Ser supremo. A alma humilde, pelo contrário, não se inquieta do que possam dela pensar; sofre, quando a louvam, e preferiria mil afrontas a um só louvor, visto aquelas se fundarem na verdade e este na mentira.

c) O terceiro grau é querer ser não somente conhecido, senão *tratado por vil*, abjecto e desprezível; é receber com alegria todos os desprezos e humilhações possíveis; numa palavra, é desejar ser tratado como merece. Ora, que desprezo não é devido ao nada, que nada tem em si de recomendável, e sobretudo que confusão não é devida ao pecado, que nos afasta do verdadeiro bem, que é Deus?!

E assim, quando Deus nos envia aridez, desamparos e repulsas interiores, devemos tomar o partido de Deus contra nós, e confessar que Ele tem razão de rejeitar com desdém as nossas obras e pessoas,

Do mesmo modo, se somos maltratados pelos nossos superiores, iguais e até mesmo inferiores, devemos-nos alegrar disso como da coisa mais justa, mais vantajosa para nós e mais conforme ao desejo de Jesus Cristo. Nem sequer se deve, *por soberba*, aspirar a um alto lugar no céu; é certo que devemos querer amar a Deus tanto como Ele deseja, e ser fiéis, para chegarmos ao ponto de glória e felicidade que Ele nos prepara; mas, quanto ao lugar que ocuparemos no céu, é preciso entregar-nos nas mãos de Deus.

«Então estamos em verdadeiro aniquilamento, e não temos mais que Deus que vive e reina em nós mesmos».

1135. Conclusão. Cada um dos aspectos que expusemos, segundo S. Bento, S. Inácio e M. Olier, tem a sua razão de ser; pertence ao director aconselhar o que melhor corresponda ao estado de alma do penitente.

III. A excelência da humildade

Para compreender a linguagem dos Santos a este propósito, é necessário distinguir entre a humildade *em si*, e a humildade como *fundamento* das outras virtudes.

1136. 1.º Considerada *em si*, a humildade, diz Santo Tomás ¹, é *inferior às virtudes teologais*, que têm a Deus por objecto directo, inferior até a certas virtudes morais, como a prudência, a religião, e a justiça legal que diz respeito ao bem comum; mas é superior às outras virtudes morais (excepto talvez a obediência), por causa do seu carácter universal, e porque nos submete à ordem divina em todas as coisas.

1137. 2.º Se, porém, se considera a humildade, em quanto é a *chave que abre os tesouros da graça*, e o *fundamento* das virtudes, é, no dizer dos Santos, uma das virtudes mais excelentes.

A) É a chave que abre os tesouros da graça: «*humilibus autem dat gratiam*» ². a) Deus sabe, efectivamente, que a alma humilde se não compraz nas graças que lhe dá, que não se desvanecer com elas, antes pelo contrário refere a Deus toda a glória que delas provém; pode, pois, fazer afluír a ela a abundância dos seus favores, pois desse modo será aumentada a sua glória. Vê-se obrigado, pelo contrário, a retirar a sua graça aos soberbos «*Deus superbis resistit*» ³, porque estes a

¹ II, II, q. 161, a. 4 — ² I Petr. V, 5. — ³ I Petr. V, 5.

monopolizam para seu proveito e fazem dela um título de glória para si mesmos; o que Deus não pode suportar: «*Gloriam meam alteri non dabo*»¹.

b) Por outro lado, a humildade esvazia-nos a alma de amor próprio e vanglória, e assim prepara nela para a graça uma vasta capacidade, que Deus sumamente deseja encher; porque, como diz S. Bernardo, há estreita afinidade entre a graça e a humildade: «*Semper solet esse gratiae divinae familiaris virtus humilitas*»².

1138. B) É também o *fundamento* de todas as virtudes; é, se não a mãe, ao menos a *nutriz* de todas elas, sob um duplo aspecto, a saber: *sem ela* não há virtude sólida, *com ela* todas as virtudes se tornam mais profundas e perfeitas.

1) Como o orgulho é o maior obstáculo à fé, é certo que a humildade torna a nossa fé mais pronta, mais fácil, mais firme, e até mais esclarecida: «*Abcondisti haec a sapientibus et prudentibus, et revelasti ea parvulis*»³. Como é mais fácil cativar a inteligência sob a autoridade da fé, quando temos consciência da dependência em que estamos de Deus! «*In captivitate redigentes omnem intellectum in obsequium Christi*»⁴. E reciprocamente a fé, mostrando-nos a infinita perfeição de Deus e o nosso nada, confirma-nos na humildade.

2) O mesmo se diga da *esperança*: o orgulhoso confia em si mesmo e presume demasiado das próprias forças; quase nem pensa em implorar o auxílio divino. O humilde, pelo contrário, põe toda a confiança em Deus, porque desconfia de si mesmo. A esperança, por sua vez, torna-nos mais humildes, porque nos mostra que os bens celestiais estão de tal modo acima das nossas forças que, sem o auxílio onnipotente da graça, os não poderíamos alcançar.

3) A *caridade* tem por inimiga o egoísmo; é, pois, no vácuo de nós mesmos que aumenta o amor de Deus; e este, por sua vez, torna mais profunda a humildade, porque nos sentimos ditosos em nos eclipsarmos diante daquele que amamos. E assim, com razão diz S. Agostinho que não há nada mais sublime que a caridade, mas que só quem é humilde a pratica: «*Nihil excelsius via caritatis, et non in illa ambulant nisi humiles*»⁵. Do mesmo modo, para exercitar a caridade para com o próximo, não há meio mais seguro que a humildade, que lança um véu sobre os seus defeitos, e nos faz ter compaixão das suas misérias, em vez de nos indignarmos contra ele.

1139. 4) A *religião* é tanto mais perfeitamente praticada quanto mais claramente se vê que tudo se deve aniquilar e sacrificar a Deus.

5) A *prudência* exige-a: os humildes folgam de reflectir e consultar antes de emprenderem qualquer coisa.

¹ II Cor. X, 5. — ² Super Missus est, hom. IV, 9. — ³ Mt. XI, 25
⁴ II Cor. X, 5. — ⁵ Enarrat. in Ps. 141, c. 7.

6) A *justiça* não se pode praticar sem humildade, porque o orgulho exagera os seus direitos em detrimento dos do próximo.

7) A *fortaleza cristã*, como vem não de nós mesmos, senão de Deus, verdadeiramente só existe naqueles que, cónscios da própria fraqueza, se apoiam no Único que os pode fortificar.

8) A *temperança* e a *castidade*, já vimos que supõem a humildade. A *mansidão* e a *paciência* não se praticam bem, senão quando se sabem aceitar as humilhações.

Assim pois, se pode dizer que sem humildade não há virtude sólida e duradoira, e que por ela, ao contrário, todas as virtudes crescem e se enraízam mais profundamente na alma. Podemos concluir com S. Agostinho: «Desejas elevar-te? Começa por te abaixar. Sonhas construir um edificio que se levante até o céu? Estabelece primeiro o fundamento sobre a humildade. E quanto mais elevada há-de ser a construção, mais profundos têm que ser os alicerces: «*Magnus esse vis? A minimo incipe. Cogitas magnam fabricam construere celsitudinis? De fundamento prius cogita humilitatis*»¹.

IV. A prática da humildade

1140: Os *principiantes* combatem sobretudo o orgulho, como indicámos (n.ºs 838-844). Os *proficientes* esforçam-se por *imitar a humildade* de N. S. Jesus Cristo.

1141. 1.º Esforçam-se por *atrair a si os sentimentos de Jesus humilde*. É expressamente o que nos diz S. Paulo: «*Hoc enim sentite in vobis quod et in Christo Iesu: qui, cum in forma Dei esset... exinanivit semetipsum*»². É necessário, pois, meditar muitas vezes, admirar e esmerar-se em reproduzir os exemplos de humildade que Jesus nos deu na sua vida *oculta*, na sua vida *pública*, na sua vida *padecente*, e que não cessa de nos dar na sua vida *eucarística*.

A) Na vida *oculta*, o que Jesus sobretudo pratica é a *humildade de obscuridade*. a) Pratica-a, antes de nascer, encerrando-se durante nove meses no seio de Maria, onde oculta os seus atributos divinos da maneira mais completa, «*exinanivit semetipsum*»; submetendo-se a um edito de César «*exiit edictum a Caesare*»³; sofrendo, sem se queixar, as repulsas desdenhosas de que é vítima sua Mãe «*non erat eis locus in diversorio*»⁴; padecendo sobretudo da ingratidão dos homens, que não pensam em lhe preparar um lugar nos seus corações «*in propria venit et sui eum non receperunt*»⁵. b) Pratica-a no *nascimento*, onde

¹ *Sermo 10 de Verbis Domini*. — ² *Phil.* II, 5-7. — ³ *Lc.* II, 1. — ⁴ *Lc.* II, 7. — ⁵ *Io.* I, 11.

nos aparece como um menino pobre, enfaixado, colocado numa mangedeira, sobre uns retrazos de palha: «*invenietis infantem, pannis involutum, positum in praesepio*»¹. E este menino é o Filho de Deus, igual ao Pai, a Sabedoria incriada!

c) Pratica-a em todas as *circunstâncias* que seguem o nascimento: como um menino vulgar, é circuncidado, resgatado pelo preço de duas rolas: é obrigado a fugir para o Egipto, a fim de escapar à perseguição de Herodes, Ele que com uma só palavra podia reduzir a pó esse cruel tirano! d) E que obscuridade, que apagamento na sua vida de Nazaré! Escondido numa pequena povoação da Galileia, ajudando a sua mãe nos cuidados domésticos, aprendiz e operário, passa trinta anos a obedecer, Ele o Senhor do mundo, «*et erat subditus illis*»². Compreende-se, então, a exclamação de Bossuet³: «Ó meu Deus, eu pasmo e torno a pasmar! Mais um golpe! Vem, orgulho, vem morrer diante deste espectáculo! Jesus, filho dum carpinteiro, carpinteiro Ele próprio, conhecido por este exercício, e não se fala de qualquer outro emprego ou acção».

1142. B) Na sua vida pública, não cessa Jesus de praticar o *esquecimento de si mesmo* na medida compatível com a sua missão. É certo que tem de proclamar por palavras e por actos que é o Filho de Deus; mas fá-lo de modo discreto, moderado, assaz claramente, para que os homens de boa vontade possam compreender, sem aquele esplendor, contudo, que força o assentimento. A sua humildade aparece em todo o seu proceder.

a) Rodeia-se de apóstolos ignorantes, pouco cultivados, e por isso mesmo pouco estimados: pescadores e um publicano! Mostra acentuada preferência para aqueles que o mundo despreza: os pobres, os pecadores, os aflitos, os meninos, os deserdados deste mundo. Vive de esmolas e não tem casa própria. b) O seu *ensino* é simples, ao alcance de todos, e as suas comparações, como as suas parábolas, são derivadas da vida ordinária; procura não fazer-se admirar, senão instruir e mover os corações. c) Só *raramente* opera *milagres*, e ainda recomenda muitas vezes àqueles que sara que não digam nada a ninguém. Nada de austeridades affectadas: toma as suas refeições como toda a gente, assiste às bodas de Caná e a alguns banquetes a que é convidado. Foge a popularidade, não receia desagradar a seus discípulos (*durus est hic sermo*⁴); e, quando o querem fazer rei, foge. d) Se penetrarmos os seus *sentimentos mais íntimos*, vemos como quer viver em *dependência do seu Pai* e dos *homens*: não julga ninguém de si mesmo, mas toma o parecer de seu Pai: «*Ego non iudico quemquam*»⁵; não fala senão para exprimir a doutrina daquele que O enviou:

¹ Lc. I, 12. — ² Lc. II, 51. — ³ *Élévations*, XX^e Semaine, 8^o Flév. —

⁴ Io. VI, 61. — ⁵ Io. VIII, 15.

«*A meipso, non loquor*»...¹ «*Mea doctrina non est mea, sed eius qui misit me*»²; não faz nada de si mesmo, mas unicamente por deferência para com seu Pai: «*Non possum a meipso facere quidquam... Pater autem in me manens ipse facit opera*»³. E assim não é a sua própria glória que Ele busca, é a de seu Pai; não viveu na terra senão para O glorificar: «*Ego... non quaero gloriam meam... Ego te clarificavi super terram*»⁴. Mais ainda, o Senhor do mundo faz-se servo dos homens: «*Non veni ministrari, sed ministrare*»⁵. Numa palavra, esquecido de si mesmo, sacrifica-se constantemente por Deus e pelos homens.

1143. C) É isto mesmo o que aparece ainda mais na sua vida *padecente*, em que pratica a humildade de *abjecção*.

Jesus, a mesma santidade, quis tomar sobre si o peso de nossas iniquidades, e sofrer a pena que lhes era devida, como se fora culpado: «*Eum, qui non noverat peccatum pro nobis peccatum fecit*»⁷. a) Donde aqueles sentimentos de tristeza, abatimento, tédio que experimenta no jardim das Oliveiras, vendo-se coberto dos nossos pecados: «*coepit pavere, taedere, moestus esse... Tristis est anima mea usque ad mortem*»⁸.

b) Daqui os opróbrios de que foi saturado: traído por Judas, não tem para com ele senão palavras de amizade: «*Amice, ad quid venisti?*»⁹ Desamparado por seus apóstolos, não cessa de os amar; preso, manietado como um malfeitor, cura a Malco ferido por Pedro. Entregue à criadagem, suporta as afrontas que lhe fazem, sem se queixar; injustamente caluniado, não se justifica, nem fala senão para responder à adjuração do sumo sacerdote, no qual respeita a autoridade de Deus; sabe que a sua resposta lhe valerá a pena de morte, mas diz a verdade, apesar de tudo. Tratado como louco por Herodes, não dirá uma palavra, não fará uma milagre, para vingar a sua honra. O povo, a quem havia feito tanto bem, prefere-lhe Barrabás, e Jesus não deixa de sofrer pela sua conversão! Injustamente condenado por Pilatos, cala-se, deixa-se flagelar, coroar de espinhos, vilipendiar como um rei de teatro; aceita sem murmúrio a pesada cruz que lhe carregam sobre os ombros, deixa-se crucificar sem uma palavra de protesto. Insultado sarcásticamente por seus inimigos, ora por eles e desculpa-os perante seu Pai. Privado das consolações celestiais, desamparado de seus discípulos, ferido na sua dignidade de homem, na sua reputação, na sua honra, dir-se-ia que sofreu todos os géneros de humilhação imaginável e pode repetir com mais razão que o Salmista: «*Sum vermis et non homo, opprobrium hominum et abiectio plebis*»¹⁰. E foi por nós pecadores, em nosso lugar, que suportou tão heróicamente todos estes insultos, sem uma palavra de queixa: «*Qui cum malediceretur, non maledicebat: cum pateretur, non comminabatur,*

¹ *Io.* XIV, 10. — ² *Io.* VII, 16. — ³ *Io.* V, 30; XIV, 10. — ⁴ *Io.* VIII, 50. — ⁵ *Io.* XVII, 14. — ⁶ *Mt.* XX, 28. — ⁷ *II Cor.* V, 21. — ⁸ *Mc.* XIV, 33-34. — ⁹ *Mt.* XXVI, 50. — ¹⁰ *Ps.* XXI, 7.

tradebat autem iudicanti se iniuste»¹. Poderíamos, então, nós soltar jamais uma palavra de queixa, nós que somos tão culpados, ainda quando alguma vez fôssemos injustamente acusados?

1144. D) A sua vida *eucarística* reproduz estes diferentes exemplos de humildade.

a) Jesus no sacrário está *escondido*, mais que no presépio, mais ainda que no Calvário, «*in cruce latebat sola deitas, at hic latet simul et humanitas*»². E contudo, do fundo da sua prisão de amor é Ele que é a causa primeira e principal de todo o bem que se faz no mundo, é Ele que inspira, robustece, consola todos os missionários, os mártires, as virgens... E quer estar escondido, *nesciri et pro nihilo reputari*.

b) E quantas afrontas, quantos insultos não recebe no sacramento do seu amor, não somente da parte dos incrédulos que recusam crer na sua presença, dos ímpios que profanam o seu corpo sagrado, mas ainda dos cristãos que, por fraqueza e covardia, fazem comunhões sacrílegas, das próprias almas que lhe são consagradas e por vezes O esquecem e deixam só no sacrário: «*non potuistis una hora vigilare mecum?*»³ E, em vez de se queixar, não cessa de nos dizer: «*Venite ad me omnes qui laboratis et onerati estis et ego reficiam vos*»⁴.

Oh! sem dúvida na vida de Jesus há para nós todos os exemplos necessários para nos sustentar e fortificar na prática de todos os géneros de humildade; e, quando reflectimos que Ele nos mereceu ao mesmo tempo a graça de O imitar, como hesitar em O seguir?

1145. 2.º Vejamos, pois, como podemos, seguindo o seu exemplo, *praticar a humildade* para com *Deus*, para com o *próximo* e para *connosco*.

A) Para com Deus, manifesta-se a humildade, sobretudo de três modos:

a) Pelo espírito de *religião*, que honra em Deus a plenitude do ser e da perfeição. O que fazemos, reconhecendo afctuosa e alegremente o nosso nada e o nosso pecado, ditosos de assim proclamar a plenitude e santidade do ser divino. Daqui nascem aqueles sentimentos de adoração, louvor, temor filial e amor; daqui, aquele grito de coração: *Tu solus Sanctus, tu solus Dominus, tu solus Altissimus*. Estes sentimentos brotam-nos do coração, não somente quando estamos em oração, mas ainda quando contemplamos as obras de Deus, obras *naturais*, em que se reflectem as perfeições do Criador, obras *sobrenaturais*, em que os olhos da fé nos descobrem uma verdadeira semelhança, uma participação da vida divina.

¹ *I Petr.* II, 23. — ² Hino *Adoro, Te*, de Santo Tomás. — ³ *Mt.* XXVI, 40. — ⁴ *Mt.* XI, 28.

1146. b) Pelo espírito de *gratidão*, que vê em Deus a *fonte* de todos os dons naturais e sobrenaturais, que admiramos em nós e nos outros. Então, como a humilde Virgem Maria, e com Ela, glorificamos a Deus de todo o bem que depositou em nós: «*Magnificat anima mea Dominum... Fecit mihi magna qui potens est, et sanctum nomen eius*». E assim, em vez de nos envaidecermos desses dons, referimos a Deus toda a honra que lhes é devida, e reconhecemos que muitas vezes bem indigno foi o uso que deles fizemos.

1147. c) Pelo espírito de *dependência*, que nos leva a confessar a nossa incapacidade de fazer seja o que for de bom, por nós mesmos. Nesta convicção, jamais começamos uma obra, sem nos pormos sob a influência e direcção do Espírito Santo e implorarmos a sua graça, a única que pode remediar a nossa incapacidade. É o que fazem, em particular, os directores de almas que, no exercício das suas delicadas funções, em vez de se ensoberbecerem da confiança que lhes testemunham os dirigidos, confessam ingênuamente a sua incapacidade e tomam conselho com Deus, antes de darem aos outros o seu parecer.

1148. B) Para com o próximo, o princípio que nos deve guiar é este: ver o que Deus nele depositou de bom, sob o duplo aspecto natural e sobrenatural; admirá-lo sem inveja nem ciúme; lançar, ao contrário, um véu sobre os seus defeitos e escusá-los na medida do possível, ao menos quando não estamos, por dever de estado, encarregados de os reformar.

Em virtude deste princípio: **a)** regozijamo-nos das virtudes, dos triunfos do próximo, pois que tudo isso glorifica a Deus, «*dum omni modo... Christus annuntietur*»¹. Podemos, é certo, desejar as suas virtudes, mas então dirijamo-nos ao Espírito Santo, para que se digne tornar-nos participantes delas; assim se estabelece uma nobre emulação: «*consideremus invicem in provocationem caritatis et bonnorum operum*»².

b) Se virmos o próximo cair em qualquer falta, em vez de com isso nos indignarmos, oremos pela sua conversão; e digamos sinceramente que, sem a graça de Deus, haveríamos caído em faltas muito mais graves ainda (n.º 1129).

1149. c) É isto o que nos permite olharmo-nos como *inferiores aos demais* «*in humilitate superiores sibi invicem*

¹ *Phil.* I, 18. — ² *Hebr.* X, 24.

arbitrantes»¹. Podemos, efectivamente, considerar sobretudo, senão exclusivamente, o que há de bom nos outros e o que há de mau em nós.

Eis o conselho que dava S. Vicente de Paulo² a seus discípulos: «Se nos esforçarmos por chegar ao conhecimento de nós mesmos, encontraremos que em tudo quanto pensamos, dizemos e fazemos, quer na substância quer nas circunstâncias, estamos cheios e cercados de motivos de confusão e desprezo; e, se nos não quisermos lisonjear, ver-no-emos não sômente mais perversos que os outros homens, mas piores de algum modo que os demónios do inferno; porque, se estes infelizes espíritos tivessem à sua disposição as graças e meios que nos são dados, para nos tornarmos melhores, fariam deles mil e mil vezes melhor uso do que nós».

Questionou-se, para explicar como é possível chegar a esta persuasão que, em si, objectivamente, nem sempre é conforme à verdade. Notemos, antes de tudo, que ela existe em todos os Santos, e que, por conseguinte, deve ser fundamento sólido. Esse fundamento é o seguinte. Em face de si mesmo é o homem juiz, e, quando se conhece a fundo, vê claramente que é muito culpado e que há em si muitas tendências más; donde conclui que se deve desprezar. Quanto aos outros, porém, não é juiz, nem o pode ser, visto não conhecer as suas intenções que são um dos elementos mais essenciais para julgar o seu procedimento; nem tampouco conhece a medida da graça que Deus lhe outorga, elemento a que se deve atender na apreciação das acções alheias, julgando-nos, pois, severamente a nós mesmos e não julgando os outros senão com benignidade, chegamos à persuasão prática de que, afinal, nós devemos colocar abaixo de todos os outros.

1150. C) Para connosco, eis o princípio que devemos seguir: sem deixarmos de reconhecer o bem que há em nós, para darmos graças a Deus, devemos sobretudo considerar o que há de defeituoso, o nosso nada, a nossa incapacidade, o nosso pecado, a fim de nos conservarmos habitualmente em sentimentos de humilhação e confusão.

À luz deste princípio, mais fàcilmente praticaremos a humildade, que se deve estender ao homem todo: ao *espírito*, ao *coração*, ao *exterior*.

a) A *humildade de espírito*, que compreende principalmente quatro coisas:

1) Uma justa *desconfiança de nós* mesmos, que nos leva a não exagerar os nossos talentos, mas a humilhar-nos de havermos tão mal aproveitado os que Nosso Senhor nos deu. É o conselho do Sábio: «Não procures saber coisas mais difíceis do que as que cabem na tua capacidade, e não especules as que são sobre as tuas forças.

¹ Phil. II, 3. — ² MEYNARD, *Vertus et doct. spirit. de S. Vincent*, p. 207.

intelectuais: «*altiora te ne quaesieris*»¹; é o que S. Paulo recomendava aos Romanos: «Em virtude da graça que me foi dada, digo a todos os que estão entre vós que não saibam mais do que convém saber, mas que saibam com moderação; e cada um, conforme a medida da fé que Deus lhe repartiu: «*non plus sapere quam oportet, sed sapere ad sobrietatem*»².

2) No uso que fazemos dos nossos talentos, *não procurar brilhar*, nem atrair a estima dos homens, mas ser útil e fazer bem.

É o que recomendava S. Vicente de Paulo a seus missionários, e acrescentava: «Proceder diversamente, é pregar-se a si mesmo e não a Jesus Cristo; e uma pessoa que prega para buscar aplausos e elogios, para conquistar a estima ou dar que falar de si, que faz essa pessoa?... Um sacrilégio, sim, um sacrilégio! Pois quê? Servir-se da palavra de Deus e das coisas divinas, para adquirir honra e estimação?! Sim, é um sacrilégio!»

1151. 3) Praticar a *docilidade intelectual*, submetendo-nos não só às decisões oficiais da Igreja, mas aceitando até cordialmente as direcções pontificias, ainda quando não infalíveis, dizendo-nos que há mais sabedoria nessas resoluções que em nossos próprios juízos.

4) Esta docilidade fará evitar a *obstinação* em nossas próprias ideias sobre pontos controvertidos. Temos indubitavelmente direito de abraçar, nas coisas livremente discutidas, o sistema que nos parecer mais bem fundado; mas não é de justiça deixar a mesma liberdade aos outros?

1152. b) A *humildade de coração* exige que, em vez de desejarmos a glória e as honras, nos contentemos da condição em que nos encontramos, e prefiramos a vida oculta às funções de esplendor: *ama nesciri et pro nihilo reputari*. Vai mais longe ainda: esconde tudo quanto nos possa fazer amar e estimar, e deseja o último lugar não somente nos postos do mundo, mas até na sua estima: «*recumbe in novissimo loco*»³. Deseja até que a nossa memória pereça inteiramente na terra.

Ecutemos a S. Vicente de Paulo⁴: «Não devemos jamais lançar os olhos nem fixá-los no que há de bom em nós, mas aplicar-nos a conhecer o que há de mau e defeituoso, e é esse um grande meio para conservar a humildade. Nem o dom de converter as almas, nem todos os outros talentos exteriores, que há em nós, são para nós; não somos senão os seus portadores e com tudo isso podemos perfeitamente condenar-nos. Eis o motivo por que ninguém se deve lisonjear nem com-prazer em si mesmo, nem conceber por isso alguma estima própria, vendo que Deus opera grandes coisas por seu meio; antes se deve humilhar tanto mais, reconhecendo-se por um pobre instrumento de que Deus se digna lançar mão».

¹ *Eclli.* III, 22. — ² *Rom.* XII, 3. — ³ *Lc.* XIV, 10. — ⁴ MEYNARD, *Virtus et doctrina*, p. 218.

1153. c) A humildade *exterior* não deve ser mais que a manifestação dos sentimentos interiores; mas pode-se dizer também que os actos externos de humildade reagem sobre as nossas disposições, para as robustecer e intensificar. Não os devemos, pois, desdenhar, mas acompanhá-los de verdadeiros sentimentos de humildade, e, por conseguinte, abater a alma ao mesmo tempo que o corpo.

1) Uma habitação pobre, vestidos modestos, meio poidos e remendados, contanto que ainda estejam limpos, inclinam à humildade; vivenda sumptuosa e trajos ricos sugerem fãcilmente sentimentos contrários a esta virtude.

2) O porte, o andar, a fisionomia, o modo de proceder modesto e humilde, sem affectação, ajudam a praticar a humildade¹; as occupações humildes, como o trabalho manual, o consertar os seus vestidos, produzem o mesmo resultado.

3) O mesmo se diga da condescendência que se mostra para com os outros, bem como dos sinais de deferência e cortesia.

4) Nas *conversações*, leva-nos a humildade a deixar falar dos outros sobre as coisas que os interessam, e a falar pouco da nossa parte. Sobretudo impede de falar de si mesmo e de tudo quanto se refere ao *eu*: é preciso ser santo, para poder falar mal de si sem pensamento reservado²; e falar bem de si não é senão jactância. — Tampouco devemos, sob pretexto de humildade, fazer extravagâncias. Como diz S. Francisco de Sales³, «se alguns grandes servos de Deus simularam ser loucos, para se tornarem mais abjectos diante do mundo, devem-se admirar, mas não imitar; porque eles tiveram motivos para passarem a esses excessos, que lhes foram tão particulares e extraordinários que ninguém deve tirar deles consequência alguma para si».

A humildade é, pois, uma virtude muito prática e santificadora, que abraça o homem todo inteiramente; ajuda-nos a praticar as demais virtudes, sobretudo a mansidão.

¹ É o que explica excelentemente MGR. GAY, *Vie et vertus*, t. I, de l'humilité, p. 357-358. «Há um hábito de humildade exterior em que a alma sinceramente humilde conserva sempre o corpo. É um não sei quê de moderado, reservado, sereno, que dá à fisionomia inteira e a todos os passos essa beleza inefável, essa harmonia, esse encanto que se exprime pela palavra modestia. Modesto é o olhar, modesta é a voz, modesto o rir, modestos são todos os movimentos. S. Paulo dizia (*Phil. IV, 5*): A vossa modestia a todos se mostre, porque o Senhor está próximo! Aqui está, efectivamente, o segredo dessa arrebatedora e santa modestia. Deus está perto desta alma e ela jamais o esquece: vive na sua presença e opera a sua vista, na companhia dos anjos bons».

² Muitas vezes dizemos que não somos nada, que somos a mesma miséria e o lixo do mundo; mas quanto sentiríamos que nos executassem pela palavra e nos publicassem por tais quais dizemos ser! Pelo contrário, outras vezes fazemos que fugimos e nos escondemos, para que vão em nosso seguimento e nos busquem; tomamos ares de querer ser os últimos a sentar-nos no fim da mesa, mas com o intento de passar mais vantajosamente à cabeceira. A verdadeira humildade não mostra que o é e gasta poucas palavras de humildade». (S. FR. DE SALES, *Vie dévote*, III^o P., ch. V).

³ *Vie dévoté*, 1. c. ch. V.

§ III. A mansidão ¹

1154. Jesus Cristo associa justamente a mansidão à humildade, porque é quase impossível praticá-la sem esta. Trataremos: 1.º da sua *natureza*; 2.º da sua *excelência*; 3.º da sua *prática*.

I. Natureza da virtude da mansidão

1155. 1.º **Seus elementos.** A mansidão é uma virtude complexa, que compreende três elementos principais: a) um certo *domínio de si mesmo* que previne e modera os movimentos da cólera: é sob este aspecto que ela é anexa da temperança; b) o *suportar os defeitos do próximo*, que exige paciência e por isso mesmo a virtude da fortaleza; c) o *perdão* das injúrias e a *benevolência* para com todos, até para com os inimigos: sob este aspecto inclui a caridade. — Como se vê, é antes um complexo de virtudes, que uma virtude única.

1156. 2.º Pode-se, pois, **definir**: *uma virtude moral sobrenatural que previne e modera a cólera, suporta o próximo, apesar dos seus defeitos, e o trata com benignidade.*

A mansidão não é, pois, a fraqueza de carácter que dissimula, sob exteriores adocicados, um profundo ressentimento. É uma virtude interna que reside ao mesmo tempo na vontade e na sensibilidade, para lá fazer reinar a serenidade e a paz, mas que se manifesta exteriormente, nas palavras e nos gestos, por maneiras afáveis ². — Pratica-se para com o próximo, mas também para conosco, bem como para com os seres animados ou inanimados.

II. Excelência da mansidão

A mansidão é uma virtude excelente *em si* e nos seus *feitos*.

1157. 1.º *Em si* é, diz M. Olier ³, «a consumação do cristão; porque pressupõe nele o aniquilamento de tudo quanto é próprio, e a morte a todo o interesse».

¹ S. J. CLIMACUS, *Scala*, XXVI; S. FR. DE SALES, *Vie dévote*, P. III^e ch. VIII, IX; J. J. OLIER, *Introduction*, ch. X; CARD. BONA, *Maueductio*, c. XXXII; RIBET, *Ascétique*, ch. L; VEN. A. CHEVRIER, *Le véritable disciple*, p. 345-354.

² S. Jerónimo descreve-a muito bem no seu *Commentário sobre os Gálatas*, V, 22. «A benignidade é uma virtude suave, amável, tranquila, doce no falar, de costumes afáveis, combinação feliz de todas as boas qualidades. A bondade é bastante vizinha dela, porque também procura dar gosto; mas distingue-se dela em ser menos aprazível e de aspecto mais severo; em ser pronta para fazer bem e prestar serviço, mas sem aquela amenidade e suavidade que gaudia os corações».

³ *Introduction*, ch. X.

E assim, acrescenta ele, «a verdadeira mansidão não se encontra quase nunca senão nas almas *inocentes*, nas quais Jesus Cristo fez morada continua desde a regeneração santa». Quanto aos *penitentes*, não se encontra neles a doçura em perfeição senão raramente, porque muito poucos trabalham com suficiente energia e constância em destruir os defeitos que contraíram. E assim, nos diz Bossuet que «o verdadeiro sinal da inocência ou conservada ou recuperada é a doçura»¹.

1158. 2.º A máxima *utilidade* da mansidão é fazer reinar a paz na alma, paz com *Deus*, com o *próximo* e *connosco*.

a) Com *Deus*, porque nos faz aceitar todos os acontecimentos, ainda os mais desagradáveis, com paz e serenidade, como meios de progredir nas virtudes, e sobretudo no amor de Deus: «sabemos, efectivamente, diz S. Paulo, que todas as coisas concorrem para bem dos que amam a Deus: *diligentibus Deum omnia cooperantur in bonum*»².

b) Com o *próximo*: porque, prevenindo e reftreando os movimentos de cólera, nos faz suportar os defeitos do próximo, e nos permite manter com ele boas relações, ou ao menos ficar isentos de perturbação interior, se outros se irritam contra nós.

c) Para *connosco*: quando cometemos uma falta ou um equívoco, não nos impacientamos nem irritamos; senão que nos repreendemos com tranquilidade e compaixão, sem nos espantarmos das nossas faltas, aproveitando-nos da experiência adquirida, para sermos mais vigilantes. Assim se evita o defeito daqueles que «tendo-se encolerizado, se agastam de se haverem agastado, se amofinam de se haverem amofinado, se despeitam de se haverem despeitado»³. Assim se conserva a paz, que é um dos bens mais preciosos.

III. Prática da virtude da mansidão

1159. 1.º Os *principiantes* praticam-na, combatendo a cólera e o desejo da vingança, bem como todos os movimentos apaixonados da alma (n.ºs 861-863).

1160. 2.º As *almas adiantadas* esforçam-se por atrair a si a mansidão de Jesus Cristo, mansidão que Ele nos ensina por palavras e exemplos⁴.

A) Jesus liga tanta importância a esta virtude que quis que ela fosse anunciada pelos Profetas como um dos caracteres do Messias, e que o cumprimento dessa profecia fosse assinado pelos Evangelistas⁵.

¹ *Médit. sur. l'Évangile*, Sermon, III^e Jour. — ² *Rom.* VIII, 28. —

³ S. FR. DE SALES, *Vie dévote*, III^e P., ch. IX. — ⁴ P. CHEVRIER, *Le disciple*, p. 345-354. — ⁵ *Is.* XLII, 1-4; *Mt.* XII, 17-21.

1161. B) Oferece-se-nos como *modelo* dessa mansidão, convidando-nos a ser seus discípulos, porque é manso e humilde de coração¹.

a) Realiza perfeitamente o ideal de mansidão traçado pelos Profetas. Quando prega o Evangelho, não é ^{com} ~~sem~~ contendas, animosidade, desabrimento, senão com paz e serenidade.

Nem brados, nem gritos inúteis, nem palavras de cólera: o ruído passa e não faz bem. As suas maneiras serão tão suaves que não acabará de quebrar a cana meio rachada nem extinguirá a mecha que ainda fumega, isto é, a faiscazinha de fé e amor que resta na alma do pecador. Para atrair os homens, não será nem triste nem turbulento: tudo nele respirará amabilidade, e convidará aqueles que estão sobrecarregados de trabalhos a virem buscar descanso no seu Coração.

1162. b) Para com os *apóstolos*: 1) o seu *procedimento* é cheio de doçura; suporta-lhes os defeitos, a ignorância, a rudeza; trata-os com toda a circunspecção. Não lhes revelando a verdade senão gradualmente, na medida em que a podem levar, e deixa ao Espírito Santo o cuidado de completar a sua obra.

Defende-os contra as acusações injustas dos Fariseus que lhes exprobram o não jejuarem; mas repreende-os, quando faltam à doçura para com os pequeninos que se comprimem à roda dele, ou quando querem chamar fogo do céu sobre uma cidade da Samaria. Quando Pedro fere a Malco com a espada, Jesus censura-o; mas ao mesmo tempo perdoa-lhe a triplíce negação e faz-lha expiar com uma triplíce confissão de amor.

2) Além disso, aconselha a mansidão aos obreiros apostólicos; terão a simplicidade da pomba e não só a prudência da serpente; serão como cordeiros no meio dos lobos, não resistirão ao mal, mas apresentarão a face esquerda a quem os ferir na direita; preferirão dar o manto, a túnica a entrar em demandas e orarão pelos que os perseguem.

1163. c) Aos *pecadores*, ainda aos mais culpados, perdoa de bom grado, tanto que neles vê o menor sinal de arrependimento.

É com infinita delicadeza que obtém a confissão e conversão da Samaritana, que perdoa à mulher pecadora e ao bom ladrão: porque Ele veio chamar, não os justos, senão os pecadores, para a penitência. Como bom pastor, vai em busca da ovelha tresmalhada, reconduzindo-a ao aprisco sobre os ombros; dá até a própria vida pelas suas ovelhas. — Se por vezes fala duramente aos Escribas e Fariseus, é porque eles impõem aos outros um juço insuportável, impedindo-os assim de entrar no reino de Deus.

¹ Mt. XI, 29.

d) Até aos próprios *inimigos* se estende a sua mansidão: Judas, que O traiçoa, recebe ainda o doce nome de amigo, e na Cruz ora o Redentor pelos verdugos e pede a seu Pai que lhes perdoe, porque não sabem o que fazem.

1164. C) Para imitar a N. S. Jesus Cristo: a) evitaremos as disputas, os gritos, as palavras ou acções injuriosas ou ásperas, para não afugentarmos os tímidos. Esforçar-nos-emos por não pagar nunca mal com mal; por não quebrar ou despedaçar nada por arrebatamento, por não falar, quando estamos irados.

b) Procuraremos, ao contrário, tratar com delicadeza a todos os que de nós se aproximam; conservar para com todos semblante alegre e afável, ainda quando nos cansem e enfadem, acolher com particular bondade os pobres, os aflitos, os doentes, os pecadores, os tímidos, as crianças; adoçar com palavras meigas as repreensões que somos obrigados a dar; prestar serviço com santa solícitude, fazendo até algumas vezes mais do que se nos pede, e, sobretudo fazendo-o com a maior delicadeza. Estaremos prontos, se tanto for necessário, a suportar uma bofetada sem a retribuir e a apresentar a face esquerda a quem nos esbofetear na direita.

1165. 3.º Os perfeitos esforçam-se por imitar a doçura do mesmo Deus. segundo observa M. Olier ¹: «Ele é a doçura por essência, e, quando quer tornar uma alma participante dela, de tal modo se estabelece nessa alma que não tem mais nada da carne nem de si mesma; mas está toda perdida em Deus, no seu ser, na sua vida, na sua substância, nas suas perfeições: de sorte que tudo quanto opera é com doçura; e até mesmo quando opera com zelo, é sempre com doçura, porque a amargura e o azedume já não têm parte nela, assim como é impossível que a tenham em Deus».

1166. Conclusão. Terminamos aqui, para não sermos demasiado longos, a exposição das virtudes cardiais. a) Elas *disciplinam, abrandam* e aperfeiçoam todas as nossas faculdades, submetendo-as ao império da razão e da vontade. Assim se restabelece pouco a pouco em nossa alma a ordem primitiva, a submissão do corpo à alma, das faculdades inferiores à vontade.

b) Fazem mais ainda: não sòmente suprimem os obstáculos à união divina, senão que já *começam* essa união. Porque a *prudência*, que adquirimos, é já uma participação da sua justiça; a nossa *fortaleza* vem de Deus e une-nos a Deus;

¹ *Introduction*, ch. X.

a nossa *temperança* faz-nos participar do belo equilíbrio da harmonia que nele existe. Quando *obedecemos* aos nossos Superiores, é a Ele que obedecemos; a *castidade* não é senão um meio de nos aproximarmos da sua pureza perfeita; se a *humildade* faz vácuo em nossa alma, é para a encher de Deus; e a *mansidão* não é senão uma participação da doçura do mesmo Deus.

Assim preparada pelas virtudes morais, vai-se aperfeiçoar esta união com Deus pelas virtudes teológicas, que têm o próprio Deus por objecto.

CAPÍTULO III.

AS VIRTUDES TEOLÓGICAS

1167. 1.º S. Paulo menciona as três virtudes teológicas e agrupa-as todas três como três elementos essenciais da vida cristã, fazendo realçar a sua superioridade sobre as virtudes morais¹. E assim exorta os Tessalonicenses a revestir-se do *arnez da fé* e da *caridade* e do *capacete da esperança*², e louva neles a *obra da fé*, o *trabalho da caridade* e a *firmeza da esperança*³. Por oposição aos *carismas* que passam, a fé, a esperança e a caridade permanecem⁴.

1168. 2.º O seu papel é *unir-nos a Deus* e a Jesus Cristo, para nos fazer participantes da vida divina. São, pois, a um tempo *unificadoras* e *transformadoras*.

a) Assim, a *fé* *une-nos a Deus verdade infinita*, e faz-nos entrar em *comunhão* com o *pensamento divino*, pois nos dá a conhecer a Deus como Ele se revelou a si mesmo, e por esse meio nos prepara para a *visão beatífica*.

b) A *esperança* *une-nos a Deus, suprema beatitude*, e leva-nos a amá-lo como *bom para nós*; por ela esperamos com firmeza e segurança a felicidade do céu, bem como os meios necessários para lá chegar; por ela nos preparamos já para a posse plena da eterna bem-aventurança.

c) A *caridade* *une-nos a Deus, bondade infinita*, faz-nos amá-lo como infinitamente *bom e amável em si mesmo*, e estabelece entre Ele e nós uma santa amizade, que nos concede viver já da sua vida, pois começamos a amá-lo como Ele se ama a Si mesmo.

¹ P. PRAT, *La Théologie de S. Paul*, t. II, p. 401-402.

² *I Thess.* V, 8. — ³ *I Thess.* I, 3. — ⁴ *I Cor.* XIII, 13.

Esta virtude compreende sempre, na terra, as outras duas virtudes teológicas: é, por assim dizer, a *alma*, a *forma* ou a *vida* daquelas virtudes, de tal sorte que a fé e a esperança são imperfeitas, informes, mortas, sem caridade. Assim a fé, segundo o testemunho de S. Paulo, não é completa, senão quando se manifesta pelo amor e pelas obras «*fides quae per caritatem operatur*»¹; a esperança não é perfeita senão quando nos dá um antegosto da bem-aventurança do céu pela posse da graça santificante e da caridade.

ART. I. A virtude da fé ²

Três coisas vamos expor: 1.º a *natureza* da fé; 2.º o seu *papel santificador*; 3.º a sua *prática progressiva*.

I. Natureza da fé

Não podemos aqui mais que recordar sumariamente o que deixámos exposto em nossa *Teologia dogmática e moral*.

1169. 1.º **Significação na S. Escritura.** A palavra *fé* significa indubitavelmente as mais das vezes uma *adesão da inteligência à verdade*, mas fundada na *confiança*: é claro que, para dar crédito a alguém, é necessário ter confiança nele.

A) No *Antigo Testamento* apresenta-se-nos a fé como virtude essencial, donde depende a salvação ou ruína do povo: «Crede em Yawheh vosso Deus e sereis salvos»³; «se não crederes, não subsistireis»⁴. Esta fé é um assentimento à palavra de Deus, mas acompanhado de confiança, de entrega total, de amor.

B) No *Testamento Novo*, é a fé de tal modo essencial que crer é professar o cristianismo, e não crer é não ser cristão: «*Qui crediderit et baptizatus fuerit, salvus erit; qui vero non crediderit, condemnabitur*»⁵. A fé é a aceitação do Evangelho, pregado por Jesus Cristo e seus apóstolos; supõe consequentemente a pregação: «*fides ex auditu*»⁶. Esta fé não é, pois, nem uma intuição do coração, nem uma visão directa «*videmus nunc per speculum, in aenigmate*»⁷; é uma adesão a um testemunho, adesão livre e esclarecida, visto como por um lado o homem pode recusar-se a crer, e por outro não crê sem

¹ Gal. V, 6. — ² S. AUGUSTINUS, *Enchiridion de Fide, Spe et Caritate*; S. THOMAS, II, II, q. 1-16; JOANNES, A. S. THOMA, *De fide*; SUÁREZ, *De fide*, I. DE LUGO, *De virtute fidei divinae*; SALMANTICENSIS, *De fides*, SCARAMELLI, *Guide ascétique*, t. IV, art. I; BILLOT, *De virtutibus infusis*; thesis IX-XXIV; BAINVEL, *La foi et l'acte de foi*; HUGON, *La lumière et la foi*; MGR. GAY, *Vie et vertus*, t. I, tr. III; CH. DE SMEDT, *Notre vie surnat.*, t. I, p. 170-271; MGR. D'HULST, *Carême 1892*; P. JANVIER, *Carêmes 1911 et 1912*; P. GARRIGOU-LAGRANGE, *De Revelatione*, t. I, c. XIV-XV; S. HARENT, *Dict. de Théol.*, au mot *Foi*. — ³ II Paral. XX, 20. — ⁴ Is. VII, 9. — ⁵ Mc. XVI, 16. — ⁶ Rom. X, 17. — ⁷ I Cor. XIII, 12.

razões, sem a convicção íntima de que Deus revelou¹. Esta fé é acompanhada de esperança e aperfeiçoa-se pela caridade: «*fides quae per caritatem operatur*»².

1170. 2.º Definição. A fé é uma virtude teológica que inclina a nossa inteligência, sob o influxo da vontade e da graça, a dar firme assentimento às verdades reveladas, por causa da autoridade de Deus.

A) É, pois, antes de tudo um acto de *inteligência* pois se trata de conhecer uma verdade. Mas, como esta verdade não é intrinsecamente evidente, não é possível a nossa adesão sem o influxo da *vontade* que ordena à inteligência estude os motivos de crer, e, quando estes são convincentes, lhe manda ainda que dê o seu assentimento. E, como se trata dum acto sobrenatural, deve intervir a *graça*, já para iluminar a inteligência, já para auxiliar a vontade. É assim, afinal, que a fé se torna um acto *livre, sobrenatural e meritório*.

B) O *objecto material* da nossa fé é todo o complexo das verdades reveladas, tanto as que a razão de forma alguma pode descobrir, como as que pode atingir, mas que melhor conhece pela fé.

Todas estas verdades se agrupam em torno de Deus e de Jesus Cristo; de *Deus*, na Unidade da sua Natureza e na Trindade das suas pessoas, nosso primeiro princípio e último fim; de *Jesus Cristo*, nosso Redentor e Mediador, que não é outro senão o Filho eterno de Deus feito homem, para nos salvar, e, se por conseguinte, da obra redentora e de tudo quanto a ela se refere. Nós, cremos por outros termos, o que um dia havemos de ver no céu: «*Haec est autem vita aeterna ut cognoscant te solum Deum verum et quem misisti Iesum Christum*»³.

1171. C) O *objecto formal*, ou que comumente se chama o *motivo* da nossa fé, é a *autoridade divina* manifestada pela revelação, que nos comunica alguns dos segredos de Deus. É assim, a fé é uma virtude inteiramente sobrenatural, tanto no seu objecto como no seu motivo, que nos faz entrar em comunhão com o pensamento divino.

D) Muitas vezes é-nos proposta a verdade revelada autenticamente pela *Igreja*, instituída por Jesus Cristo como intérprete oficial da sua doutrina; então, essa verdade diz-se de *fé católica*; se não há decisão autêntica da Igreja, é simplesmente de *fé divina*.

E) Nada mais *firme* que a adesão de fé: tendo plena confiança na autoridade divina, muito mais que em nossas

¹ *Phil.* III, 8-10; *I Petr.* III, 15. — ² *Gal.*, V, 6. — ³ *Io.* XVII, 3.

próprias luzes, com toda a nossa alma cremos a verdade revelada; e com tanto maior segurança o fazemos, quando é certo que a graça divina vem facilitar e fortificar o nosso assentimento. É assim é que a adesão da fé é mais viva e firme que a adesão às verdades racionais.

II. Papel santificador da virtude da fé

1172. A fé, assim explicada, não pode evidentemente deixar de desempenhar papel importantíssimo em nossa santificação: fazendo-nos comungar no pensamento divino, é o *fundamento* da vida sobrenatural e *une-nos a Deus* de modo muito íntimo.

1173. 1.º É o **fundamento** da nossa vida sobrenatural. Dissemos que a humildade é considerada como a base das virtudes e explicámos em que sentido (n.º 138); a fé, porém, é o *fundamento* da própria *humildade*, que, como dissemos, foi desconhecida dos pagãos e, por conseguinte, é de modo mais profundo ainda fundamento de todas as virtudes.

Para melhor o dar a compreender, não temos senão que comentar as palavras do Concílio de Trento que afirma que a fé é o princípio, o fundamento e a raiz de toda a justificação e, por isso mesmo, da santificação: «*humanae salutis initium, fundamentum et radix totius iustificationis*».

A) É o *princípio* da salvação, porque é o meio misterioso empregado por Deus para nos iniciar na sua vida, no modo como Ele se conhece a Si mesmo; é da nossa parte a primeira disposição sobrenatural, sem a qual se não pode nem esperar nem amar; é, por assim dizer, a tomada de posse de Deus e das coisas divinas. Para apreender o sobrenatural e viver dele, é efectivamente necessário, antes de tudo, conhecê-lo «*nil volitum quin præcognitum*»; ora, nós conhecemo-lo pela fé, nova luz acrescentada à da razão, que nos permite penetrar num mundo novo, o mundo sobrenatural. É como um *telescópio* que nos permite descobrir as coisas longínquas que não podemos ver a olho desarmado; esta comparação, porém, é imperfeitíssima, porque o telescópio é um instrumento exterior, enquanto a fé penetra no mais íntimo da nossa inteligência e vem aumentar-lhe tanto a acuidade como o campo de acção.

1174. B) É também o *fundamento* da vida espiritual: esta comparação nos mostra que a santidade é como um edifício vastíssimo, elevadíssimo, cujo fundamento é a fé. Ora, quanto mais largos e profundos são os alicerces, tanto mais se pode

elevantar em altura o edificio, sem nada perder de solidez. Importa, pois, robustecer a fé das pessoas piedosas e sobretudo dos seminaristas e sacerdotes, para sobre esta base inabalável se poder levantar o templo da perfeição cristã.

C) É, enfim, a *raiz* da santidade. As raízes vão buscar no solo os sucos necessários à nutrição e crescimento duma árvore; assim a fé, que mergulha as suas raízes até o mais íntimo da alma, e que aí se nutre das verdades divinas, fornece à perfeição um rico alimento. As raízes, quando são profundas, dão também solidez à árvore que sustentam; assim a alma, consolidada na fé, resiste às tempestades espirituais. Nada, pois, mais importante, para chegar à mais alta perfeição, que ter uma fé profunda.

1175. 2.º A fé *une-nos a Deus* e faz-nos comungar no seu pensamento e na sua vida; é o conhecimento com que Deus se conhece, emprestado parcialmente ao homem: «por ela, diz Mgr. Gay¹, a luz de Deus torna-se a nossa luz, a sua sabedoria a nossa sabedoria, a sua ciência a nossa ciência, o seu espírito o nosso espírito, a sua vida a nossa vida».

Directamente, *une* a nossa inteligência à sabedoria divina; mas, como o acto de fé se não pode fazer sem intervenção da vontade, tem esta a sua parte nos ditos efeitos que a fé produz em nossa alma. Pode-se, pois, dizer que a fé é uma fonte de *luz* para a inteligência, uma *força* e uma *consolação* para a vontade, um princípio de *méritos* para a alma toda.

1176. A) É uma *luz* que nos ilumina a inteligência e distingue o cristão do filósofo, como a razão distingue o homem do animal. Há em nós um triplice conhecimento: o conhecimento *sensível*, que se opera pelos sentidos; o conhecimento *racional*, que se adquire pela inteligência; o conhecimento *espiritual* ou *sobrenatural*, que se alcança pela fé. Este último é muito superior aos dois primeiros.

a) *Estende o círculo dos nossos conhecimentos* acerca de Deus e das coisas divinas: pela razão, conhecemos tão poucas coisas acerca da natureza de Deus e da sua vida íntima; pela fé, aprendemos que Ele é um Deus vivo, que de toda a eternidade gera um Filho, e que do amor recíproco do Pai e do Filho procede uma terceira Pessoa, o Espírito Santo; que o Filho se fez homem, para nos salvar, e que aqueles que crêem nele se tornam filhos adoptivos de Deus; que o Espírito Santo vem habitar em nossas almas, santificá-las e dotá-las dum organismo sobrenatural, que nos permite fazer actos deiformes

¹ *De la vie et des vertus...*, t. I, p. 150.

e meritórios. E tudo isto não é mais que uma parte das revelações que nos foram feitas.

b) Ajuda-nos a *profundar* as verdades já conhecidas pela razão. E assim, quanto mais precisa e perfeita não é a moral evangélica, comparada com a moral natural!

Releia-se o *sermão do monte*: N. S. Jesus Cristo ousa, logo desde o princípio, proclamar bem-aventurados os pobres, os mansos, os perseguidos; exige que os seus discípulos amem a seus inimigos, orem por eles e lhes façam bem. A santidade que prega, não é a santidade legal ou exterior, é uma santidade *interior*, fundada no amor de Deus e do próximo por Deus. Para nos estimular o ardor, propõe-nos o mais perfeito ideal, Deus e as suas perfeições e, como Deus parece estar longe de nós, desce do céu e faz-se homem o seu próprio Filho e, vivendo da nossa vida, nos oferece um exemplo concreto da vida perfeita que devemos levar na terra. Para nos dar a força e constância necessárias a tal empresa, não se contenta de marchar à frente, mas Ele próprio vem viver em nós com as suas graças e virtudes. Não podemos, pois, dar por desculpa a nossa fraqueza; Ele próprio é a nossa fraqueza; Ele próprio é a nossa força, assim como é a nossa luz!

1177. Que a fé seja um princípio de força, é o que mostra excelentemente o autor da *Epístola aos Hebreus* ¹.

A fé dá-nos, efectivamente, *convicções profundas* que fortificam singularmente a vontade: a) mostra-nos o que Deus fez e não cessa de fazer por nós, como vive e opera em nossa alma, para a santificar, como Jesus nos incorpora em Si e nos faz participantes da sua vida (n.º 188-189); e, então, de olhos fitos no autor da nossa fé, que ao gozo e ao triunfo preferiu a cruz e a humilhação, «*proposito sibi gaudio, sustinuit crucem, confusione contempta*» ², sentimo-nos com coragem para levar valorosamente a nossa cruz em seguimento de Jesus.

b) Põe-nos incessantemente diante dos olhos a *eterna recompensa* que será o fruto dos sofrimentos dum dia: «*momentaneum et leve tribulationis nostrae aeternum gloriae pondus operatur in nobis*» ³; e, como S. Paulo, dizemos: «Os sofrimentos do tempo presente não têm proporção com a glória futura, *non sunt condignae passionis huius temporis ad futuram gloriam*» ⁴; como ele, até nos regozijamos no meio das tribulações ⁵, porque cada uma delas, pacientemente suportada, nos granjeará um grau a mais na visão e amor de Deus.

c) Se por vezes sentimos a nossa fraqueza, a fé nos recorda que, sendo o próprio Deus a nossa força e apoio, nada temos que temer, ainda quando o mundo e o demónio se coliguem contra nós: «*Et haec est victoria quae vincit mundum, fides nostra*» ⁶.

¹ *Hebr.*, c. XI. — ² *Hebr.* XII, 2. — ³ *II Cor.* IV, 17. — ⁴ *Rom.* VIII, 18.
— ⁵ *Rom.* V, 3-5. — ⁶ *I Io.* V, 4.

É exactamente o que aparece na transformação maravilhosa produzida pelo Espírito Santo na alma dos Apóstolos; armados desde esse momento da força de Deus, aqueles que antes eram tímidos e covardes, avançam corajosamente ao encontro de toda a sorte de provações, dos açoites, dos cárceres, da própria morte, ditosos por sofrerem pelo nome de Jesus: «*ibant gaudentes... quoniam digni habiti sunt pro nomine Iesu contumeliam pati*»¹.

1178. C) A fé é também uma *fonte de consolação*, não somente no meio das tribulações e humilhações, senão também quando passamos pela dor de perder os nossos parentes e amigos. Não somos daqueles que se entristecem sem esperança; sabemos que a morte não é mais que um sono, logo seguido da ressurreição, e que trocamos uma habitação transitória por uma cidade permanente.

O que sobretudo nos consola é o dogma da *Comunicação dos Santos*: na esperança de nos vermos um dia reunidos aos que nos deixaram, ficamos-lhe unidos intimamente em Cristo Jesus; oramos, para lhes abreviar o tempo de provação e apressar a sua entrada no céu; e eles, por sua parte, doravante seguros da sua própria salvação, oram ardentemente, para que nos vamos juntar com eles um dia.

1179. D) É, enfim, uma *fonte de copiosos méritos*: a) o *acto de fé* já por si é sobremaneira meritório, porque submete à autoridade divina o que há de melhor em nós, a nossa inteligência e vontade. Esta fé é tanto mais meritória quanto é certo que hoje está mais sujeita a numerosos ataques e os que confessam a sua fé estão em certos países expostos a mais zombarias e perseguições.

b) Mas, além disso, é a fé que *torna os outros actos nossos meritórios*, visto como o não podem ser sem uma intenção sobrenatural e sem o auxílio da graça (n.ºs 126, 239). Ora, é a fé que, orientando a nossa alma para Deus e N. S. Jesus Cristo, nos permite proceder em tudo por motivos sobrenaturais; é ela também que, descobrindo-nos a nossa incapacidade e a onnipotência divina, nos faz orar com ardor, para obter a graça.

III. Prática da virtude da fé

1180. Sendo a fé ao mesmo tempo um *dom de Deus* e uma *livre adesão* da nossa alma, para nela progredir, é evidentemente necessário apoiar-nos na *oração* e nos nossos *esforços pessoais*. Sob este duplo influxo, tornar-se-á a fé mais esclarecida e simples, mais firme e operativa.

Vamos aplicar este princípio aos diferentes graus da vida espiritual.

¹ Act. V, 41.

1181. 1.º Os principiantes esforçar-se-ão por consolidar a sua fé.

A) *Darão graças a Deus* por este grande dom, que é o fundamento de todos os outros e com toda a alma repetirão a palavra de S. Paulo: «*Gratias Deo super inenarrabili dono eius*»¹. E tanto mais ardentes serão essas graças quanto maior é o número de incrédulos de que se vêem rodeados. Hão-de, pois, orar para obterem a graça de conservar esse dom, a despeito dos perigos que os cercam; pensarão outrossim em implorar o auxílio de Deus para a conversão dos infiéis, hereges e apóstatas.

1182. B) *Recitarão* com humildade e firme convicção os *actos de fé*, dizendo com os Apóstolos: «*adauge nobis fidem*»². Mas à oração, hão-de ajuntar o *estudo*, ou a leitura de livros apropriados, que os esclareçam e confirmem na fé. Lê-se muito em nossos dias; mas quão poucos, até entre os cristãos inteligentes, lêem livros sérios sobre a religião e a piedade?! Não é isto uma aberração? Tudo se quer saber, excepto o único necessário.

1183. C) Evitarão tudo quanto lhes possa perturbar inutilmente a fé: a) essas *leituras imprudentes*, onde são atacadas, escarnecidas ou postas em dúvida as verdades da fé.

O maior número dos livros, que actualmente se publicam, não já sòmente os livros de doutrina, mas até os romances, as peças teatrais contêm ataques, ora abertos, ora disfarçados contra a nossa fé. Se não se anda com cautela, sorve-se pouco a pouco o veneno da descrença; perde-se ao menos a virgindade da fé, e pode chegar um momento em que, abalada por hesitações e dúvidas, já não saiba como se há-de defender. É indispensável respeitar sobre esta matéria as sábias prescrições da Igreja, que ordena um catálogo dos livros maus ou perigosos, não as desdenhando, sob pretexto de que estamos suficientemente imunizados contra o perigo. Em realidade nunca o estamos; Balmes, esse espírito tão profundo e tão bem equilibrado, que tão engenhosamente defendeu a Igreja, obrigado a ler livros heréticos, para os refutar, dizia a seus amigos³: «Vós sabeis se os sentimentos e doutrinas ortodoxas têm em mim fundas raizes. Pois bem, não me sucede fazer uso dum livro proibido, sem sentir a necessidade de me retemperar na leitura da Bíblia, da Imitação ou de Luís de Granada. Que há-de acontecer a essa juventude insensata que tudo ousa ler sem preservativo nem experiência? Aterra-me só esta ideia» A mesma razão nos deve levar, evidentemente, a fugir do trato com os incrédulos ou das suas conferências.

¹ II Cor. IX, 15. — ² Lc. XVII, 5. — ³ A. DE BLANCHE-RAFFIN, J. Balmes, p. 44.

b) Evitarão outrossim esse *orgulho intelectual*, que tudo quer abater ao seu nível, não aceitando senão o que compreende. Lembrar-se-ão de que há acima de nós um Espírito infinitamente inteligente que vê o que a nossa fraca razão não pode alcançar, e que nos faz uma grande honra, manifestando-nos o seu pensamento. Quando chegamos, pois, a averiguar que Ele falou, a única posição racional é acolher com gratidão esse suplemento de luz. Se nos inclinamos diante dum homem de génio que se digna comunicar-nos alguns dos seus conhecimentos, com quanto mais confiança nos não devemos inclinar diante da Sabedoria infinita?

1184. D) Quanto às *tentações* contra a fé, importa distinguir entre as que permanecem *vagas* e as que têm um objecto preciso.

a) Quando são *vagas*, como esta: *Quem sabe se tudo isto é verdade?* — é repeli-las, como se enxotam moscas importunas.

1) Estamos de posse da verdade, temos titulo de propriedade em boa e legítima forma: isso nos basta. 2) De mais a mais, em outros momentos, vimos claramente que a nossa fé se apoiava em bases sólidas: isso nos basta. Não se podem pôr em dúvida cada dia verdades uma vez provadas; nas coisas da vida, ordinária, ninguém se detém nessas dúvidas, nessas ideias loucas que nos atravessam o espírito; vamos direitos para a frente, e a certeza volta depois. 3) Enfim, outros mais inteligentes que eu crêem estas verdades, e estão convencidos de que elas estão bem provadas; submeto-me ao seu juízo, muito mais sábio do que o desses extravagantes que sentem um prazer maligno em se singularizar, minando pela base todos os fundamentos da certeza. A estas razões de bom senso ajunta-se uma oração: «*Credo, Domine, adiuva incredulitatem meam*»¹.

1185. b) Se as *tentações se apresentam de modo preciso* e alvejam um ponto particular, devemos continuar a crer firmemente, pois estamos de posse da verdade; mas havemos de aproveitar a primeira ocasião, para elucidar a dificuldade, quer por meio do estudo pessoal, se temos inteligência e documentos à nossa disposição, quer consultando um homem instruído que nos possa ajudar a resolver mais facilmente o problema. Acrescentemos a oração ao estudo, a docilidade à investigação leal, e geralmente não tardará muito a solução.

É necessário, contudo, advertir que nem sempre essa solução fará desaparecer toda a dificuldade. Há muitas vezes objecções históricas, críticas, exegéticas, que não podem ser resolvidas senão por longos

¹ Mc. IX, 23.

anos de estudo. É reflectir então que, se uma verdade está provada com bons e sólidos argumentos, exige a prudência que se continue a aderir a essa verdade, até que a luz possa dissipar as nuvens: a dificuldade não destrói as provas; não faz senão mostrar a fraqueza do nosso espírito.

1186. 2.º As almas **adiantadas** praticam não somente a fé, mas o *espírito de fé* ou a vida de fé: «*Iustus autem ex fide vivit*»¹.

A) Lêem com amor o *Santo Evangelho*, ditosas por seguirem a N. S. Jesus Cristo passo a passo, por saborearem as suas máximas, por admirarem os seus exemplos, para os reproduzirem. Jesus começa a tornar-se o centro dos seus pensamentos; e elas buscam-no nas suas leituras e trabalhos, desejando conhecê-lo melhor para melhor O amarem.

1187. B) Habitua-se a encarar tudo, a julgar tudo à luz da fé: coisas, pessoas, acontecimentos. 1) Vêem em todas as *obras divinas* a mão do Criador, e ouvem-nas repetir: «*Ipse fecit nos et non ipsi nos*»²; é Ele, pois, que admiram por toda a parte. 2) As *pessoas*, que as cercam, aparecem-lhes como imagens de Deus, filhos do mesmo Pai celeste, irmãos de Jesus Cristo. 3) Os *acontecimentos*, que para os incrédulos são muitas vezes tão desconcertantes, são interpretados por eles à luz deste grande princípio, que tudo é ordenado para os escolhidos, que os bens e os males são distribuídos em vista da nossa salvação e perfeição.

1188. C) Mas sobretudo se esmeram em *proceder* em tudo conforme os princípios da fé: 1) os seus *juízos* fundam-se nas máximas do *Evangelho* e não nas do mundo; 2) as suas *palavras* são inspiradas pelo espírito cristão e não pelo espírito mundano; porque conformam as suas palavras com os seus juízos, triunfando assim do respeito humano; 3) as suas *acções* aproximam-se, o mais possível, das de N. S. Jesus Cristo, que se comprazem em tomar por modelo, e assim é que evitam deixar-se arrastar pelos exemplos dos mundanos. Numa palavra vivem da vida da fé.

1189. D) Esforçam-se, enfim, por *propagar* em torno de si *esta fé*, de que estão penetrados: 1) pelas suas *orações*, pedindo a Deus se digne enviar obreiros apostólicos, para tra-

¹ Rom. I, 17. — ² Ps. XCIX, 3.

balharem na evangelização dos infiéis e hereges: «*Rogate ergo Dominum messis ut mittat operarios in messem suam*»¹; 2) pelos seus *exemplós*, cumprindo tão perfeitamente todos os seus deveres de estado que as testemunhas da sua vida se sentem levadas a os imitar; 3) pelas suas *palavras*, confessando com simplicidade, mas sem respeito humano, que encontram na sua fé *energias* para fazerem o bem e consolações no meio de suas penas; 4) pelas suas *obras*, contribuindo com as suas generosidades, sacrifícios e acção pessoal para a instrução e educação moral e religiosa do seu próximo.

3.º Os **perfeitos** cultivando os dons de *ciência* e *entendimento*, aperfeiçoam ainda a sua fé, como explicaremos, ao tratar da *via unitiva*.

ART. II. A virtude da Esperança

Descreveremos: 1.º a sua *natureza*; 2.º o seu *papel santificador*; 3.º a *maneira de a praticar*.

I. Natureza da esperança²

1190. 1.º **Diversos sentidos.** A) Na ordem *natural*, a esperança designa duas coisas: uma *paixão* e um *sentimento*.

a) A esperança é, com efeito, uma das onze paixões (n.º 787); é, nesse sentido, um *movimento da sensibilidade*, que tende para um *bem sensível ausente*, que se pode alcançar, mas não sem dificuldade.

b) É também um dos *sentimentos* mais nobres do coração humano, que se dirige para o *bem honesto ausente*, a despeito das dificuldades que se opõem à sua aquisição. Este sentimento desempenha um grande papel na vida humana; é ele que sustenta o homem nas suas empresas difíceis, o lavrador, quando semeia, o marante, quando parte para uma viagem longínqua, o mercador e o industrial, quando se lançam em algum negócio.

B) Mas há também uma *esperança sobrenatural*, que sustenta o cristão no meio das dificuldades da salvação e perfeição. Tem por objecto todas as verdades reveladas que se referem à vida eterna e aos meios de a conseguir; e, como se funda no poder e bondade divina, tem firmeza inabalável.

1191. 2.º **Elementos essenciais.** Se analisamos esta virtude, vemos que encerra três elementos principais:

a) O *amor* e o *desejo do bem sobrenatural*, isto é, de Deus, nossa suprema bem-aventurança.

¹ Mt. IX, 38. — ² S. THOMAS, II, II, q. 17-22, Comentadores, sobretudo Caetano e João de S. Tomás; SUÁREZ, *de Spe*; S. F. DE SALES, *Amour de Dieu*, L. II, ch. XV-XVII; SCARAMELLI, *op. cit.*, art. II; CARD. BILLOT, *op. cit.* th. XXV-XXX; MGR. GAY, t. I, tr. V; CH. DE SMEDT, *op. cit.*, t. I, p. 272-364; MGR. D'HULST, *Carême*, 1892; P. JANVIER, *Carême*, 1913.

Eis a génese deste sentimento: o desejo da felicidade é universal; ora, a fé mostra-nos que só Deus pode fazer a nossa felicidade; amamo-lo, pois, como a fonte da nossa beatitude. É um amor *interessado*, mas *sobrenatural*, pois se dirige a Deus conhecido pela fé. Como este bem é difícil de alcançar, experimentamos instintivamente temor de o não atingir; e é para triunfar deste temor que intervém um segundo elemento, a *esperança fundada* de o obter.

b) Esta esperança não se funda, evidentemente, em nossas próprias forças, que são radicalmente insuficientes para alcançar este bem; mas em Deus, no *auxílio da sua onnipotência*. É dele que esperamos todas as graças necessárias para adquirir a perfeição nesta vida e a salvação na outra.

c) Mas a graça exige a nossa *colaboração*; donde um terceiro elemento: um certo *impulso*, um sério *esforço* para tender para Deus e utilizar os meios de salvação postos ao nosso alcance. Esses esforços devem ser tanto mais enérgicos e constantes quanto mais elevado é o objecto da nossa esperança.

1192. 3.º **Definição.** Em harmonia com o que acabamos de dizer, pode-se definir a esperança: *uma virtude teologal que nos faz desejar a Deus como nosso bem supremo, e aguardar com firme confiança, por causa da bondade e do poder divino, a bem-aventurança eterna e os meios de a alcançar.*

A) O **objecto** primário e essencial da nossa esperança é o próprio Deus, em quanto é a nossa bem-aventurança; é Deus eternamente possuído pela visão intuitiva e pelo amor sem divisão. Porque, como diz Cristo Senhor Nosso, a vida eterna é o conhecimento, a visão de Deus e daquele que Ele enviou: *«Haec est autem vita aeterna: ut cognoscant te, solum Deum verum, et quem misisti Iesum Christum»*¹. Mas, como não podemos alcançar este objecto sem o socorro da graça, tem igualmente por objecto a nossa esperança todos os auxílios sobrenaturais necessários para evitar o pecado, vencer as tentações e adquirir as virtudes cristãs, e até mesmo os bens de ordem temporal, na medida em que são úteis ou necessários à nossa salvação e perfeição.

1193. B) Quanto ao **motivo** em que se apoia a nossa esperança, depende do aspecto sob o qual encaramos esta virtude: a) se se pensa, com Escoto, que o seu acto principal é o *desejo* ou o *amor* de Deus, considerado como nossa felicidade, o motivo será a sua *bondade para conosco*; b) se se

1o. XVII, 3.

opina, com *Santo Tomás*, que a esperança consiste essencialmente na *expectação* deste bem difícil de alcançar, que é a posse de Deus, o motivo será o *auxílio omnipotente* de Deus, que levanta as nossas almas, as arranca aos bens da terra e as leva para o céu. As *promessas divinas* não vêm senão confirmar a certeza desse auxílio.

Pode-se, pois, dizer que o motivo adequado é juntamente a *bondade e omnipotência* de Deus.

II. Papel da esperança em nossa santificação

A esperança contribui para a nossa santificação, de três maneiras principais: 1.º *une-nos a Deus*; 2.º dá *eficácia às nossas orações*; 3.º é um *princípio de actividade fecunda*.

1194. 1.º *Une-nos a Deus, desapegando-nos dos bens terrenos*. Somos aliciados pelos *prazeres sensíveis*, pelas satisfações do orgulho, pela fascinação da riqueza, enfim pelas *alegrias naturais*, se bem que mais puras, do espírito e do coração. Ora, a esperança, apoiada numa fé viva, mostra-nos que a todas essas alegrias terrenas faltam dois elementos essenciais à felicidade — a *perfeição* e a *duração*.

A) Nenhum desses bens é assaz *perfeito* para nos satisfazer: depois de nos haverem deparado alguns momentos de gozo, bem depressa produzem a saciedade e o enfado. O nosso coração é grande demais, tem aspirações demasiado vastas e elevadas para se contentar dos bens materiais, que não passam de meios para chegar a um fim mais nobre. Tampouco nos bastam os bens naturais do espírito e do coração: a nossa inteligência jamais se dá por satisfeita sem o conhecimento da causa primeira; e o nosso coração, que busca um amigo perfeito, não o encontra senão em Deus. Só Deus é a plenitude do ser, plenitude de beleza, bondade, poder; Deus, que se basta plenamente a Si mesmo, basta evidentemente à nossa felicidade. Tudo está em o alcançar; ora, é precisamente a esperança que no-lo mostra inclinando-se para nós, a fim de se nos dar; uma vez que isto compreendemos, desapegam-se dos bens terrenos os nossos corações, para se lançarem para Deus, como o ferro se lança para o íman.

1195. B) Mas, ainda quando os bens terrenos nos bastassem, não duram mais que um instante e depressa nos escapam. Bem o sabemos, e este pensamento nos perturba a alegria, ainda quando os possuímos; Deus, pelo contrário, permanece eternamente, e a morte, que nos separa de tudo, não faz senão

unir-nos mais perfeitamente ao Sumo Bem. E assim, não obstante o horror natural que ela nos inspira, vemo-la aproximar-se com confiança, graças à esperança que temos de nos irmos unir para sempre com o Único que pode fazer a nossa felicidade.

1196. 2.º É ela também que, junta com a humildade, dá eficácia às nossas orações e nos obtém por isso mesmo todas as graças que necessitamos.

A) Nada mais enternecedor que as insistentes exortações da Sagrada Escritura à confiança em Deus. O *Eclesiástico* resume nestes termos a doutrina do Antigo Testamento: «Quem jamais esperou no Senhor e foi confundido? Quem permaneceu fiel aos seus preceitos e foi desamparado? Quem o invocou e não recebeu dele senão desdém? Porque o Senhor é compassivo e misericordioso: *Scitote quia nullus speravit in Domino et confusus est. Quis enim permansit in mandatis eius, et derelictus est, aut quis invocavit eum, et despexit illum? Quoniam pius et misericors est Deus, et remittet in die tribulationis peccata*»¹.

B) Mas é sobretudo no Testamento Novo que brilha em todo o esplendor a eficácia da confiança.

Cristo Senhor Nosso opera os seus milagres em favor dos que nele têm confiança. Recorde-se o seu proceder para com o centurião², para com o paralítico que, não podendo acercar-se do Senhor, se faz baixar pelo tecto³, para com os cegos de Jericó⁴, para com a Cananea⁵ que, por três vezes duramente repelida com desdém, não se cansa de reiterar a súplica, para com a pecadora⁶, para com o leproso que vem dar graças a Quem o curou⁷. Demais, como deixar de ter confiança, se Cristo Senhor Nosso em pessoa nos afirma com autoridade que tudo quanto pedirmos ao Pai em seu nome nos será concedido: «*Amen, amen dico vobis, si quid petieritis Patrem in nomine meo, dabit vobis*?»⁸ Aqui temos o segredo da nossa força: quando oramos em nome de Jesus, isto é, confiando nos seus méritos e satisfações, o seu sangue advoga mais eloquentemente por nós que as nossas pobres orações.

C) Por outro lado, nada há que *tanto honre* a Deus como a confiança: com ela proclamamos o seu poder e bondade, e Ele, que se não deixa vencer em generosidade, responde a esta confiança com uma fusão abundante de graças. Concluamos, pois, com o Concílio de Trento, que devemos pôr todos em Deus confiança inabalável: «*In Dei auxilio firmissimam spem collocare et reponere omnes debent*»⁹.

¹ *Eccli.* II, 11-12. — ² *Mt.* VIII, 10-13. — ³ *Mt.* IX, 2. — ⁴ *Mt.* IX, 29. — ⁵ *Mt.* XV, 28. — ⁶ *Lc.* VII, 50. — ⁷ *Lc.* XVII, 19. — ⁸ *Io.* XIV, 13. — ⁹ *Trid.*, sess. VI, Cap. 13.

1197. 3.º A esperança é, enfim, um *princípio de actividade fecunda*. a) Produz, com efeito, *santos desejos*, em particular o desejo do céu, o desejo de possuir a Deus. Ora, o desejo imprime à alma o impulso, o movimento, o ardor necessários para alcançar o bem suspirado, e sustenta-nos os esforços, até podermos chegar ao fim desejado.

b) *Aumenta-nos as energias* pela perspectiva duma *recompensa* que se avantajará muito aos nossos esforços. Se as pessoas do mundo trabalham com tanto afã, para adquirirem riquezas perecedoras, se os atletas se condenam a exercícios de treino tão penosos, se fazem esforços desesperados para ganharem uma coroa corruptível, quanto mais não devemos nós trabalhar e sofrer por uma coroa imortal? «*Omnis autem qui in agone contendit ab omnibus se abstinet. Et illi quidem ut corruptibilem coronam accipiant, nos autem incorruptam*»¹.

1198. Dá-nos aquela coragem, aquela constância que a certeza do triunfo produz. Se não há nada mais desanimador que lutar sem esperança da vitória, não há nada, ao contrário, que nos esforce como a *segurança do triunfo*. Ora é esta a certeza que nos dá a esperança. Fracos de nós mesmos, temos poderosos aliados: Deus, Jesus Cristo, a Virgem SS.^{ma} e os Santos (n.ºs 188-189).

Ora, se Deus está por nós, quem contra nós? «*Si Deus pro nobis, quis contra nos?*»² Se Jesus, que venceu o mundo e o demónio, vive em nós e nos comunica a sua força divina, não estamos seguros de triunfar com Ele? Se a Virgem Imaculada, que esmagou a serpente infernal, nos sustenta com a sua poderosa intercessão, não obteremos todos os auxílios desejáveis? Se os amigos de Deus oram por nós, será possível que tantas súplicas nos não dêem absoluta segurança? E, se temos a certeza da vitória, podemos recuar diante de alguns esforços necessários para conquistar a eterna posse de Deus.

III. Prática progressiva da esperança

1199. 1.º **Princípio geral.** Para progredir nesta virtude, é indispensável torná-la mais *sólida* nos seus fundamentos e mais *fecunda* nos seus resultados.

A) Para a tornar mais *sólida* importa meditar amiúde sobre os *motivos* em que se funda, o *poder de Deus* unido à sua *bondade* e às magníficas *promessas* que nos fez (n.º 1193). Se fosse necessária mais alguma coisa para firmar a nossa confiança, não teríamos senão que recordar estas palavras de S. Paulo³: «Ele, que não poupou seu próprio Filho, mas

¹ I Cor. IX, 25. — ² Rom. VIII, 31. — ³ Rom. VIII, 32-34.

por nós todos o entregou; como não nos deu com Ele todas as coisas? Quem acusará os escolhidos de Deus? É Deus que os justifica! Quem os condenará? Jesus Cristo morreu, mais ainda ressuscitou, está à mão direita de Deus, é absolutamente certa a nossa esperança. Da nossa parte, contudo, temos razão de temer, porque estamos longe de corresponder sempre e perfeitamente à graça de Deus. Todo o nosso esforço deve, pois, ter em vista fazer a nossa esperança mais firme, tornando-a mais *fecunda*.

1200. B) Para alcançar este fim, é preciso colaborar com Deus na obra da nossa santificação: «*Dei enim sumus adiutores*»¹. Deus N. Senhor, concedendo-nos a sua graça, não quer substituir a sua acção à nossa, quer simplesmente suprir a nossa insuficiência. Não há dúvida que é a causa principal; mas, longe de suprimir a nossa actividade, quer promovê-la, estimulá-la, torná-la mais eficaz.

Que bem o compreendia S. Paulo, ao escrever: «Pela graça de Deus é que sou o que sou, mas a sua graça não tem sido vã em mim, antes tenho trabalhado mais copiosamente que todos eles, não eu, contudo, mas a graça de Deus comigo: *Gratia autem Dei sum id quod sum, et gratia eius in me vacua non fuit, sed abundantius illis omnibus laboravi; non ego autem sed gratia Dei mecum*»². E o que ele próprio fazia, exortava os outros a fazê-lo também: «*Adiuvantes autem exhortamur ne in vacuum gratiam Dei recipiatis*»³; sobretudo ao seu caro discípulo Timóteo é que ele dirigia esta insistente recomendação: «*Labora sicut bonus miles Christi Iesu*»⁴, porque ele tinha de trabalhar não somente na sua própria santificação, mas também na dos outros. S. Pedro não fala doutro modo; recorda a seus discípulos que são chamados sem dúvida alguma à salvação, mas que é necessário assegurar a sua vocação pela prática das boas obras: «*Quapropter, fratres, magis satagite ut per bona opera certam vestram vocationem et electionem faciat*»⁵.

Assim pois, é necessário estarmos bem convencidos de que, na obra da própria santificação, tudo depende de Deus; mas é preciso trabalhar, como se tudo dependesse somente de nós. É que, de facto, Deus não nos recusa jamais a sua graça, e, por conseguinte, na prática, não temos que nos preocupar senão do nosso esforço pessoal.

1201. 2.º Aplicações aos diversos graus da vida espiritual. É fácil de ver como se aplica o princípio enunciado aos diferentes estádios da vida cristã.

¹ I Cor. III, 9. — ² I Cor. XV, 10; Phil. III, 13-14. — ³ II Cor. VI, 1. — ⁴ II Tim. II, 3. — ⁵ II Petr. I, 10.

A) Os *principiantes* terão a mira, antes de tudo, em evitar os dois excessos contrários à esperança: a *presunção* e o *desespero*.

a) A *presunção* consiste em esperar de Deus o céu e as graças necessárias para o alcançar, sem querer empregar os meios que Ele nos prescreveu. Umás vezes presume-se da bondade divina: Deus é demasiadamente bom para me condenar; e desprezam-se os seus mandamentos. É esquecer que, se Deus é bom, é também justo e santo e odeia a iniquidade: *Iniquitatem odio habui*¹. Outras vezes presume a alma, excessivamente das próprias forças, por orgulho, e lança-se no meio dos perigos e das ocasiões de pecado; esquece demais que quem se expõe ao perigo, nele sucumbe, Cristo Senhor Nosso promete-nos a vitória, mas com a condição que saibamos vigiar e orar: «*Vigilate et orate ut non intretis in tentationem*»²; S. Paulo, tão cheio de confiança na graça de Deus, adverte-nos, contudo, de que é preciso operar a nossa salvação com temor e tremor: «*Cum metu et tremore vestram salutem operamini*»³.

b) Outros, pelo contrário, são atreitos ao *desânimo* e talvez ao *desespero*. Muitas vezes tentados e às vezes vencidos na luta, ou torturados pelo escrúpulo, desanimam, imaginando que se não poderão reformar, e começam a desesperar da salvação. É disposição perigosíssima, contra a qual é mister premunir-se recordando que S. Paulo, tentado também e sabendo perfeitamente que de si mesmo não podia resistir, se entrega com absoluta confiança à graça de Deus: «*gratia Dei per Iesum Christum*»⁴. À exemplo do Apóstolo, oremos, e seremos livres.

1202. B) Depois de evitados os escolhos, resta praticar o *desprendimento dos bens terrenos*, para pensar muitas vezes no céu e para o desejar. É o que nos pede S. Paulo: «*Si consurrexistis cum Christo, quae sursum sunt quaerite, ubi Christus est in dextera Dei sedens, quae sursum sunt sapite, non quae super terram*»⁵. Ressuscitados com Jesus Cristo, nosso chefe, já não devemos buscar e gostar as coisas da terra, mas sim as do céu, onde nos espera Jesus. O céu é a pátria, a terra não é mais que um desterro; o céu é o nosso fim, a felicidade verdadeira, ao passo que a terra nos não pode dar senão alegrias efêmeras.

1203. 3.º Os *proficientes* exercitam não somente a esperança, mas a *confiança filial* em Deus, apoiando-se em Jesus Cristo, centro da sua vida.

A) Incorporados nesta divina cabeça, esperam com *invençível confiança* o céu, onde Jesus lhes prepara um lugar «*quia*

¹ Ps. CVIII, 163. — ² Mc. XIV, 38. — ³ Phil. II, 12. — ⁴ Rom. VII, 24-25. — ⁵ Col. III, 1-2.

vado parare vobis locum»¹, e então estão já em esperança na pessoa do seu Salvador «*spe enim salvi facti sumus*»². a) Esperam-no até mesmo no meio das *adversidades* e *provações* desta vida; com o Salmista repetem: «*Non timebo mala, quoniam tu mecum es*»³. E com efeito Cristo Senhor Nosso, que neles vive, vem reconfortá-los, dizendo-lhes como outrora aos apóstolos: «*Pax vobis, ego sum, nolite timere*»⁴.

Se são as *intrigas* e as *perseguições* que os inquietam, recordam o que S. Vicente de Paulo dizia aos seus: «Ainda quando a terra inteira se levantasse para nos arruinar, não sucederá senão o que aprouver a Deus, em quem havemos colocado a nossa esperança»⁵. Se são *perdas temporais*, dizem-se a si mesmos, com o mesmo Santo: «Tudo o que Deus faz, fá-lo para nosso maior bem, e, por conseguinte, devemos esperar que esta perda nos seja proveitosa, por isso que vem de Deus»⁶. Se são *sofrimentos* físicos ou morais, consideram-nos como *bênçãos divinas*, destinadas a nos fazer comprar o céu a troco de algumas dores passageiras.

1204. b) Sabem, por meio desta confiança, *furtar-se ao abraço dos prazeres e dos triunfos*, mais perigosos ainda que o do sofrimento. «Quando a vida parece sorrir às nossas esperanças terrenas, é duro desdenhar essas promessas lisonjeiras, que nos tomam pelo lado sensível de nós mesmos; é duro esquivar-se ao enlace do prazer, dizer à felicidade que se nos oferece: tu não poderias bastar-me»⁷. O cristão, porém, reflecte que as alegrias mundanas são enganosas, que cortam os nossos voos para Deus; para escapar aos seus laços, faz mortificações positivas, e sobretudo vai buscar, numa amizade mais íntima com N. S. Jesus Cristo, alegrias mais puras e santificantes: «*esse cum Iesu dulcis paradisis*»⁸.

c) Se é o sentimento das suas *misérias e imperfeições* que os inquieta, meditam estas palavras de S. Vicente de Paulo:

«Representais-me as vossas misérias. E quem não se encontra, infelizmente, cheio delas? Tudo está em as conhecer e amar a abjecção que as acompanha, como vós fazeis, sem se deter mais que para nelas estabelecer o fundamento bem firme duma grande confiança em Deus; porque então o edificio levanta-se sobre rocha, de sorte que, ao rugir a tempestade, fica imóvel»⁹. As nossas misérias atraem, efectivamente, a misericórdia divina, quando a invocamos com humildade, e não fazem senão pôr-nos na melhor disposição para recebermos as graças divinas. S. Vicente acrescentava que, quando Deus começou a fazer bem a

¹ *Io.* XIV, 2. — ² *Rom.* VIII, 24. — ³ *Ps.* XXII, 4. — ⁴ *Lc.* XXIV, 36.

⁵ MEYNARD, *Vertus et doctrine...* p. 10. — ⁶ *Ibidem.* — ⁷ MGR. D'HULST, *Carême* 1892, p. 201. — ⁸ *De Imitat.*, L. II, c. VIII, n. 2. — ⁹ MEYNARD, *Vic et doctrine*, p. II.

uma criatura, não cessa de lho continuar a fazer até o fim, se ela se não torna excessivamente indigna dele. Assim, as misericórdias passadas são penhor das futuras.

1205. B) A esperança faz-nos viver habitualmente em espírito no céu e para o céu. Segundo a bela oração que a Igreja nos manda recitar no dia da Ascensão, devemos habitar já no céu em espírito «*ipsi quoque mente in coelestibus habitemus*»; o que quer dizer que é para o céu que nos cumpre operar e sofrer; é para o céu que devemos dirigir os nossos desejos e os nossos corações: «*ut inter mundanas varietates ibi nostra fixa sint corda ubi vera sunt gaudia*». E, como as alegrias da comunhão são um antegosto da bem-aventurança do céu, à sagrada mesa é que iremos buscar, entretanto, as verdadeiras consolações de que precisa o nosso coração.

1206. C) Este pensamento nos fará pedir muitas vezes com confiança o dom da *perseverança final*, o mais precioso de todos os dons. É indubitável que o não podemos merecer; mas podemos alcançá-lo da misericórdia divina. Demais, não teremos para isso que fazer senão unir-nos às orações, em que a Santa Igreja nos manda pedir a graça duma boa morte, por exemplo, a *Ave-Maria*, que tantas vezes recitamos, na qual imploramos a protecção especial da Senhora para a hora da morte: «*et in hora mortis nostrae*».

4.º Os perfeitos praticam a confiança pela *entrega total a Deus*, que descreveremos, ao tratar da *via unitiva*.

ART. III. A virtude da caridade ¹

1207. A virtude da caridade sobrenaturaliza e santifica o sentimento do amor, para com Deus, amor para com o próximo. Depois de algumas *observações preliminares* sobre o amor, trataremos: 1.º da caridade para com Deus; 2.º da caridade para com o próximo; 3.º do S. Coração de Jesus, modelo duma e doutra.

Observações preliminares

1208. 1.º O amor em geral é um movimento, uma tendência da nossa alma para o bem. Se o bem, para o qual ten-

¹ S. BERNARDUS, *De diligendo Deo*; S. THOMAS, II, II, q. 23-44; SALMATICENSES, tr. XIX, *De caritate theologica*; S. FR. DE SALIES, *De l'amour de Dieu*; MASSOULIÉ, *Tr. de l'amour de Dieu*; SCARAMIELLI, *op. cit.*, art. III; CARD. BILLOT, *op. cit.*, th. XXXI-XXXV; MGR. GAY, *op. cit.*, t. II, *traité XII*; CH. DE SMEDT, *op. cit.*, t. I, p. 365-493; MGR. D'HULST, *Carême 1892*; P. JANVIER, *Carême 1915*, et 1916; P. GARRIGOU-LAGRANGE, *Perfect. chrét.*, t. I, ch. III.

demos, é *sensível* e percebido pela imaginação como agradável, será também sensível o nosso amor; se o bem é *honesto* e conhecido pela razão como digno de estima, será o nosso amor racional; se o bem é *sobrenatural* e percebido pela fé, será cristão o nosso amor.

Vê-se, pois, que o amor supõe o conhecimento, mas nem sempre está em proporção com esse conhecimento, como noutra parte explicaremos.

Podem-se distinguir no amor, qualquer que seja, quatro elementos principais: 1) uma certa *simpatia* para com o objecto amado, que resulta de se notar proporção entre ele e nós: esta proporção não implica semelhança completa entre os dois amigos, mas uma proporção tal que um complete o outro; 2) um *movimento* ou *impulso* da alma para o objecto amado, para se aproximar dele e gozar da sua presença; 3) uma certa *união* ou *comunhão* dos espiritos e dos corações, para se comunicarem mutuamente os bens que possuem; 4) um *sentimento de alegria*, prazer ou felicidade, que se experimenta na posse do objecto amado.

1209. 2.º O amor cristão é o que é *sobrenaturalizado* no seu *princípio*, no seu *motivo* e no seu *objecto*.

a) É *sobrenaturalizado* no seu *princípio*, pela virtude infusa da caridade, que reside na vontade; esta virtude, posta em acção por uma graça actual, transforma o amor honesto e eleva-o a um grau superior.

b) Fornece-nos, então, a fé um *motivo sobrenatural*, para santificar as nossas afeições: dirige-as primeiro para *Deus*, em quem nos mostra o bem supremo, infinito, o único que corresponde às nossas legítimas aspirações; depois, para as *criaturas*, que nos representa como um *reflexo das perfeições divinas*, de tal sorte que, amando-as, amamos o próprio Deus.

c) O *objecto* do nosso amor torna-se, assim, *sobrenatural*: o Deus, que amamos, não é o Deus abstracto da razão, senão o Deus vivo da fé, o Pai que gera um Filho, de toda a eternidade, e nos adopta por filhos; o Filho, igual ao Pai, que encarnando se faz nosso irmão; o Espírito Santo, amor mútuo do Pai e do Filho, que vem difundir em nossas almas a divina caridade. As próprias criaturas nos aparecem não em seu ser natural, mas tais como a revelação no-las mostra: assim, os homens são para nós filhos de Deus, nosso Pai comum, irmãos em Jesus Cristo, templos vivos do Espírito Santo. Tudo, pois, é *sobrenatural* no amor cristão.

Segundo Santo Tomás¹, a caridade acrescenta ao amor a ideia duma certa perfeição, proveniente duma grande estima

¹ *Sum. Theol.*, II, II, q. 31, a. 3.

do objecto amado. E assim, toda a caridade é amor, mas nem todo o amor é caridade.

1210. 3.º Pode-se **definir** a caridade: *uma virtude teologal que nos faz amar a Deus como Ele se ama, sobre todas as coisas, por Si mesmo, e ao próximo por amor de Deus.*

Tem, pois, esta virtude um duplo objecto: *Deus e o próximo.* Mas estes dois objectos não fazem mais que um só, porque não amamos as criaturas, senão enquanto são uma expressão, um reflexo das perfeições divinas; é, pois, Deus que nelas amamos; e assim, acrescenta Santo Tomás¹, amamos o próximo, *porque Deus está nele ou ao menos para que nele esteja.* Eis porque não há mais que uma só e mesma virtude da caridade.

§ I. Do amor de Deus

Exporemos: 1.º a sua *natureza*; 2.º o seu *papel santificador*; 3.º a *maneira progressiva de o praticar.*

I. Sua natureza

1211. O primeiro objecto da caridade de Deus, que, por ser a plenitude do ser, da beleza e da bondade, é infinitamente amável. É Deus, considerado em toda a infinita realidade das suas perfeições, e não tal atributo divino em particular. Demais, a consideração dum attributo só, como a misericórdia, facilmente nos conduz à consideração de todas as perfeições. E depois, não é necessário conhecê-las por menores; as almas simples amam a *Deus Nosso Senhor* tal qual a fé no-lo dá a conhecer, sem analisar os seus attributos.

Para elucidar a noção do amor de Deus, explicaremos o *preceito* que no-lo impõe, o *motivo* em que se apoia e os diferentes *graus* pelos quais chegamos ao amor puro.

1212. 1.º **O preceito.** A) Já formulado no Antigo Testamento, é renovado e proclamado por Cristo Senhor Nosso como o resumo da Lei e dos Profetas: «Amarás ao Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todas as tuas forças e com todo o teu espírito». É dizer que devemos amar a Deus sobre todas as coisas e com todas as potências da nossa alma.

¹ «Sic enim proximus caritate diligitur, quia in eo Deus est vel ut in eo Deus sit». «*Qq. disp.*, de Caritate, a. 4).

É o que explica excelentemente S. Francisco de Sales ¹: «É o amor que deve prevalecer sobre todos os nossos amores e reinar sobre todas as nossas paixões: e é o que Deus reclama de nós, que entre todos os nossos amores o seu seja o mais cordial, dominando sobre todo o nosso coração; o mais afeiçoado, ocupando toda a nossa alma; o mais geral, empregando todas as nossas potências; o mais elevado, enchendo todo o nosso espírito, e o mais firme, pondo em exercício toda a nossa força e vigor». E conclui com um magnífico rapto de amor: «Eu sou Vosso, Senhor, e não devo ser senão para Vós; a minha alma é Vossa, e não deve viver senão para Vós; a minha vontade é Vossa, e não devo amar senão para Vós; o meu amor é Vosso, e não deve tender senão para Vós. Devo amar-Vos como meu primeiro princípio, pois sou de Vós; devo amar-Vos mais que o meu ser, pois o meu ser subsiste por Vós; devo amar-Vos mais que a mim mesmo, pois sou tudo para Vós e em Vós».

1213. B) O preceito da caridade é, pois, sobremaneira extenso; *em si*, não tem limites, porque a *medida de amar a Deus é amá-lo sem medida*; obriga-nos, pois, a *tender incessantemente para a perfeição* (n.ºs 353-361), e a nossa caridade deve ir sempre crescendo até à morte. Segundo a doutrina de Santo Tomás ², a *perfeição da caridade é imperada como fim*; é, pois, necessário *querer* alcançá-la; mas, acrescenta Caetano, «precisamente porque é *fim*, basta, para não faltar ao preceito, viver em estado de atingir um dia essa perfeição, ainda que seja na eternidade. Quem quer que possui, até mesmo no grau mais fraco, a caridade, e caminha assim para o céu, está na vida da caridade perfeita, e, por conseguinte, evita a transgressão do preceito, que é de necessidade de salvação».

Sem embargo, as almas, que *aspiram à perfeição*, não se dão por contentes desse primeiro grau; vão subindo cada vez mais alto, esforçando-se por amar a Deus não somente com toda a sua alma, mas ainda com todas as suas forças. É este, afinal, o ideal a que nos leva o motivo de caridade.

1214. 2.º O **motivo** da caridade não é o bem que se recebeu ou se espera de Deus, mas a *sua infinita perfeição*, ao menos como motivo *finalmente predominante*. Outros motivos se podem, pois, juntar a este, motivos de temor salutar, de esperança, de gratidão, contanto que o motivo indicado seja verdadeiramente predominante. Por conseguinte, o amor de si mesmo, em quanto *subordinado ao amor de Deus*, con-

¹ *Amour de Dieu*, L. X, ch. VI, X. — ² *Sum. theol.*, II, II, q. 184, a. 3; *Coment. de Caetano*, sobre este artigo; CARD. MERCIER, *Vie intérieure*, 1919; p. 98; P. GARRIGOU-LAGRANGE, *Perfect. chrétienne*, t. I, p. 217-227.

cilia-se com a caridade. Quando, pois, os Santos condenam tão àesperamente o amor de si mesmo, ou o amor próprio, trata-se do amor *desordenado* de si mesmo.

1215. A) Não se pode, porém, admitir a opinião de Bolgeni que pretende que a caridade única possível e obrigatória é a que tem por motivo a *bondade de Deus para conosco*, porque, diz ele, nós não podemos amar senão o que percebemos como conforme às nossas necessidades e aspirações. O autor confundiu o que não passa de *condição prévia* com o verdadeiro motivo da caridade. É bem verdade que o amor por si mesmo supõe que o objecto amado se harmoniza com a nossa natureza e aspirações; mas o *motivo*, pelo qual o amamos, não é esta conveniência, senão a infinita perfeição de Deus, amada por si mesma.

Ainda aqui expõe perfeitamente esta doutrina S. Francisco de Sales¹: «Mas, se por imaginação de coisa impossível, houvesse uma infinita bondade com que não tivéssemos nenhuma espécie de relação, e com que não pudéssemos ter comunicação alguma, estimá-la-íamos certamente mais que a nós mesmos... mas, pròpriamente falando, não a amariamos, pois que amor diz união; e muito menos poderíamos ter caridade para com ela, visto a caridade ser uma amizade, e a amizade não pode ser senão recíproca, pois tem por fundamento a comunicação e por fim a união».

1216. B) Discutiu-se se o motivo de *gratidão* não basta para a caridade perfeita. Aqui é oportuno distinguir: se a gratidão se não eleva acima do benefício recebido, para remontar ao próprio benfeitor, não basta como motivo de caridade, visto ficar sendo interessada; mas, se do amor do benefício passamos ao amor do benfeitor e o amamos por causa da sua infinita bondade, confunde-se este motivo com o da caridade.

De facto, conduz a gratidão fàcilmente ao amor puro, porque é um sentimento nobilíssimo; e assim, a Escritura e os Santos nos propõem frequentemente os benefícios de Deus, para nos excitarem ao amor de caridade. Assim é que S. João, depois de haver dito que o amor perfeito desterra o temor, nos exorta a amar a Deus, «porque Deus foi o primeiro a nos amar: *quoniam Deus prior dilexit nos*»². E quantas almas, efectivamente, aprenderam a amar a Deus com o mais puro amor, pensando no amor que Ele nos tem testemunhado desde toda a eternidade, e meditando no amor de Jesus para conosco na sua Paixão e na S. Eucaristia?

Se se quer um critério, para distinguir o amor *puro* do amor *interessado*, pode-se dizer que o primeiro consiste em

¹ *Amour de Dieu*, L. X, ch. X. — ² *I Jo.* IV, 19.

amar a Deus por Ele ser *bom em si e em Lhe* querer bem, e que o segundo consiste em amar a Deus, em quanto é *bom para nós e em nos* querer bem a nós mesmos.

1217. 3.º Quanto aos *graus* do amor, distingue quatro S. Bernardo¹. O homem ama-se, primeiramente, a si mesmo por si mesmo; porque é carne e incapaz de gostar outra coisa diversa de si mesmo. 2) Depois sentindo a sua insuficiência, começa a buscar a Deus pela fé e a amá-lo como um auxílio necessário; neste segundo grau, ama a Deus, não ainda por Deus, mas por si mesmo. 3) Dentro em breve, porém, à força de tratar e frequentar a Deus como um arrimo necessário, vai vendo pouco a pouco como Deus é suave e começa a amá-lo por si mesmo. 4) Enfim, o último grau, que bem poucos alcançam na terra, é amar-se a si mesmo unicamente por Deus, e, por conseguinte, amar a Deus exclusivamente por si mesmo.

Deixando de parte o primeiro grau, que não é mais que o amor de si mesmo, restam três graus de amor de Deus, que correspondem aos três graus de perfeição que já expusemos (n.ºs 340, 624-626).

II. Papel santificador do amor de Deus

1218. 1.º A caridade é em si *a mais excelente* e, por isso mesmo, a mais *santificante das virtudes*; já o provámos, mostrando que ela constitui a própria essência da perfeição, que encerra todas as virtudes e lhes dá uma perfeição especial, fazendo convergir os seus actos para Deus, amado sobre todas as coisas (n.ºs 310-319).

É o que declara S. Paulo em linguagem lirica: «Se eu falar as línguas dos homens e dos anjos, mas não tiver caridade, sou como o metal que soa ou como o sino que tine. E, se eu tiver o dom de profecia e conhecer todos os mistérios e quanto se pode saber, e se tiver toda a fé, até o ponto de transportar montanhas, mas não tiver caridade, não sou nada. E, se eu distribuir todos os meus bens no sustento dos pobres, e se entregar o meu corpo para ser queimado, se todavia não tiver caridade, nada disto me aproveita.

A caridade é paciente, é benigna; a caridade não é invejosa, não obra temerária nem precipitadamente, não se ensoberbece, não é ambiciosa, não busca os seus próprios interesses, não se irrita, não suspeita mal, não folga com a injustiça, antes se alegra com a verdade; tudo tolera, tudo crê, tudo espera, tudo sofre.

!A caridade jamais há-de acabar... Agora permanecem a fé, a esperança, a caridade, estas três virtudes; porém a maior delas é a caridade»².

¹ *De diligendo Deo*, c. XV; *Epist.* XI, n. 8.

² *1 Cor.* XIII, 1-3. Cf. PRAT, *op. cit.*, t. II, p. 404-408.

1219. Mais que as outras virtudes, efectivamente, é a caridade *unificante e transformante*.

a) É a alma inteira que ela une a Deus, com todas as suas faculdades: o *espírito*, pela estima e pela memória frequente de Deus; a *vontade*, pela submissão perfeita à vontade divina; o *coração*, subordinando todos os nossos affectos ao amor divino; as nossas *energias*, pondo-as todas ao serviço de Deus e das almas.

b) Unindo-a toda inteiramente a Deus, *transforma-a*; o amor faz-nos sair de nós mesmos, levanta-nos para Deus e leva-nos a imitá-lo, a reproduzir em nós as suas divinas perfeições; queremos, efectivamente, assemelhar-nos àquele a quem amamos, porque o estimamos como um modelo e desejamos, parecendo-nos mais com ele, penetrar mais e mais na sua intimidade.

1220. 2.º Nos seus *efeitos*, contribui a caridade muito eficazmente para a *nossa santificação*.

a) Estabelece entre a nossa alma e Deus uma certa *simpatia* ou *conaturalidade*, que melhor nos faz *compreender e gostar* a Deus e as coisas divinas; é por causa desta simpatia mútua que os amigos se compreendem, se adivinham e se unem mais e mais intimamente. Quantas almas ignorantes, mas abraçadas em amor de Deus, gostam e praticam melhor que muitos sábios as grandes verdades cristãs! É um dos efeitos da caridade.

1221. *Centuplica as nossas energias* para o bem, comunicando-nos uma força indomável, para vencer os obstáculos e nos levar aos actos de virtude mais excelentes; porque «o amor é forte como a morte, *fortis ut mors dilectio*»¹. Que força intrépida não dá à mãe o amor para com seu filho!

Ninguém talvez descreveu melhor que o autor da *Imitação* os admiráveis efeitos do amor divino²; alivia as nossas dores e as nossas cargas: «*nam onus sine onere portat et omne amarum dulce ac sapidum efficit*»; eleva-nos até Deus, porque nasceu de Deus: «*quia amor ex Deo natus est, nec potest nisi in Deo... quiscere*»; dá-nos asas, para voar com alegria aos actos mais perfeitos, ao dom total de nós mesmos: «*amans volat, currit et laetatur... dat omnia pro omnibus*»; e por isso nos estimula a fazer grandes coisas e a aspirar ao mais perfeito: «*amor Iesu nobilis ad magna operanda impellit, et ad desideranda semper perfectiora excitat*»; vigia sem cessar, jamais se queixa das suas fadigas, nem se deixa perturbar pelo temor; mas, como viva

¹ *Cont.* VIII, 6. — ² *De Imitat.* L. III, c. V, n. 3.

chama, eleva-se sempre mais alto e passa com toda a segurança no meio das dificuldades: «*amor vigilat... fatigatus non lassatur, territus non conturbatur, sed sicut vivax flamma... sursum erumpit secureque pertransit*».

1222. c) Produz também uma *grande alegria e dilatação da alma*: é, efectivamente, a posse inicial do Bem Supremo, *inchoatio vitae aeternae in nobis*; e esta posse enche-nos a alma de alegria: «*dans vera cordis gaudia*»¹.

E assim, continua a *Imitação de Cristo*, não há nada mais suave que o amor, nada mais agradável, nada melhor no céu e na terra: «*Nihil dulcius est amore... nihil iucundius, nihil plenius nec melius in caelo et in terra*». A causa principal desta alegria é que começamos a tomar mais vivamente consciência da presença de Jesus e de Deus em nós: «*Esse cum Iesu dulcis paradisi...² Te siquidem praesente, iucunda sunt omnia, te autem absente fastidiunt cuncta*»³.

1223. d) Esta alegria é seguida de *paz profunda*: quando temos a convicção de que Deus está em nós e em nós exerce uma acção, uma solicitude paternal, entregamo-nos a Ele com doce confiança, pomos em suas mãos com toda a segurança o cuidado de todos os nossos interesses, e assim gozamos de perfeita paz e serenidade: «*Tu facis cor tranquillum et pacem magnam laetitiamque festivam*»⁴. Ora, não há disposição mais favorável ao progresso espiritual que a paz interior: *in silentio et quiete proficit anima devota*.

Assim pois, por qualquer lado que se considere a caridade, em si mesma ou nos seus efeitos, de todas as virtudes é ela a mais unificante e santificante; é o verdadeiro vínculo da perfeição. Vejamos, pois, como a havemos de praticar.

III. A prática progressiva do amor de Deus

1224. Princípio geral. Sendo o amor o dom de si mesmo, será tanto mais perfeito o nosso amor para com Deus, quanto mais completamente nos dermos a Ele, sem *reserva* e sem *retorno*: *ex tota anima, ex toto corde, ex totis viribus*. E, como neste mundo é impossível dar-mo-nos, sem nos sacrificarmos, tanto mais perfeito será o nosso amor, quanto mais generosamente praticarmos o *espírito de sacrifício* por amor de Deus (n.º 321).

¹ Hino da festa do SS. Nome de Jesus. — ² *De Imitat.* L. II, c. VIII, n. 2. — ³ *De Imitat.* L. III, c. XXXIV, n. 1. — ⁴ *De Imitat.* L. III, c. XXXIV, n. 1.

1225. 1.º Os **principiantes** exercitam o amor de Deus, esforçando-se por *evitar o pecado*, sobretudo o pecado mortal e suas causas.

a) Praticam, pois, o *amor penitente*, doendo-se amargamente de terem ofendido a Deus e de lhe terem roubado a sua glória (n.ºs 743-745).

Este amor produz dois efeitos: 1) separa-nos cada vez mais do pecado e da criatura, a que a deleitação nos havia prendido; 2) reconcilia-nos e une-nos com Deus, não somente afastando o pecado, o máximo obstáculo à união divina, mas infiltrando-nos no coração aqueles sentimentos de contrição e humilhação, que são já um princípio de amor, e, sob a acção da graça, se transformam às vezes em perfeito amor. «Porque, como diz S. Francisco de Sales, o amor imperfeito deseja-O e reclama-O, a penitência busca-O e encontra-O, o amor perfeito abraça-O e estreita-O». Em todo o caso, os nossos pecados são-nos remitidos tanto mais completamente quanto mais intenso é o nosso amor.

1226. b) Praticam ainda, em seu primeiro grau, o *amor de conformidade com a vontade divina*, obedecendo aos seus mandamentos e aos da Igreja, e suportando corajosamente as provações que a Providência lhes envia, para os ajudar a purificar a alma (n.º 747).

c) Dentro em breve, torna-se *amor de gratidão* o seu amor. Ao verem que, a despeito dos seus pecados, não cessa Deus de os cumular de benefícios, e que lhes outorga um perdão tão liberal, logo que se arrependem, exprimem-lhe uma sincera e viva gratidão, louvam a sua bondade, e esforçam-se por melhor se aproveitarem das suas graças. É este já um nobre sentimento, uma excelente preparação para o amor puro: facilmente nos elevamos do benefício recebido ao amor do benfeitor, e desejamos que a sua bondade seja reconhecida e louvada por toda a terra: é já o amor de caridade.

1227. 2.º Os **proficientes** praticam o amor de *complacência*, de *benevolência*, de *conformidade com a vontade de Deus*, e por essa via chegam ao amor de *amizade*.

A) O *amor de complacência*¹ nasce da fé e da reflexão. a) Pela fé sabemos e pela meditação convencemo-nos de que Deus é a plenitude do ser e da perfeição, da sabedoria, do poder, da bondade. Ora, por pouco bem dispostos que estejamos, não podemos deixar de nos comprazer nesta infinita perfeição; gozar-nos-emos de ver que o nosso Deus é tão rico de todos os bens, sentir-nos-emos mais ditosos com a felicidade

¹ S. FR. DE SALES, *Amour de Dieu*, L. V, ch. I-V.

divina que com a nossa e manifestaremos a nossa alegria por actos de admiração, aprovação e congratulação.

b) Por essa via atraímos a nós as perfeições da divindade: Deus torna-se o *nosso* Deus; alimentamo-nos das suas perfeições, da sua bondade, da sua doçura, da sua vida divina. Porquanto, o coração alimenta-se das coisas em que se deleita; e assim enriquecemos com as perfeições divinas que o amor faz nossas, comprazendo-se nelas.

1228. c) Mas, atraindo a nós as divinas perfeições, atraímos o próprio Deus, e *damo-nos inteiramente a Ele*, como excelentemente explica S. Francisco de Sales¹.

«Por este santo amor de complacência, gozamos dos bens que há em Deus, como se fossem nossos; mas, como as perfeições divinas são mais fortes que o nosso espírito, entrando neste possuem-no elas reciprocamente; de sorte que não dizemos sòmente que Deus é *nosso* por esta complacência, mas também que nós somos *dele*». E assim, a alma brada perpétuamente no seu sagrado silêncio: «Basta-me que Deus seja Deus, que a sua bondade seja infinita, que sua perfeição seja imensa; que eu morra ou viva, pouco importa para mim, já que o meu muito Amado vive eternamente dum a vida eternamente triunfante... Para a alma que ama, basta que Aquele, que ama mais que a si mesma, seja cumulado de bens eternos, pois ela vive mais naquêle que ama que naquêle que anima».

1129. d) Transforma-se este amor em *compaixão* e *condolência*, quando contempla a Jesus padecendo. Uma alma devota, vendo aquele abismo de tédios e penas, em que este divino amante está mergulhado, não pode deixar de compartilhar a sua dor santamente amorosa. Eis o que atraiu sobre S. Francisco de Assis os estigmas e sobre Santa Catarina de Sena as chagas do Salvador, tendo a complacência produzido a *compaixão*, e a *compaixão* uma ferida semelhante à do objecto amado.

1230. B) Do amor de complacência nasce o amor de *benevolência*, isto é, um desejo ardente de glorificar e fazer glorificar aquele que amamos. O que de dois modos se pode praticar, relativamente a Deus.

a) No que toca a sua *perfeição intrínseca*, não o podemos exercitar senão de modo *hipotético*, dizendo, por exemplo: Se, por absurdo, eu vos pudesse procurar algum bem, não cessaria de o desejar, ainda a troco da minha própria vida. Se, sendo o que sois, pudésseis receber algum aumento de bem, eu Vo-lo desejaria de todo o meu coração.

¹ *Amour de Dieu*, L. V, ch. III.

1231. C) Pelo que diz respeito à sua *glória extrínseca*, desejamos de modo absoluto engrandecê-la em nós e nos demais; e para isso, conhecê-lo e amá-lo melhor, para melhor o fazer conhecido e amado. E, para não ser puramente especulativo este amor, esforçamo-nos por estudar por miúdo as belezas e perfeições divinas, para as louvar e glorificar, sacrificando para isso estudos ou ocupações que porventura nos agradassem mais.

Cheios, então, de estima e admiração para com Deus, desejamos que o seu santo nome seja bendito, exaltado, louvado, honrado, adorado por toda a terra. E, como somos incapazes de o fazer perfeitamente por nós mesmos convidamos todas as criaturas a louvar e bendizer o seu Criador: «*Benedicite omnia opera Domini Domino*»¹; subimos em espírito ao céu, para nos juntarmos aos coros dos Anjos e dos Santos, cantando com eles: «*Sanctus, Sanctus, Sanctus, Dominus...*» Unimo-nos também à Santíssima Virgem que, elevada acima dos Anjos, rende mais louvor a Deus que todas as criaturas, e com Ela repetimos: *Magnificat anima mea Dominum*. Mas sobretudo nos unimos ao Verbo Encarnado, o grande Religioso do Pai, que, por ser Deus e Homem, oferece à Santíssima Trindade louvores infinitos.

Enfim, unimo-nos ao próprio Deus, isto é, às três divinas Pessoas que se louvam e felicitam mutuamente. «Então exclamamos: «Glória ao Padre e ao Filho e ao Espírito Santo»; e, para que se saiba que não é a glória dos louvores criados que desejamos a Deus, mas a glória essencial e eterna que Ele tem em Si mesmo, por Si mesmo, de Si mesmo, acrescentamos: «Assim como era no princípio, e agora, e sempre...», como se disséssemos por modo de desejo: Para sempre seja Deus glorificado com a glória que tinha antes de toda a criatura, na sua infinita eternidade e eterna infinidade»².

São sobretudo os *Religiosos* e os *Sacerdotes* que se sentem obrigados, pelos seus votos e pelo seu sacerdócio, a promover assim a glória de Deus; devorados pelo desejo de O glorificar, não cessam, até no meio das suas ocupações, de o bendizer e louvar, e, no seu ministério, não têm outra ambição mais que estender o reino de Deus e fazer louvar eternamente Aquele que amam como sua única herança.

1232. C) O amor de benevolência manifesta-se pelo *amor de conformidade*: para estender em profundidade o reino de Deus, não há nada mais eficaz que cumprir a sua santíssima vontade: *fiat voluntas tua sicut in caelo et in terra*. É que o amor é antes de tudo a união, a fusão de duas vontades numa

¹ Dan. III, 57. — ² S. FR. DE SALES, *Amour de Dieu*, L. V, ch. XII. —

só: *unum velle, unum nolle*; e, como só a vontade de Deus é boa e sábia, nós é que devemos, evidentemente, conformar a nossa vontade com a dele: «*non mea voluntas, sed tua fiat*»¹.

Esta conformidade compreende, como acima expusemos (n.ºs 480-492), a obediência aos mandamentos, aos conselhos, às inspirações da graça, e a humilde, afectuosa submissão aos acontecimentos providenciais, felizes ou infelizes, aos reveses, às humilhações, às provações de todo o género, que nos são enviadas sòmente para nossa santificação e glória de Deus. Produz, por seu turno, a *santa indiferença* para tudo quanto não é do serviço de Deus: persuadidos que Deus é tudo e a criatura nada, não queremos senão Deus, o seu amor e a sua glória, e ficamos indiferentes pela vontade a tudo o mais. Não é a insensibilidade estóica, visto continuarmos a sentir inclinação para as coisas que nos agradam; mas é uma indiferença de estima e de vontade. Nem tampouco é o *deixar-correr* dos Quietistas; não somos indiferentes à nossa salvação, desejamo-la ardentemente, mas não a desejamos senão em conformidade com a vontade divina.

Esta entrega total produz uma paz *profunda*: sabemos que nada nos sucederá que não seja útil à nossa santificação: «*diligentibus Deum omnia cooperantur in bonum*»²; e é este o motivo por que abraçamos com alegria as provações e as cruzes por amor do divino Crucificado e para mais com Ele nos parecermos.

E assim, a conformidade perfeita com a vontade de Deus, diz Bossuet³, «faz-nos repouisar na dor como na alegria, segundo apraz Àquele que sabe o que nos é bom. Faz-nos repouisar, não em nosso próprio contentamento, mas no de Deus, suplicando-lhe se digne contentar-se e fazer sempre de nós o que lhe agradar».

1233. D) Esta conformidade conduz-nos à *amizade com Deus*. A amizade implica, além da benevolência, a *reciprocidade* ou o *dom mútuo* dos dois amigos. Ora, é isso precisamente o que se realiza na caridade.

É uma verdadeira amizade, diz S. Francisco de Sales⁴, «porque é recíproca, visto Deus ter amado eternamente a quem quer que O amou, O ama ou amará temporalmente; é declarada e reconhecida mútuamente, já que Deus não pode ignorar o amor que Lhe temos, pois que Ele mesmo no-lo dá, nem tampouco nós podemos ignorar o que Ele nos tem, pois tanto o publicou...; e enfim estamos em perpétua comunicação com Ele, que não cessa de falar aos nossos corações por meio de inspirações, atractivos e movimentos sagrados». É acrescenta: «Esta amizade não é simples amizade, senão amizade de *dilecção*, pela qual fazemos eleição de Deus, para O amar com amor particular».

¹ Lc. II, 42. — ² Rom. VIII, 28. — ³ *Elévations*, XII^o Sem., 7^o Elév. — ⁴ *Amour de Dieu*, L. II, ch. XII.

1234. Esta amizade consiste no dom que Deus nos faz de Si mesmo e no que nós lhe fazemos da nossa pessoa. Vejamos, pois, o que é o amor de Deus para conosco, para compreendermos qual deve ser o nosso amor para com Ele.

a) O seu amor para conosco é: 1) *eterno*: «*in caritate perpetua dilexi te*»¹; 2) *desinteressado*, porque, bastando-se plenamente a si mesmo, não nos ama senão para nos fazer bem; 3) *generoso*: porque se dá todo inteiramente, vindo Ele próprio habitar como amigo em nossa alma (n.ºs 92-97); 4) *preveniente*: porque não somente é o primeiro a nos amar, mas ainda nos solicita, mendiga o nosso amor, como se tivesse necessidade de nós: «As minhas delícias são estar com os filhos dos homens: meu filho, dá-me o teu coração: *Deliciae meae esse cum filiis hominum... praebe, fili mi, cor tuum mihi*»². Poderíamos jamais sonhar tal delicadeza de sentimentos?

1235. b) Devemos, pois, corresponder a este amor com o mais perfeito amor possível: «*sic nos amantem quis non redamaret?*»

1) Há-de ser este amor *sempre progressivo*; não tendo podido amar a Deus de toda a eternidade nem podendo jamais amá-lo tanto quanto Ele merece, devemos ao menos amá-lo cada dia mais, não pondo limite algum à nossa afeição para com Ele, não lhe recusando nenhum dos sacrifícios que Ele nos peça, e procurando sempre agradar-lhe; «*quae placita sunt ei facio semper*»³. 2) Há-de ser *generoso*, traduzindo-se não só por piedosos affectos, frequentes jaculatórias, actos muito simples de amor: «Eu vos amo com todo o meu coração»; mas também por actos, e sobretudo pelo dom total de nós mesmos. É necessário que Deus seja o centro de todo o nosso ser: da nossa *inteligência*, por meio de reflexões frequentes sobre Ele; da nossa *vontade*, pela humilde submissão aos seus mínimos desejos; da nossa *sensibilidade* não permitindo que o nosso coração se extravie em afeições que sejam obstáculo ao amor de Deus; de todas as nossas *acções*, esforçando-nos por fazê-las para lhe agradar. 3) Será *desinteressado*: a Deus, muito mais que aos seus dons devemos nós amar; e esta é a razão por que O havemos de amar tanto na aridez como na consolação, repetindo-lhe muitas vezes que O queremos amar e amá-lo por si mesmo. É assim que, não obstante a nossa impotência, havemos de nos esforçar por corresponder à sua amizade.

§ II. Da caridade para com o próximo

Depois de expormos a *natureza* desta virtude e o seu *papel santificador*, indicaremos a *maneira* de a praticar.

¹ *Ier.* XXXI, 3. — ² *Prov.* VIII, 31; XXXII, 26. — ³ *Io.* VIII, 29.

I. Natureza da caridade fraterna

1236. A caridade fraterna é indubitavelmente uma virtude *teologal*, como acima dissemos, contanto que se ame o próprio Deus no próximo, ou, por outros termos, se ame o próximo por Deus. Se amássemos o próximo *unicamente por si mesmo*, ou por causa dos serviços que nos pode prestar, não seria caridade.

A) O que devemos, pois, ver no próximo é Deus, que nele se manifesta pelos dons *naturais*, que são uma participação do seu ser e atributos, e pelos dons *sobrenaturais*, que são uma participação da sua natureza e da sua vida (n.º 445). Sendo a caridade uma virtude sobrenatural, o que devemos olhar como motivo da nossa caridade, são as qualidades *sobrenaturais*; se considerarmos, pois, também as suas qualidades naturais, devemos contemplá-las com os olhos da fé, em quanto sobrenaturalizadas pela graça.

1237. B) Para melhor compreendermos o verdadeiro motivo da caridade fraterna, podemos *analísá-lo*, considerando os homens nas suas relações com Deus; então nos aparecerão como *filhos de Deus, membros de Jesus Cristo, co-herdeiros do mesmo reino celeste* (n.ºs 93, 142-149).

Ainda quando não se encontrem em estado de graça ou não tenham fé, são chamados a possuir estes dons sobrenaturais, e é nosso dever contribuir, ao menos pela oração e pelo exemplo, para a sua conversão. Que poderoso motivo para nos levar a amá-los como irmãos, e como as divergências de opiniões que nos separam, são pequeninas diante de tudo quanto a eles nos une!

II. Papel santificador da caridade fraterna

1238. 1.º Suposto que o amor sobrenatural do próximo não é mais que um modo de amar a Deus, seria preciso repetir aqui tudo quanto expusemos acerca dos maravilhosos efeitos do amor de Deus.

Baste-nos citar alguns textos de S. João: «O que ama a seu irmão, permanece na luz, e não há nele escândalo. Mas aquele que tem ódio a seu irmão está em trevas»¹. Ora, permanecer na luz é, no estilo de S. João, permanecer em Deus, fonte de toda a luz, e estar nas trevas é estar em pecado. E continua: «Nós sabemos que fomos trasladados da morte para a vida, porque amamos a nossos irmãos... Todo o que tem ódio a seu irmão, é homicida»². E conclui assim: «Caríssimos,

¹ I Jo. II, 10-11. — ² I Jo. III, 14-15.

amemo-nos uns aos outros, porque a caridade vem de Deus. E todo o que ama, é nascido de Deus e conhece a Deus. Quem não ama, não conhece a Deus, porque Deus é caridade... Se nos amarmos uns aos outros, permanece Deus em nós e a sua caridade é em nós perfeita... Deus é caridade, e assim aquele que permanece na caridade, permanece em Deus, e Deus nele... Se alguém, pois, disser: eu amo a Deus, e aborrecer a seu irmão, é um mentiroso. Porque aquele que não ama o irmão a quem vê, como pode amar a Deus a quem não vê? E nós temos de Deus este mandamento: que quem ama a Deus, ame também a seu irmão»¹.

Não se pode afirmar mais explicitamente que amar o próximo é amar a Deus e gozar de todos os privilégios vinculados ao amor divino.

1239. 2.º Demais, Jesus nos diz que considera como feito a Si mesmo todo o serviço prestado ao menor dos seus: «*Amen dico vobis, quamdiu fecistis uni ex his fratribus meis minimis, mihi fecistis*»². Ora, é evidente que Jesus não se deixa vencer em generosidade e retribui multiplicado, em graças de toda a espécie, o menor serviço que se lhe faz na pessoa de seus irmãos.

Como é consolador este pensamento para aqueles que praticam a caridade fraterna e dão esmola corporal ou espiritual ao próximo; e mais ainda para aqueles cuja vida é inteiramente devotada às obras de caridade ou apostolado! A cada instante prestam serviço a Jesus na pessoa de seus irmãos; e, por consequente, também a cada instante Jesus lhes cultiva a alma, para a adornar e santificar.

III. Prática da caridade fraterna

1240. O princípio que nos deve guiar constantemente, é ver a Deus ou a Jesus no próximo³: «*in omnibus Christus*»; e tornar assim a nossa caridade mais *sobrenatural* nos seus motivos e meios de acção, mais *universal* na sua extensão, mais *generosa* e *activa* no seu exercício.

1241. 1.º Os principiantes aspiram sobretudo a *evitar* os defeitos contrários à caridade e a *praticar* os actos que são de *preceito*.

¹ *I Jo.* IV, 7, 8, 12, 16, 20, 21. — ² *Mt.* XXV, 40. — ³ É o que perfeitamente explica S. JOÃO Eudes, *Le Royaume de Jésus* 2º P., § 35, p. 259; «Contemplai o vosso próximo em Deus e Deus nele; isto é, olhai-o como uma coisa que saiu do coração e da bondade de Deus, que é uma participação de Deus, que foi criada para tornar para dentro de Deus, para ser um dia alojada dentro do seio de Deus para glorificar a Deus eternamente, e na qual Deus será com efeito eternamente glorificado, ou por misericórdia ou por justiça».

A) Evitam, pois, com o maior cuidado, para não contristarem a Jesus e ao próximo:

a) Os *juízos temerários*, as maledicências e calúnias contrárias à justiça e caridade (n.º 1043); b) as *antipatias* naturais que, sendo *consentidas*, dão muitas vezes causa a faltas de caridade; c) as *palavras ásperas*, zombeteiras, desdenhosas, que não podem deixar de gerar ou atizar inimizades; e até mesmo essas *picuinhas* e *graças* que se dizem à custa do próximo e causam muitas vezes pungentíssimas feridas; d) as *rixas* e disputas ásperas e orgulhosas, em que cada um quer fazer triunfar a sua opinião e humilhar o próximo; e) as *rivalidades*, as *discórdias*, os *mexericos* que não fazem senão semear dissensões entre os membros da grande família cristã.

1242. Para nos conservarmos resolutamente afastados de todas estas faltas, tão contrárias à caridade, nada mais eficaz que meditar estas palavras tão enternecedoras, que S. Paulo dirigia sobre este mesmo assunto aos primeiros cristãos: «E assim vos rogo, eu prisioneiro no Senhor, que andeis como convém à vocação, com que haveis sido chamados, com toda a humildade e mansidão, com paciência, suportando-vos uns aos outros com caridade, trabalhando cuidadosamente por conservar a unidade e espírito pelo vínculo da paz. Não há mais que um só corpo e um só espírito, como fostes chamados por vossa vocação a uma só esperança. Não há mais que um Senhor, um Deus, Pai de todos, que é sobre todos, que opera por todos, que está em todos... confessando a verdade, continuemos a crescer, a todos os respeitos, na caridade, em união com Aquele que é a cabeça, Cristo¹...» E acrescenta: «Portanto, se há alguma consideração em Cristo, se algum refrigério de caridade fazei completo o meu gozo, de sorte que sintais o mesmo, tendo uma mesma caridade, um mesmo ânimo, os mesmos pensamentos. Nada façais por espírito de rivalidade nem por vanglória; mas com humildade, tendo cada um aos outros por superiores; não atendendo cada um aos seus próprios interesses, senão aos dos outros»².

Quem poderia deixar de se sentir enternecido, ao escutar estas instantes súplicas do Apóstolo? Esquecendo as cadeias de que se encontra carregado, não pensa mais que em reprimir as discórdias que perturbavam a comunidade cristã, e lembrar-lhes que, pois têm tantos laços que os unem, é mister pôr de parte tudo quanto os divide. Não é verdade que, após vinte séculos de cristianismo, é ainda extremamente oportuno para todos nós este apelo insistente?

1243. Há sobretudo um mal que é força evitar, custe o que custar, o *escândalo*, isto é, tudo quanto pudesse, com alguma probabilidade, levar os outros ao pecado. A tal ponto

¹ *Eph.* V, 1-16. — ² *Phil.* II, 1-4.

é isto verdade que devemos abster-nos cuidadosamente de tudo quanto, indiferente ou até mesmo permitido em si, possa vir a ser, por causa das circunstâncias, ocasião de falta para os outros. É este o princípio que S. Paulo inculca a propósito das carnes oferecidas aos ídolos. Suposto que os ídolos não são nada, *em si* não são proibidas essas carnes; mas, como vários cristãos estavam convencidos que o eram, pede o Apóstolo aos mais esclarecidos que respeitem os escrúpulos de seus irmãos: «porque o *fraco*, esse irmão por quem morreu Cristo, se perderia pela tua ciência. E assim, pecando contra vossos irmãos pelo escândalo dado à sua consciência fraca, pecareis contra Cristo. Se um alimento escandaliza a meu irmão, abster-me-ei para sempre de carne, para o não escandalizar»¹.

Estas palavras necessitam de ser meditadas ainda hoje. Cristãos e cristãs há que se permitem leituras, espectáculos, danças mais ou menos inconvenientes, sob pretexto que tudo isso lhes não faz mal. Poderia ser contestada esta asserção; porque, infelizmente, muitas das pessoas, que falam desse modo, andam tantas vezes iludidas. Mas, em todo caso, pensam elas porventura no escândalo que daí resulta para os serviçais e empregados ou para o público que dali toma pretexto, para se entregar com maior risco a prazeres mais perigosos ainda?

1244. B) Não hão-de os principiantes evitar sòmente estas faltas; *hão-de praticar o que está ordenado*, em particular, *sofrer com paciência as fraquezas do próximo e perdoar as injúrias*.

a) *Sofrerão com paciência o próximo, apesar dos defeitos*.

Acaso não temos nós também os nossos, que o próximo é forçado a suportar? Demais, estamos expostos a exagerar esses defeitos, sobretudo quando se trata duma pessoa que nos é antipática. Não deveríamos nós pelo contrário atenuá-los, e perguntar-nos a nós mesmos se nos fica bem notar o argueiro nos olhos do vizinho, quando há talvez uma trave nos nossos. Assim, pois, em vez de condenar os defeitos dos outros, examinemo-nos, para ver se os não temos semelhantes ou talvez mais graves; e pensemos, antes de tudo, em nos corrigir: *medice, cura teipsum*.

1245. b) É também um dever *perdoar as injúrias e reconciliar-nos* com os inimigos, com aqueles que nos fizeram a nós ou a quem nós fizemos algum mal. Tão apertada é esta obrigação que N. S. Jesus Cristo não hesita em dizer: «Se, enquanto estás fazendo a tua oferta diante do altar, te lembrares que teu irmão tem qualquer coisa contra ti, deixa a tua oferta diante do altar e vai primeiro reconciliar-te com teu irmão»².

¹ I Cor. VIII, 13. — ² Mt. V, 23-24.

Porque, segundo nota Bossuet¹, «o primeiro dom que se há-de oferecer a Deus é um coração puro de toda a frieza e inimizade contra seu irmão». E acrescenta que nem se deve esperar pelo dia da comunhão, mas observar o que diz S. Paulo: «Não se ponha o sol sobre a vossa ira»; porque «as trevas aumentariam o nosso ressentimento; a cólera nos viria à lembrança, ao despertar, e se tornaria mais amarga». Não havemos, pois, de reflectir se o nosso adversário não tem mais culpa que nós, se não é a ele que cumpre antecipar-se; na primeira ocasião dissipemos qualquer equívoco com uma franca explicação. Se o nosso inimigo é o primeiro a pedir desculpa, apressemo-nos em perdoar: «porque se vós perdoardes aos homens as ofensas, que tendes deles, também vosso Pai celestial vos perdoará os vossos pecados; mas, se não perdoardes aos homens, tão-pouco vosso Pai vos perdoará os vossos pecados»². É de justiça, pois nós pedimos a Deus que nos perdoe as nossas ofensas, *assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido*.

1246. 2.º Os **proficientes** esforçam-se por atrair a si as disposições tão caridosas do Coração de Jesus.

A) Não esquecem que o preceito da caridade é o *seu* preceito, e que a sua observância será o sinal distintivo dos cristãos: «Dou-vos *um mandamento novo*: que vos ameis uns aos outros: que, *como eu vos amei*, vos ameis uns aos outros: *ut diligatis invicem sicut dilexi vos*»³.

Esse mandamento é *novo*, diz Bossuet⁴, «Porque Jesus Cristo lhe acrescenta esta circunstância importante: que nos amemos uns aos outros, como Ele nos amou. Ele nos preveniu com o seu amor, quando nós nem sequer pensávamos nele: foi Ele o primeiro a vir a nós; não nos repele pelas nossas infidelidades e ingratidões; ama-nos para nos fazer santos e felizes, sem interesse; porque não precisa de nós nem dos nossos serviços para nada». A caridade será a nota distintiva dos cristãos. «Nisto conhecerão todos que sois meus discípulos, se tiverdes amor uns aos outros»⁵.

1247. B) E assim se esforçam os proficientes por se aproximarem dos exemplos do Salvador.

a) A sua caridade é *preveniente*: Ele foi o primeiro a nos amar quando nós éramos ainda seus inimigos, «*cum adhuc peccatores essemus*»⁶; veio a nós, que éramos pecadores, convencido de que os doentes é que precisam do médico; a sua graça preveniente é que vai buscar a Samaritana, a Madalena, o bom ladrão, para os converter. É para prevenir e curar as nossas penas que nos dirige este terno convite: «Vinde a mim

¹ *Méditat.*, XIV^e jour. — ² *Mt.* VI, 14-15. — ³ *Io.* XIII, 34. — ⁴ *Méditations*, La Cène, I^e Part. 75^e Jour. — ⁵ *Io.* XIII, 35. — ⁶ *Rom.* V, 8.

todos os que trabalhais e estais sobrecarregados e eu vos aliviarei: *venite ad me omnes qui laboratis et onerati estis, et ego reficiam vos*»¹.

Devemos imitar estas divinas finezas, indo ao encontro dos nossos irmãos, para conhecer e aliviar as suas misérias, como fazem os que visitam os pobres, para socorrerem as suas necessidades e os pecadores, para os reconduzirem pouco a pouco à prática da virtude, sem se deixarem desalentar pelas suas primeiras resistências.

1248. b) A sua caridade foi *compassiva*. Quando vê a multidão, que o seguira ao deserto, exposta a padecer fome, multiplica os pães e os peixes, para a sustentár; mas sobretudo, quando vê as almas privadas de alimento espiritual, compadece-se da sua sorte e quer se peçam a Deus obreiros apostólicos, para trabalharem na seara: «*rogate ergo Dominum messis ut mittat operarios in messem suam*»². Deixando um momento as noventa e nove ovelhas fiéis, corre após aquela que se tresmalhara, reconduzindo-a aos ombros para o aprisco. Tanto que um pecador dá um sinal de arrependimento, apressa-se a perdoar. Cheio de compaixão para com os doentes e enfermos, cura-os em grande número, e muitas vezes lhes restitui ao mesmo tempo a saúde da alma, perdoando-lhes os pecados.

A exemplo de Cristo Nosso Senhor, devemos ter grande compaixão de todos os infelizes e socorrê-los na medida das nossas posses; quando esses recursos se esgotarem, demos ao menos a esmola do nosso tempo, duma boa palavra, de boas maneiras. Não nos deixemos enfadar com os defeitos dos pobres; mas à esmola corporal juntemos alguns bons conselhos que algum dia produzirão seus frutos.

1249. c) A sua caridade foi *generosa*: por nosso amor se dignou passar trabalhos, padecer e morrer: «*dilexit nos et tradidit semetipsum pro nobis*»³.

Devemos, pois, estar dispostos a prestar serviço a nossos irmãos à custa dos mais penosos sacrifícios, preparados a tratá-los nas suas doenças, ainda que sejam repugnantes, e a fazer por eles sacrifícios pecuniários. Há-de ser esta caridade *cordial* e *simpática*: porque a maneira de dar vale mais ainda que o que se dá. Há-de ser *inteligente*, dando aos pobres não somente um pedaço de pão, mas, se é possível, os meios de ganhar honestamente a vida. Há-de, enfim, ser *apostólica*, fazendo bem às almas por meio da oração e do exemplo, e algumas vezes, discretamente, por meio de sábios conselhos. — Este dever do zelo impõe-se sobretudo aos sacerdotes, aos religiosos e a todos os

¹ Mt. XI, 28. — ² Mt. IX, 38. — ³ Ephes. V, 3.

cristãos de escol; não esqueçam que «quem lograr converter um pecador dos seus descaminhos, salvará uma alma da morte e cobrirá uma multidão de nossos irmãos»¹.

1250. 3.º Os **perfeitos** amam o próximo até à *imolação de si mesmos*: «Tendo Jesus dado a sua vida por nós, também nós devemos dar a nossa vida por nossos irmãos»².

a) É o que fazem os obreiros apostólicos: sem derramarem o sangue por seus irmãos, dão a vida gota a gota, trabalhando incessantemente pelas almas, imolando-se nas suas orações, nos seus estudos, nas suas próprias recreações, *deixando-se comer vivo*, segundo a expressão do P. Chevrier, que não é afinal, senão a tradução desta palavra de S. Paulo: «Da melhor vontade despenderei o meu e me despenderei a mim mesmo pelas vossas almas, ainda quando, por vos amar mais, houvesse de ser menos amado por vós»³.

1251. b) Eis o que impeliu sacerdotes santos a fazerem o *voto de servidão* para com as almas; com esse voto se obrigavam a considerar o próximo como um superior, que tem direito de exigir serviços, e a obtemperar a todos os seus desejos legítimos.

c) Esta caridade manifesta-se ainda por uma santa solicitude em prevenir os mínimos desejos do próximo e em lhe prestar todos os serviços possíveis; às vezes também pela aceitação dum serviço oferecido; é este, efectivamente, o meio de tornar feliz quem o oferece.

d) Manifesta-se, enfim, por um amor *especialíssimo para com os inimigos*, que se consideram então como executores das vinganças divinas sobre nós e como tais se veneram, pedindo especialmente por eles e fazendo-lhes bem em todas as ocasiões, segundo o conselho de Cristo Senhor Nosso: «Amai a vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam, e orai pelos que vos perseguem e caluniam»⁴. Assim se aproxima a alma daquele que faz brilhar o seu sol tanto sobre os maus como sobre os bons.

§ III. O Sagrado Coração de Jesus modelo e fonte de caridade⁵

1252. 1.º **Observações preliminares.** Para concluir o que levamos dito acerca da caridade, nada melhor podemos fazer que convidar os leitores a buscar no Sagrado Coração de Jesus

¹ Iac. V, 20. — ² Io. III, 16. — ³ II Cor. XII, 15. — ⁴ Mt. 44. —

⁵ BX. J. Eudes, *Le Cœur admirable de la T. S. Mère de Dieu*, L. IV et L. XII; J. Croiset, *La dévotion au S. Cœur*; Ste Marguerite-Marie, *Oeuvres*, éd. Gauthey; P. de Gallifet, *Excellence de la dévotion au S. Cœur*; Dalgairns, *Devotions to the Sacred Heart*; Manning, *The Glories of the Sacred Heart*; J. B. Terrien, *La dévotion au S. Cœur*; P. le Doré, *Les Sacrés Cœurs et le V. J. Eudes*; *Le Sacré Cœur*; J. Bainvel, *La dévotion au S. Cœur, doctrine, histoire*; Le Garriguet, *Le Sacré Cœur, exposé historique et dogmatique*.

a *fonte* e o *modelo* da caridade *perfeita*: nas Ladainhas aprovadas oficialmente pela Igreja invocamo-lo, efectivamente, como fornalha ardente de caridade, plenitude de bondade e amor: «*fornax ardens caritatis... bonitate et amore plenum*».

Há, com efeito, na devoção ao Sagrado Coração de Jesus *dois elementos essenciais*: um elemento *sensível*, o Coração de carne, hipostaticamente unido à Pessoa do Verbo; um elemento *espiritual*, simbolizado pelo Coração material, e que outro não é senão o amor do Verbo Encarnado para com Deus e para com os homens. Estes dois elementos não fazem mais que um, como não fazem mais que um, o sinal e a coisa significada. Ora, o amor significado pelo Coração de Jesus é sem dúvida o amor *humano*, mas realmente também o amor *divino*, já que em Jesus as operações divinas e humanas andam unidas e indissolúveis. É o seu amor para com os *homens*: «Eis aqui o Coração que tanto amou os homens»; mas é também o seu amor para com *Deus*, porque, já o mostrámos, a caridade para com os homens deriva da caridade para com Deus e tira dela o seu motivo verdadeiro.

Podemos, pois, considerar o Coração de Jesus como o modelo mais perfeito do *amor para com Deus* e do *amor para com o próximo*, e até como o *modelo de todas as virtudes*, visto a caridade as conter e aperfeiçoar todas. E como, durante a sua vida mortal, Jesus mereceu para nós a graça de imitarmos as suas virtudes, é também a *causa meritória*, a *fonte* das graças que nos permitem amar a Deus e a nossos irmãos e praticar todas as outras virtudes ¹.

1253. 2.º O Coração de Jesus fonte e modelo de amor para com Deus. O amor é o dom total de si mesmo; ora, sendo assim, quão perfeito não é o amor de Jesus para com seu Pai! Desde o primeiro instante da Encarnação, oferece-se e dá-se como vítima, para reparar a glória de Deus, ultrajado por nossos pecados.

No seu nascimento, como no dia da apresentação no Templo, renova esta oblação. Durante a *vida oculta*, testemunha o seu amor para com Deus, obedecendo a Maria e a José, em quem vê os representantes da autoridade divina: e quem nos dirá os actos de puro amor que da pequenina casa de Nazaré se elevavam incessantemente para a adorável Trindade? No decurso da sua *vida pública*, não busca mais que o beneplácito e a glória de seu Pai: «*Quae placita*

¹ Nesta breve exposição, sem insistirmos nas diferenças acessórias entre a devoção ensinada por S. João Eudes e a de Paray-le-Monial, tentamos conciliar o que há de comum nestas duas formas da mesma devoção.

sunt ei facio semper...¹ Ego honorifico Patrem²; na última Ceia, pode-se dar a si mesmo testemunho de que glorificou a seu Pai durante a vida inteira: «*Ego te clarificavi super terram*»; e no dia seguinte, levava o dom de si mesmo até à imolação do Calvário: «*factus obediens usque ad mortem, mortem autem crucis*». Quem poderia jamais contar os actos internos de amor que brotavam incessantemente do seu Coração e fizeram da sua vida inteira um acto continuo de caridade perfeita?

1254. Mas quem poderia sobretudo exprimir a *perfeição* deste amor?

«É, diz S. João Eudes³, um amor digno de tal Pai e de tal Filho; é um amor que iguala perfeitissimamente as perfeições inefáveis do seu objecto tão amado; é um Filho infinitamente amante, que ama a um Pai infinitamente amável, é um Deus que ama a um Deus... Numa palavra, o divino Coração de Jesus, considerado segundo a sua divindade ou segundo a sua humanidade, é infinitamente mais abrasado de amor para com seu Pai, e ama-o infinitamente mais a cada momento que todos os corações dos Anjos e dos Santos juntamente O podem amar por toda a eternidade.

Ora, este amor nós o podemos fazer *nosso*, unindo-nos ao Sagrado Coração de Jesus, e oferecê-lo ao Eterno Padre, dizendo com S. João Eudes: «Ó meu Salvador, eu me entrego a Vós, para me unir ao amor eterno, imenso e infinito que Vós tendes a Vosso Pai. Ó Pai adorável, eu Vos ofereço todo este amor eterno, imenso, infinito de Vosso Filho Jesus, como um amor que me pertence... Eu Vos amo como Vosso Filho Vos ama».

1255. 3.º **O Coração de Jesus fonte de amor para com os homens.** Dissemos (n.º 1247), quanto Jesus os amou na terra; resta-nos explicar como não cessa de os amar, agora que está no céu.

a) Porque nos ama, é que nos santifica pelos *sacramentos*: são, efectivamente, diz S. João Eudes⁴, «outras tantas fontes inexauríveis de graça e santidade, que têm a sua origem no oceano imenso do Sagrado Coração de nosso Salvador; e todas as graças, que deles procedem, são outras tantas chamas desta divina fornalha».

¹ *Io.* VIII, 29. - ² *Io.* VIII, 49. - ³ *Le Coeur admirable*, L. XII, ch. II.

⁴ *Ibid.*, ch. VIII. Aqui quase não fazemos outra coisa senão condensar o seu pensamento.

1256. Mas é sobretudo na *Eucaristia* que Ele nos dá a maior prova de amor.

1) Há dezanove séculos que está connosco, noite e dia, como um pai que não quer deixar seus filhos, como um amigo que tem as suas delicias em estar com seus amigos, como um médico que se conserva constantemente à cabeceira dos seus doentes. 2) E está ali sempre activo, adorando, louvando e glorificando a seu Pai por nós; dando-lhe perenemente graças por todos os bens que Ele não cessa de nos prodigalizar, amando-O por nós, oferecendo os seus méritos e satisfações para reparar os nossos pecados, e pedindo incessantemente novas graças para nós, «*semper vivens ad interpellandum pro nobis*»¹. 3) Não cessa de renovar sobre o altar o sacrificio do Calvário, fá-lo um milhão de vezes por dia, em toda a parte onde há um sacerdote para consagrar, e isto por amor para connosco, para aplicar a cada um de nós os frutos do seu sacrificio (n.ºs 271-273); e não contente de se imolar, dá-se todo inteiramente a cada alma que comunga, para lhe comunicar as suas graças, as suas disposições e as suas virtudes (n.ºs 277-281).

Ora, este divino Coração deseja vivamente comunicar-nos os seus sentimentos de caridade: «O meu divino Coração, dizia Ele a Santa Margarida Maria, está tão apaixonado de amor para com os homens, e para contigo em particular, que não podendo mais conter em si mesmo as chamas de sua ardente caridade, é força que as difunda por teu meio, e que se lhes manifeste a eles, para os enriquecer de seus preciosos tesouros»². E foi então que Jesus lhe pediu o coração para o unir ao Seu, e pôr nele uma centelha do seu amor. O que fez de modo maravilhoso para a Santa, fá-lo para nós de modo ordinário na sagrada comunhão, e cada vez que unimos o nosso coração ao Seu; porque Ele veio à terra trazer o fogo sagrado da caridade e nada tanto deseja como ateá-lo em nossos corações: «*ignem veni mittere in terram, et quid volo nisi ut accendatur?*»³.

1257. 4.º O Coração de Jesus fonte e modelo de todas as virtudes. Muitas vezes na S. Escritura o coração designa todos os sentimentos internos do homem, por opposição a seus actos externos: «O homem não vê senão o que se manifesta no exterior, Deus, porém, vê o coração: «*Homo videt ea quae parent, Deus autem intuetur cor*»⁴. Por via de consequência, simboliza o Coração de Jesus não somente o amor, mas todos os sentimentos internos da sua alma. Foi sem dúvida assim que os grandes místicos da idade média e, após eles, S. João

¹ Hebr. VII, 25.—² Primeira das grandes revelações, 1673.—³ Lc. XII, 49.

—⁴ I Reg. XVI, 7.

Eudes encararam a devoção ao Sagrado Coração de Jesus. O mesmo se diga de Santa Margarida Maria. É indubitável que a Santa insiste principalmente, e com razão, no amor de que está cheio este divino Coração; mas nos seus diversos escritos mostra-nos este Coração como o modelo de todas as virtudes; e o P. de la Colombière, seu confessor e intérprete, resume o seu pensamento num acto de consagração, que se encontra ao fim do seu livro *Retraites spirituelles*»¹.

«Este oferecimento faz-se para honrar este divino Coração, sede de todas as virtudes, manancial de todas as bênçãos e refúgio de todas as almas santas. As principais virtudes que nele se pretendem honrar são: em primeiro lugar, um amor ardentíssimo para com Deus seu Pai, juntamente com um profundíssimo respeito e a maior humildade que jamais existiu; em segundo lugar, uma paciência infinita nos males, uma dor extrema dos pecados cujo peso carregara sobre Si mesmo, a confiança dum filho terníssimo aliada com a confusão dum grandíssimo pecado; em terceiro lugar, uma compaixão, sobremaneira sensível, das nossas misérias e, apesar de todos estes movimentos, uma igualdade inalterável, causada por uma conformidade tão perfeita com a vontade de Deus que não podia ser perturbada por nenhum acontecimento».

De mais a mais, como todas as virtudes derivam da caridade e nela encontram a sua última perfeição (n.ºs 318-319), sendo como é o Coração de Jesus fonte e modelo da divina caridade, é-o também de todas as virtudes.

1258. Destarte vem a coincidir a devoção ao Coração de Jesus com a devoção à *Vida Interior de Jesus* exposta por M. Olier e praticada em S. Sulpício. Esta vida interior, diz ele, consiste «nestas disposições e sentimentos internos para com todas as coisas: por exemplo, na sua *religião para com Deus*, no seu *amor para com o próximo*, no seu *aniquilamento para consigo mesmo*, no seu *horror do pecado*, e na sua *condenação do mundo e das suas máximas*»².

Ora, estas disposições encontram-se no Sagrado Coração de Jesus, e é lá que se devem ir beber. E é por isso que a uma pessoa piedosa, que gostava de se recolher no Coração de Jesus, escreve M. Olier: «Perdei-vos mil vezes ao dia no seu amável Coração, ao qual vos sentis tão poderosamente atraída... Não há recinto mais escolhido que o Coração do Filho de Deus; é a pedra preciosa do escrínio de Jesus; é o tesoiro do próprio Deus em que recolhe todos os seus dons e comunica todas as graças... Foi neste Coração Sacratíssimo e neste adorável Interior que primeiro se operaram todos os mistérios... Vede,

¹ *Oeuvres complètes, Grenoble, 1901, VI, p. 124.* — ² *Catéch. chrétien, 1.º P., leg. I.*

pois, a que vos chama Cristo Senhor Nosso, abrindo-vos o Seu Coração, e como deveis aproveitar-vos dessa graça que é uma das maiores que tendes alcançado em vossa vida. Não vos arranque jamais a criatura desse lugar de delicias, onde queira Deus estejais abismada para o tempo e para a eternidade com todas as santas esposas de Jesus»¹. É noutra parte acrescenta²: «Que coração não é o Coração de Jesus! Que oceano de amor se encontra nele contido, a trasbordar sobre toda a terra! Ó manancial fecundo e inexaurível de todo o amor! Ó abismo profundo e inesgotável de toda a religião! Ó divino centro de todos os corações!... Ó Jesus, sofri que eu Vos adore em Vosso Coração que eu vi ainda esta manhã. Queria descrevê-lo, mas não me é possível, tão arrebatador é Ele! Eu o vi como um céu, todo cheio de luz, de amor, de acção de graças e de louvor. Ele exaltava a Deus, exprimia as suas grandezas e magnificências». Para M. Olier, o Interior de Jesus e o Seu Sacratíssimo Coração são uma e a mesma coisa: é o centro de todas as suas disposições e virtudes, é o santuário do amor e da religião, em que Deus é glorificado e as almas fervorosas se deliciam em recolher-se.

1259. Conclusão. Para que a devoção ao Sagrado Coração de Jesus produza estes felizes resultados, deve consistir em dois actos essenciais: *amor e reparação*.

1.º O amor é o *primeiro e principal* destes deveres, segundo Santa Margarida Maria e S. João Eudes.

Dando conta ao P. Croiset da segunda grande aparição, escreve Santa Margarida Maria³: «Ele me deu a conhecer que o grande desejo que tinha de *ser amado pelos homens* e de os retirar do caminho da perdição O havia levado a formar este designio de manifestar o seu Coração aos homens, com todos os tesoiros de amor, misericórdia, graça, santificação e salvação, para que todos os que quisessem tributar-lhe e procurar-lhe toda a honra, glória e amor que estivessem em seu poder, Ele os enriquecesse com abundância e profusão destes divinos tesoiros do Coração de Deus que deles é a fonte». E numa carta a sóror de la Barge, conclui assim: «Amemos, pois, esse único amor de nossas almas, já que Ele foi o primeiro a nos amar e nos ama ainda com tanto ardor que se inflama continuamente no Santíssimo Sacramento. Não é necessário mais que amá-lo, este Santo dos Santos, para se fazer santa uma alma. Quem nos impedirá, pois, de o ser, já que temos corações para amar e corpos para sofrer?... Não há senão o seu puro amor que nos leve a fazer tudo o que lhe agrada; não há senão este perfeito amor que nos leve a fazê-lo do modo que lhe agrada; e não pode haver senão este amor perfeito que nos leve a fazer todas as coisas, quando lhe agrada»⁴.

¹ *Lettres*, t. II, lettre, 426. — ² *Esprit de M. Olier*, t. I, 186-187, 193. — ³ *Lettres inédites*, IV, p. 142. — ⁴ *Lettre CVIII*, t. II, p. 227.

1260. 2.º Mas o segundo destes actos é a *reparação*; porque o amor é ultrajado pelas ingratidões dos homens, como o próprio Cristo Senhor Nosso declara na terceira grande aparição:

«Eis aqui este Coração que tanto tem amado os homens, que nada poupou até se esgotar e consumir para lhes testemunhar o seu amor; e, em paga, *não recebo da maior parte deles senão ingratidões* pelas suas irreverências e sacrilégios e pelas friezas e desprezos que têm para comigo neste sacramento de amor». E então pede-lhe que repare essas ingratidões pelo fervor do seu amor: «Minha filha, eu venho ao coração que te dei, para que *pelo teu ardor repares as injúrias que tenho recebido* dos corações tibios e frouxos que me desonram no Santíssimo Sacramento».

1261. Estes dois actos nos santificarão em extremo: o amor, unindo-nos intimamente ao Sagrado Coração de Jesus, far-nos-á comungar nas suas virtudes e dar-nos-á coragem de as praticar, a despeito de todos os obstáculos: a *reparação*, fazendo que nos compadeçamos dos sofrimentos de Jesus, estimulará ainda o nosso fervor e nos levará a padecer corajosamente por amor todas as provações, a que Ele se dignar associar-nos.

Assim entendida, a devoção ao Sagrado Coração de Jesus não terá nada de afectado, nem de efeminado: será o próprio espírito do cristianismo, uma feliz combinação de amor e sacrifício, acompanhada do exercício progressivo das virtudes morais e teológicas. Será uma como *síntese* da via *iluminativa* e uma feliz *iniciação* da via *unitiva*.

CAPÍTULO IV

AS CONTRA-OFENSIVAS DO INIMIGO

1262. Enquanto andamos trabalhando na aquisição das virtudes, não ficam inactivos os nossos inimigos espirituais: voltam sornateiramente ao ataque já fazendo renascer em nós, em forma *mais atenuada*, os *sete pecados capitais*, já levando-nos à *tibieza*.

ART. I. Renascimento dos pecados capitais

1263. S. João da Cruz descreve maravilhosamente estes pecados capitais, como existem nos que ele chama *principiantes*,

isto é, nos que estão a ponto de entrar na contemplação, pela *noite dos sentidos*¹. Quase não faremos senão condensar a sua análise psicológica.

I. Da inclinação ao orgulho

1264. De seis maneiras principais se manifesta esta propensão:

1) Aspirando ao fervor e fiéis a seus exercícios *comprazem-se estes principiantes nas suas obras*, estimando-se a si mesmos excessivamente; presunçosos, formam muitos projectos, não executando, porém, quase nenhum.

2) *Falam de espiritualidade*, antes para darem lições aos outros que para as porem eles mesmos em prática; e assim, condenam severamente os que não aprovam o seu género de espiritualidade.

3) Alguns não podem suportar rivais a seu lado; se por acaso se lhes apresenta um rival, condenam-no e rebaixam-no.

4) Buscam as boas graças e a intimidade do director, e, se este não aprova o seu espírito, procuram outro que lhes seja mais favorável. E, para melhor o conseguirem, atenuam as próprias faltas e, se vêm a tropeçar mais notavelmente, confessam-na a outro que não ao director ordinário.

5) Se têm a desgraça de cometer um pecado grave, exasperam-se contra si mesmos e desanimam, irritados de não serem ainda santos.

6) Gostam de se singularizar por meio de demonstrações exteriores de piedade, e de bom grado contam aos demais as suas boas obras e triunfos.

Do orgulho nasce a **inveja**, que se manifesta por movimentos de desgosto à vista do bem espiritual dos outros: sofrem com ouvir elogiá-los, sentem tristeza por causa da virtude deles e não perdem ocasião de os deprimir.

II. Dos pecados de sensualidade

1265. A) A gula espiritual manifesta-se de dois modos:

a) Pelo gosto excessivo das **consolações**: buscam-nas até nas austeridades, na *disciplina*, por exemplo, e importunam o director para que lhes permita macerações, com a esperança de conseguirem assim consolações.

b) É em virtude do mesmo princípio que certas pessoas fazem esforços de cabeça na oração ou comunhão, para alcançarem devoção sensível, ou desejam confessar-se amiúde, no intuito de encontrarem alguma consolação neste exercício.

¹ *Noche oscura*, L. I, c. II-VII.

Muitas vezes são infrutíferos esses esforços e desejos; e então apodera-se o desalento destas almas, mais presas às consolações que ao próprio Deus.

1266. B) A luxúria espiritual apresenta-se sob duas formas principais: **a)** buscam-se amizades sensíveis ou sensuais, sob pretexto de devoção, nem se quer renunciar a elas, porque afinal, diz-se, essas relações não fazem senão alimentar a piedade. **b)** Às vezes as consolações sensíveis, que se experimentam na oração e comunhão, ocasionam, em pessoas de um natural terno e afectuoso, deleitações doutro género, que podem degenerar numa fonte de tentação ou inquietação ¹.

1267. C) A preguiça leva a alma: **a)** a enfastiar-se dos exercícios espirituais, quando não encontra neles gosto sensível, e a encurtá-los ou suprimi-los; **b)** a deixar-se levar do desânimo, quando recebe do superior ou director ordens ou conselhos que pareçam demasiado custosos: quereria uma espiritualidade mais acomodaticia, que não viesse perturbar-lhe os cómodos e desconcertar-lhe os pequenos cálculos.

III. A avareza espiritual

1268. Esta avareza é assim descrita por S. João da Cruz:

a) «Há principiantes que não se cansam de se enfiar de conselhos e preceitos espirituais; hão-de por força possuir e ler bom número de tratados especiais; nisso empregam todo o tempo, que assim lhes falta para a obra, que é o seu primeiro dever; mortificar-se e exercitar-se no perfeito desapego interior do espirito. **b)** Além disso, carregam-se de imagens, rosários, cruzes, objectos de curiosidade que lhes ficam por bom preço. Então, deixa-se isto para preferir aquilo, muda-se e torna-se a mudar; esta disposição de coisas é melhor que aquela, e a escolha acaba por dar a preferência ao que é curioso ou rico». Tudo isto é, evidentemente, contrário ao espírito de pobreza e mostra ao mesmo tempo que se liga excessiva importância a coisas accessórias, descurando o que há de principal na devoção.

1269. Conclusão. É manifesto que estas imperfeições são muito prejudiciais ao progresso espiritual. Eis a razão por que, diz S. João da Cruz, Deus para os corrigir, os introduz na

¹ SANTA TERESA, escrevendo a seu irmão Lourenço de Cepeda, que se lhe havia queixado de contrariedades deste género, dá-lhe este sábio conselho: «Quanto às misérias de que vos queixais, não deveis fazer disso caso nenhum. Posto que não possa falar por experiência própria, pois Deus me preservou sempre de semelhantes paixões, faço ideia do que se passa. É a mesma intensidade das delícias da alma que produz o movimento na natureza. Com a graça de Deus isso passará, se vos não inquietardes. (Carta 138, ed. *Vicente de la Fuente*).

noite escura, de que logo falaremos. Quanto às almas que nela não entram, essas esforçar-se-ão por se desembaraçar destes estorvos, praticando o que dissemos sobre o aproveitamento das consolações e aridez (n.ºs 921-933), sobre a obediência, fortaleza, temperança, humildade e doçura (n.ºs 1057, 1076, 1127, 1154).

ART. II. A tibieza ¹

Se não se reage contra os defeitos que acabamos de assinalar, não se tarda em cair na tibieza, doença espiritual perigosíssima. Vamos expor: 1.º a sua *natureza*; 2.º os seus *perigos*; 3.º os seus *remédios*.

I. Natureza da tibieza

1270. 1.º Noção. A tibieza é uma doença espiritual que pode invadir os principiantes ou os perfeitos, mas que sobretudo se manifesta no decurso da *via iluminativa*. Supõe, efectivamente, que a alma havia adquirido um certo grau de fervor e que gradualmente se deixa cair na relaxação.

Consiste a tibieza numa espécie de *relaxamento espiritual*, que amortece as energias da vontade, inspira horror ao esforço e conduz assim ao afrouxamento da vida cristã. É uma espécie de languidez ou torpor, que não é ainda a morte, mas que a ela conduz, sem se dar por isso, enfraquecendo gradualmente as nossas forças morais. Pode-se comparar a essas doenças de definhamento que, como a tísica, consomem pouco a pouco algum dos órgãos vitais.

1271. Suas causas. Duas são as causas principais que contribuem para o seu desenvolvimento: *alimento espiritual defeituoso*, e a *invasão dalgum germen mórbido*.

A) Para viver e progredir, necessita a nossa alma de boa alimentação espiritual; ora o que a alimenta são os diversos exercícios, meditações, leituras, orações, exames, cumprimento dos deveres de estado, prática das virtudes, que a põem em comunhão com Deus, fonte da vida sobrenatural. Se a alma, por conseguinte, faz com negligência esses exercícios, se se entrega voluntariamente às distrações, se não reage contra a rotina e o torpor, priva-se por isso mesmo de muitas graças, alimenta-se mal, enfraquece, torna-se incapaz de praticar as virtudes cristãs, por pouca dificuldade que ofereçam.

¹ BELLECIUS, *Solidae virtutis impedimenta*, P. I, cap. II; BOURDALOUE, *Retraite*, 3.º Jour, Ire médit.; e em geral todos os autores de retiros espirituais; W. FABER, *Le progrès*, ch. XXV.

Notemos de passagem que este estado é totalmente diverso da aridez ou das provações divinas; nestas, em lugar de acolher as distrações, sente-se a alma aflita e humilhada por as ter, faz esforços sérios para lhes diminuir o número; na tibieza, pelo contrário, deixa-se ir facilmente atrás dos pensamentos inúteis, tem neles gosto, não faz quase nenhum esforço para os repelir, e dentro em breve as distrações invadem completamente as nossas orações.

É então que, vendo o pouco fruto que tira dos seus exercícios, começa a alma a encurtá-los, até acabar por suprimi-los. E assim, o exame de consciência que se tornou enfadonho, incómodo, uma simples rotina, acaba por se omitir; então já a alma não repara nas suas faltas e defeitos, deixando que tomem o predomínio. Não faz mais esforços para adquirir as virtudes, e dentro em breve, tendem a a reverdecer os vícios e más tendências.

1272. B) O resultado desta apatia espiritual é o enfraquecimento progressivo da alma, uma espécie de *anemia espiritual*, que prepara o caminho à invasão dalgum gérmen mórbido, isto é, duma das três concupiscências, ou às vezes das três juntamente reunidas.

a) Como estão mal guardadas as portas da alma, facilmente se abrem os sentidos internos e externos às sugestões perigosas da curiosidade e sensualidade, surgindo frequentes tentações, que muitas vezes não são *repelidas* mais que a *meias*. Às vezes deixa-se o coração prender a afeições perturbadoras; cometem-se imprudências, brinca-se com o perigo, multiplicam-se os pecados veniais, de que apenas há arrependimento; vai-se escorregando por um declive perigoso, vai-se costeando o abismo... Feliz da alma, se não resvala imperceptivelmente até o fundo!

b) Por outro lado, o *orgulho* que nunca fora bem reprimido, renova os seus ataques: não cessa a alma de se comprazer em si mesma, nas suas qualidades, nos seus triunfos exteriores. Para melhor se exaltar, compara-se a outros mais relaxados ainda, desprezando, como espíritos acanhados e meticulosos, os que vê mais fiéis ao dever. Este orgulho provoca inveja, ciúme, movimentos de impaciência e de cólera, dureza nas relações com o próximo.

c) Reacende-se a *cobiça*: há necessidade de dinheiro, para agenciar mais prazer, para aparecer com mais esplendor; para se obterem maiores somas, recorre-se talvez a processos pouco delicados, pouco honestos, que roçam pela injustiça.

1273. Donde *numerosos pecados veniais deliberados*, de que apenas se faz escrúpulo, porque a luz do entendimento e a delicadeza de consciência vão esmorecendo pouco a pouco: é que se vive, efectivamente, em dissipação habitual, fazem-se mal os exames de consciência. Assim vai diminuindo o horror ao pecado venial, vão rareando mais e mais as graças de Deus,

de que se tira cada vez menos proveito: numa palavra, vai enfraquecendo todo o organismo espiritual, e esta anemia prepara vergonhosas capitulações.

1274. 3.º **Seus graus.** Do que levamos exposto, resulta que há muitos graus de tibieza; na prática, porém, basta distinguir a tibieza *começada*, e a tibieza *consumada*.

a) No primeiro caso, conserva-se ainda horror ao pecado mortal, posto que se cometam imprudências que a ele podem conduzir; mas cai-se facilmente no *pecado venial de propósito deliberado*, mormente no que corresponde ao defeito predominante; por outro lado, é muito pouco o empenho nos exercícios espirituais, que muitas vezes apenas se fazem por mera rotina. b) A força de cair nestas negligências culpáveis, vai deixando de haver horror instintivo ao pecado mortal; por outro lado, a tal ponto aumenta o amor do prazer que se chega a ter pena de que este ou aquele prazer seja proibido sob pecado grave. Se se repelem, pois, ainda as tentações, é só com moleza, até chegar o momento em que a alma se pergunta, não sem razão, se está ainda em graça; é a tibieza *consumada*.

II. Os perigos da tibieza

1275. O que constitui o perigo especial deste estado é o *enfraquecimento progressivo* das forças da alma, mais perigoso que um pecado mortal insulado. É neste sentido que Jesus Cristo Senhor Nosso diz ao túbio: «Conheço as tuas obras, que não és nem frio nem quente. Mais valera que fosses frio, ou quente. E assim, porque és túbio, nem quente nem frio, estou a ponto de te vomitar da minha boca. Tu dizes: sou rico, e enriqueci-me, e não conheces que és um coitado e um miserável e pobre e cego e nu»¹. É, afinal, a diferença que se nota entre as doenças crónicas e agudas; estas últimas, uma vez curadas, não deixam muitas vezes rasto algum deplorável; as primeiras, por haverem lentamente enfraquecido o corpo, deixam-no durante muito tempo em estado de grande fraqueza. Vamos declarar este ponto um pouco mais por miúdo.

1276. 1.º O primeiro efeito da tibieza é uma espécie de *cegueira da consciência*: à força de querer desculpar e paliar as próprias faltas, acaba a alma por falsear o juízo, tendo por leves pecados que em si são graves; e assim vai formando uma *consciência relaxada*, que por fim, já não sabe reconhecer a gravidade das imprudências ou dos pecados que comete, já não

¹ Apoc. III, 15-17.

tem suficiente energia para os detestar, e bem depressa vem a cair em ilusões culpadas: «Há tal caminho que parece direito ao homem, mas o seu termo leva à morte: *est via quae videtur homini iusta, novissima, autem eius ducunt ad mortem*»¹. Julga-se rica a alma, porque é orgulhosa; mas na realidade é pobre e miserável aos olhos de Deus.

1277. 2.º Segue-se daqui o *enfraquecimento progressivo* da vontade.

a) À força de fazer concessões à sensualidade e ao orgulho em coisas pequenas, chega-se por esse caminho a ceder ao prazer em coisas mais importantes. É que na vida espiritual tudo anda travado. Ensina a S. Escritura que aquele que não trata com cuidado do pouco que tem, bem depressa cairá em ruína², que quem é fiel nas coisas pequenas, o é também nas grandes, e que quem é injusto nas coisas pequenas, o é também nas grandes³; o que quer dizer que a aplicação ou negligência, com que se fazem certas acções, se encontra nas acções análogas.

b) Por este caminho depressa se chega ao *aborrecimento de todo o esforço*: como se encontra frouxa a mola da vontade, deixa-se a alma ir resvalando pelo declive da natureza, até cair no desleixo e no amor do prazer. Ora, é esta uma inclinação perigosa que, se não se vence, arrasta fatalmente a faltas graves.

c) É que, efectivamente, quem procede deste modo, abusa das graças e resiste às inspirações do Espírito Santo; e por isso mesmo escuta mais facilmente a voz do prazer, cede às tendências más e acaba por cair em pecados mortais.

1278. E é tanto mais *difícil de reparar* esta queda, quanto é certo que é quase *insensível*; vai-se o homem deixando *escorregar*, por assim dizer, para o fundo do abismo, sem abalo nem comoção. E então procura a alma iludir-se a si mesma; trata de se persuadir que a falta não passa de venial, que, se a matéria é grave, não houve consentimento perfeito: é uma falta de surpresa, que não pode ser mortal.

E assim se falseia a consciência, a confissão que se faz não passa de perfunctória, como as que se faziam precedentemente. O confessor é enganado, e bem pode ser este o princípio duma longa série de sacrilégios. Quando uma bala cai do alto, tem força para ricochetar; se resvala pelo fundo do abismo, lá fica; assim sucede às vezes com as almas túbias; importa, pois, indicar os remédios.

¹ *Prov.* XIV, 12. — ² *Eccli.* XIX, 1.

³ *Lc.* XVI, 12. — Em sentido literal as coisas pequenas designam os bens temporais e as grandes os bens do céu.

III. Os remédios da tibieza

1279. O próprio Cristo Senhor Nosso indica estes remédios: «Aconselho-te que me compres oiro acrisolado no fogo, para te enriqueceres (*o oiro da caridade e do fervor*), e roupas brancas, para te vestires e não aparecer a vergonha da tua nudez (*pureza de consciência*), e um colírio para os teus olhos, para poderes ver (*a franqueza consigo mesmo e com o próprio confessor*). Porque aqueles que eu amo, repreendo-os e corrijo-os; arma-te, pois, de zelo e faz penitência. Eis que eu estou de pé à porta e bato; se alguém ouvir a minha voz e me abrir a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele e ele comigo»¹. Nunca se deve, pois, desesperar; Jesus está inteiramente disposto a nos restituir a sua amizade e até mesmo a sua intimidade, se nos convertermos. Para isso:

1280. 1.º É necessário recorrer amiúde a um prudente confessor, abrindo-lhe francamente a alma e pedindo-lhe sinceramente que sacuda o nosso torpor, recebendo e seguindo os seus conselhos com energia e constância.

2.º Sob a sua direcção, voltará a alma à prática fervorosa dos exercícios de piedade, mormente dos que asseguram a fidelidade aos demas, a oração, o exame de consciência e o oferecimento frequentemente renovado das obras (n.º 523-528). O fervor, de que se trata, não é o fervor sensível, senão a generosidade da vontade que se esforça por nada recusar a Deus.

3.º Retomar-se-á também a prática assídua das virtudes e deveres de estado, fazendo sucessivamente o exame particular sobre os pontos principais, e dando conta de tudo na confissão (n.ºs 265, 468, 476).

É por este caminho que se voltará ao fervor; e não esqueça a alma que as faltas passadas exigem reparação, pelo espírito e obras de penitência.

Apêndice: Regras sobre o discernimento dos espíritos, para a via iluminativa

1281. Já traçámos, segundo S. Inácio, as regras sobre o discernimento dos espíritos, para os principiantes (n.ºs 953-957). É útil resumir as que o Santo dá para a via iluminativa, ou para a segunda semana dos Exercícios. Dizem respeito essas regras a dois pontos principais: 1.º às *consolações espirituais*; 2.º aos *desejos* ou *projectos* de futuro.

¹ Apoc. III, 18-20.

1282. 1.º Regras sobre as consolações. a) É próprio do *bom espírito*, quando se aproxima duma alma de boa vontade dar-lhe a *verdadeira alegria espiritual*, a que é acompanhada de *paz*. É próprio do *mau espírito* combater esta com motivos especiosos, subtilezas, ilusões; dir-se-ia uma rábula que defende uma causa má. — Esta regra funda-se em que Deus é autor da paz, ao passo que o demónio lança a perturbação na alma, para a desalentar.

b) *Só Deus pode dar a verdadeira consolação, sem que haja precedido causa alguma* capaz de a produzir, porque só Ele pode penetrar no íntimo da alma para a atrair e voltar para Si. — Dizemos que a consolação não teve causa precedente, quando nada se apresentou que a pudesse fazer nascer. — Assim, por exemplo estava a alma mergulhada na desolação; senão quando, em um momento se encontra sossegada, cheia de alegria, força e boa vontade; tal foi o caso de S. Francisco de Sales após os violentos escrúpulos que o haviam assaltado.

c) Quando foi precedida a consolação de alguma causa, pode esta provir do bom ou do mau espírito: vem do primeiro, se torna a alma mais esclarecida e forte no bem; procede do demónio se produz relaxamento, moleza, amor do prazer ou da honra, presunção. Por outros termos, julga-se da árvore pelos frutos.

d) É próprio do anjo mau transfigurar-se em anjo de luz, entrar primeiro com os sentimentos da alma, piedosa, acabando por lhe inspirar os seus próprios. — Assim, quando vê que uma alma se entrega à virtude, sugere-lhe primeiro sentimentos conformes às suas disposições virtuosas; depois, apoiando-se no seu amor-próprio, sugere-lhe sentimentos de vã complacência ou presunção, excessos nas penitências, para a levar em seguida ao desalento, ou, ao contrário, a alguns alívios ao seu género de vida, sob pretexto de saúde ou de estudos. E assim a faz ir decaindo pouco a pouco.

1283. 2.º Regras sobre os desejos ou projectos. a) Em nossos desejos e projectos devemos examinar com cuidado se o *princípio*, o *meio* e o *fim* tendem ao bem; porque, se em qualquer destes momentos há algum elemento *mau, dissipador* ou *menos bom* do que aquilo que já nos havíamos proposto, ou se estes desejos nos inquietam, perturbam ou enfraquecem a alma, é prova de que procedem do mau espírito, inimigo do nosso adiantamento e eterna salvação. — É a razão disto é que, para uma acção ser boa, é necessário que não haja nela coisa alguma contrária à vontade de Deus ou ao bem espiritual da alma; se, pois, em qualquer dos seus elementos, se vê algum defeito, é sinal do espírito maligno.

b) Uma vez descoberta esta intervenção do inimigo, é útil reconstituir a série dos bons pensamentos, para descobrir como pouco a pouco o maligno se insinuou na alma, para a perturbar e arrastar ao mal. Esta experiência nos fornecerá meios, para mais tarde nos acautelarmos dos artificios do inimigo.

c) Há outra regra, tirada da *maneira de proceder* do bom e do mau espírito; o primeiro influi suavemente sobre a alma que vai

progredindo, como o orvalho que penetra uma esponja; o segundo opera ruidosamente, como a chuva de temporal que cai sobre uma pedra.

d) Até mesmo quando a consolação vem de Deus, é mister saber distinguir entre o tempo próprio da consolação e o que a segue: no primeiro, opera a alma sob a inspiração da graça; no segundo, forma resoluções e projectos que não são imediatamente inspirados por Deus, e que, por conseguinte, devem ser cuidadosamente examinados segundo as regras precedentes.

1284. 3.º A estas regras traçadas por S. Inácio podem-se acrescentar mais algumas, que resultam do que dissemos neste livro segundo.

a) Aspirar a uma perfeição *intempestiva*, fora das ocupações actuais, praticando *virtudes de espavento*, singularizando-se, é o sinete do *mau espírito*; porque o *bom* leva-nos, é certo, a uma elevada perfeição, mas compatível com os nossos deveres de estado, a uma vida humilde e oculta.

b) O *desprezo das coisas pequenas* e o desejo de se santificar em coisas grandes não levam o cunho do bom espírito, que nos inclina à fidelidade perfeita aos deveres de estado e às pequenas virtudes: «*iota unum aut unus apex non praeteribit a lege, donec omnia fiant*»¹.

e) As reflexões lisonjeiras sobre nós mesmos, quando julgamos ter procedido bem, o desejo de sermos estimados pela piedade e virtude, são opostos ao espírito cristão que procura antes de tudo agradar somente a Deus: «*Si adhuc hominibus placerem, servus Christi non essem*»². Assim, pois, a *falsa humildade*, que se censura para pescar louvores, a *falsa doçura*, que não é afinal, mais que o desejo de agradar aos homens, são contrárias ao espírito de Deus.

d) Queixar-se, impacientar-se, desalentar-se no meio das provações e aridez, é um dos sinais do espírito humano; o espírito de Deus leva-nos, pelo contrário, ao amor da cruz, à resignação, à entrega total a Deus, e faz-nos perseverar na oração, no meio das securas e distrações.

Síntese do livro segundo

1285. 1.º O fim da *via iluminativa* é levar-nos a seguir Jesus Cristo, imitando as suas virtudes, na medida em que a nossa fraqueza o permite: «*Qui sequitur me, non ambulat in tenebris, sed habebit lumen vitae*»³. Fazer dele o centro dos nossos pensamentos, dos nossos afectos, da nossa vida inteira, tal é o ideal de que nos esforçamos por nos acercar todos os dias.

É para esse fim que a nossa oração se torna *afectiva* e temos incessantemente a Jesus Cristo diante dos olhos, para

¹ Mt. V, 18. — ² Gal. I, 10. — ³ Io. VIII, 12.

O adorar, no *coração*, para O amar e atrair a nós, nas *mãos*, para praticar as virtudes em união com Ele. As virtudes que exercitamos, são as virtudes *teológicas* e as virtudes *morais*, que se praticam *paralelamente*, auxiliando-se mutuamente. Há, contudo, como duas fases no desenvolvimento da nossa vida: na primeira esforçamo-nos sobretudo por conseguir as virtudes *morais*, na segunda as virtudes *teológicas*.

1286. 2.º É, efectivamente, necessário, antes de tudo, *abrandar* as nossas faculdades, para as unir a Deus. Ora, é isso o que fazem as virtudes *morais*:

1) A *prudência* abranda o nosso entendimento, acostuma-o a reflectir, antes de operar, a tomar conselho de Deus e de seus representantes, e assim o faz *participante da sabedoria divina*.

2) A *justiça* abranda a *vontade*, habituando-a a respeitar os direitos de Deus e do próximo pela prática da honradez perfeita, da religião e da obediência aos superiores; assim nos aproximamos da *justiça divina*.

3) A *fortaleza* abranda as *paixões violentas*, modera e refreia os seus extravios e dirige a suas forças vivas para o bem sobrenatural difícil de realizar; leva-nos a praticar a *magnanimidade*, a *munificência*, a *paciência* e a *constância*, e assim nos aproxima da *força do próprio Deus*.

4) Para amortecer e disciplinar o *amor do prazer*, ajuda-nos a *temperança* a mortificar a gula pela *sobriedade*, a vencer a luxúria pela *castidade*, a dominar a soberba pela *humildade* e a cólera pela mansidão. Assim melhor poderá a alma praticar as virtudes unificantes.

1287. 3.º Vem então a *segunda fase* da via iluminativa que nos une directamente a Deus.

1) A *fé*, com suas claridades, temperadas por certa obscuridade, submete e une a nossa *inteligência* a Deus, fazendo-nos *comungar no pensamento divino*.

2) A *esperança*, como poderosa alavanca, soergue a nossa *vontade*, desapega-a das coisas terrenas, orienta os seus desejos e ambições para o céu, e *une-nos a Deus, fonte da nossa felicidade*, infinitamente poderoso e bom, de quem esperamos com confiança todos os auxílios necessários para atingirmos o nosso fim sobrenatural.

3) A *caridade* eleva-nos mais alto ainda, faz-nos amar a Deus por Si mesmo, por ser infinitamente bom em Si, e o próximo por Deus, como um reflexo de suas divinas perfeições. *Une, pois, toda a nossa alma inteiramente a Deus*.

É no *Sagrado Coração de Jesus* que vamos haurir este duplo amor: estreitamente a Ele unidos, triunfaremos do nosso

egoísmo, e, fazendo nossos o amor e todos os sentimentos de Jesus, vivemos para Deus, como Ele próprio viveu: «*Ego vivo propter Patrem*»¹.

1288. 4.º No decurso, porém, das nossas ascensões para Deus, estejamos certos de que não hão-de faltar *contra-ofensivas* do inimigo; os *sete pecados capitais* tentarão insinuar-se, em forma atenuada, far-nos-ão cair na nossa alma, e, se não tivermos cautela, far-nos-ão cair na tibieza. Mas as almas vigilantes, apoiadas em Jesus Cristo, repelem esses assaltos, aproveitam-se até deles, para se confirmarem na virtude, e assim se preparam para as *alegrias e proporções da via unitiva*.

¹ *Io.* VI, 58.

